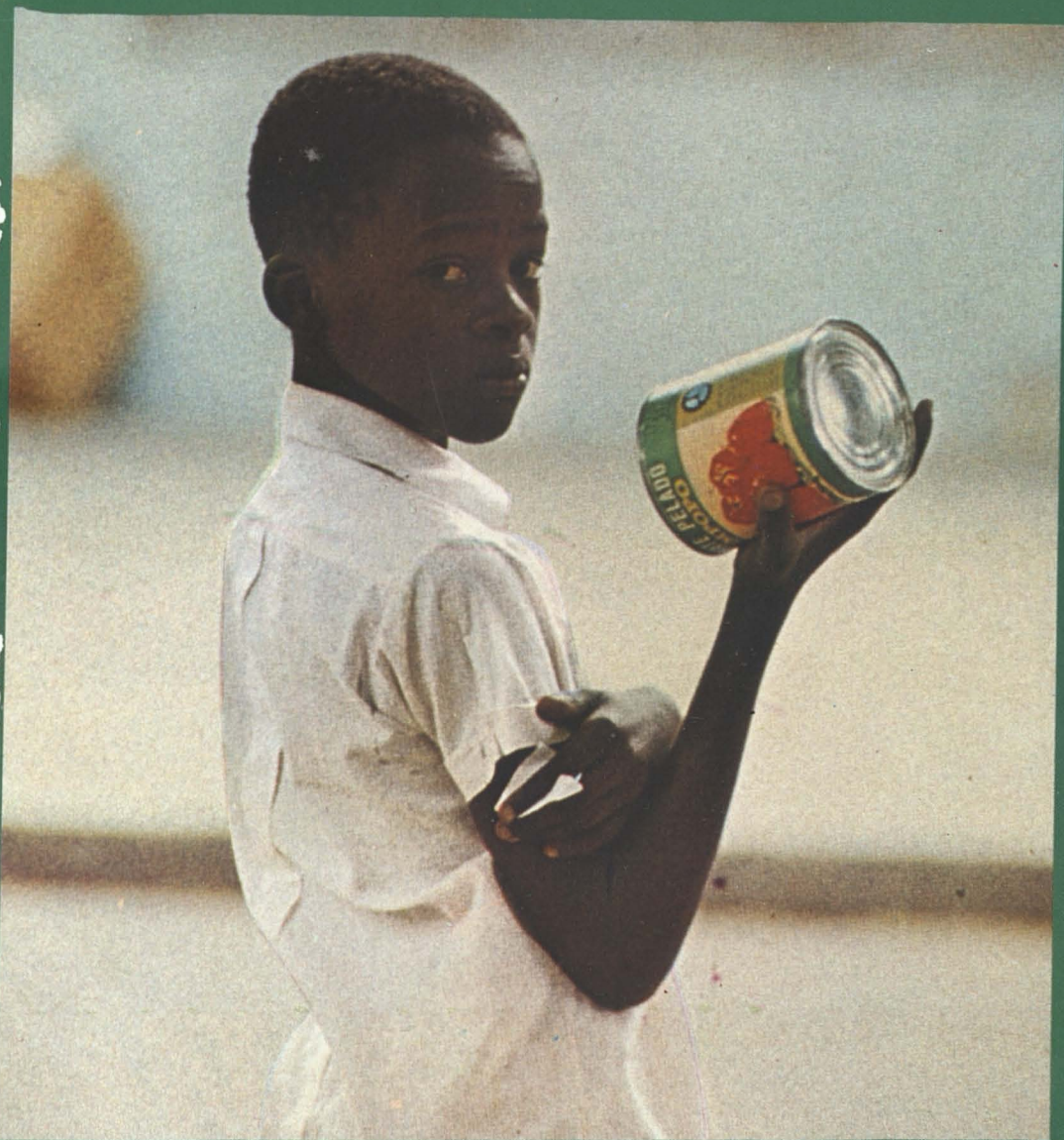


cadernos do terceiro mundo

Revista mensal • Maio 1984 • Esc. 100\$ • Kz 65 • Mt 80\$ • Pg 80\$ • CV 80\$ • Cr\$ 1000 • Ano VII • N.º 66

BRASIL
OS VINTE ANOS
DO REGIME MILITAR



SADCC UMA APOSTA NO FUTURO

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Presente e futuro da SADCC

Nas 20 páginas que nesta edição dedicamos à realidade de *Southern African Development Coordination Conference* procurámos reunir uma colectânea de dados, informações e referências históricas que habilite o leitor a uma visão global dessa organização citada muitas vezes como uma forma original de cooperação Sul-Sul. São nove países em luta contra o subdesenvolvimento e que tentam juntar os esforços das suas economias perante a hostilidade de um vizinho poderoso dispondo de poderosos aliados. Apesar das dificuldades enfrentadas, a SADCC, nos seus cinco anos de "arranque", tem já no seu activo importantes concretizações. Caso se consolide a pacificação da zona austral do continente — conforme apontam os recentes acordos de Angola e Moçambique com o regime de Pretória — esse projecto de integração económica vai encontrar as condições necessárias para se firmar e desenvolver. Este é um facto de que estão cientes não só os observadores da região como os governos dos países membros.

Publicamos também neste número uma entrevista exclusiva do general Líber Seregni, recém-libertado pela ditadura militar do Uruguai, a primeira que ele concede a um meio de comunicação social após os dez anos de prisão. Nele, revela-se um verdadeiro líder político. O que ele é, hoje, indiscutivelmente, no seu país. Uma última referência às duas matérias sobre o Brasil, numa altura em que a campanha pelas eleições directas está longe de se encontrar esgotada. A mobilização popular que a caracteriza prova não ser possível uma solução para a grave crise económica do país sem uma saída política que sepulte de vez, os restos do regime militar que governa o Brasil há 20 anos. É nesse sentido que o economista Barros de Castro se exprime na entrevista que inserimos, perspectiva aliás reforçada no texto sobre a situação política do nosso colaborador Herbert de Souza.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Alino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-19
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimar Belo Marques

Revisão
Estevam Reis
Paginação
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo
Composição e Impressão
Gráfica Europam
Representantes
Angola

Luis Henriques, C. P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Administração
Marinete Silva
Secretário de Redacção
José C. Gondim
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Composição
Eunice H. Senna
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Mário Costa
Divulgação
Henrique Menezes
Representantes
Clóvis Senna (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 — CEP 05033
Telex: (011) — 23059

Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Mata
Casilla 16637 — Correo 9
Providencia — Santiago, Chile
Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP. 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registo no INPI nº 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios
y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal 20.572 b — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto —
The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St.
West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Cór-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois — New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chica-
go, Illinois — Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 —
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 — Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA — Red and Black,
4736 University Way, Seattle — Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BREITANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Islington Park
Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidad Autó-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:
Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60,
Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Ro-
ma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma —
Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXI-
CO: Unión de Expendedores y Vendedores
de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. —
Distribuidora Sayrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. — Librerías México Cultural, Mier y
Pesado No. 128, México 12, D. F. — Metropoli-
tana de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.,
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramela,
S. A., Ave. España 16, Panamá. PERU: Dis-
tribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia
Marín Esg. Ave. González, Río Piedras — Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf.
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave.
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien
und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-
men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:
Wenngren-Williams AB, S-10425, Stock-
holm. VENEZUELA: Publicaciones España-
las, S. A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Servic), SHIH-TA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

7 **Cartas**

7 **Panorama Tricontinental**

14 **Editorial — América Latina: democracia e integração económica**

17 **Matéria de capa — SADCC: Uma aposta no futuro,**
Baptista da Silva, Carolina Quina, António Silva, António Pacheco

18 O desafio do desenvolvimento

23 Conferência de Lusaka: prioridade contra a seca

26 Áreas estratégicas do desenvolvimento regional:

Transportes e Comunicação, Energia, Indústria, Agricultura e Alimentação

31 Fugir ao cerco sul-africano

35 Portugal face ao SADCC

Africa

37 Guiné-Bissau: O fim do impasse? , *Ricardo Caleiro/Pedro Sanches*

América Latina

41 Uruguai: "Chegar às eleições e exercer efectivamente a democracia, entrevista exclusiva com o general Líber Seregni, *Julio Rossiello*

49 Argentina: O quebra-cabeças de Alfonsín

55 Belize: As pressões sobre Price, *Ash Narain Roy*

58 Peru: A esquerda já aspira ao poder, entrevista com Alfonso Barrantes, *Horacio Verbitsky*

65 Brasil: O avanço da sociedade e a crise do Estado, *Herbet de Souza*

68 Mudar as condições de pagamento da dívida, entrevista com Barros de Castro, *Carlos Pinto Santos*

Norte/Sul

74 Os remédios que matam, *Gilles de Wildt*

Cultura

77 O regresso de um poeta, entrevista com Daniel Viglietti,

Ana González

79 Notas

Comunicação

80 Notas

Desporto

81 O futebol angolano treina no Brasil, *Rodolfo de Bonis*

Economia

85 A África e a ajuda multilateral

Portugal: 25 de Abril, dez anos depois

90 Os caminhos de Abril, *Rito Canedo*

96 Entrevista com Fischer Lopes Pires, *Guiomar Belo Marques*

101 Reflexão sobre os caminhos de Abril

104 **Humor: Mariano**



A SADCC é já uma realidade



Seregni: um depoimento exclusivo



Brasil: as manifestações pró-directas

Clube de Amigos

1) Recebemos do companheiro salvadorenho Roberto Pineda um bonito e militante livro de poesia com a seguinte dedicatória: "Para cadernos do terceiro mundo, com solidariedade fraterna. Roberto Pineda". Transcrevemos seguir uma das suas poesias mais significativas.

República de El Salvador

*Agua, pero no de río
Chapa, pero no de puerta
Pan, pero no de harina
Ahuachapán;
ciudad donde vivía mi tía Chela,
ciudad heroica,
Santa Ana;
lugar de los cuatrocientos ríos,
lugar de los cuatro mil fusilados,
patria de los Izalcos,
Sonsonate;
sitio de playas y ríos,
sitio donde avientan los cadáveres
de los presos políticos,
La Libertad;
baluarte de la represión,
frontera con Nicaragua,
La Unión;
montañas guerrilleras,
Morazán;
ciudad oriental,
San Miguel;
patria de los Nonualcos,
cuna de Anastasio Aquino,
La Paz;
sitio de cafetales
y de algodones
Usulután;
antiguo reynado del añil,
patria de mi mamá,
San Vicente,
montañas guerrilleras,
Cabañas;
ciudad rodeada de arena,
Chalatenango;
ciudad de joyas,
Cuzcatlán;
la capital
sigue siendo
San Salvador,
circundada
por un cerco
insurgente.*

2) O companheiro Pedro Chupil, que tem impulsionado a formação de um "Clube de Amigos do Terceiro Mundo", pede-nos que informemos os leitores e amigos do seu novo endereço para correspondência: Pedro Chupil - Caixa Postal 6560 - Curitiba - PR - CEP: 80.000 - Brasil.

4 - terceiro mundo

Uruguai: "Não há sacrifício que não tenha sido feito..."

Uma assinante da nossa revista, de nacionalidade norte-americana, realizou recentemente uma viagem por diversos países da América do Sul. De volta ao seu país ela enviou-nos uma carta — da qual extraímos alguns trechos — e que se refere principalmente às impressões por ela recolhidas no Uruguai.

(...) As pessoas estão bem, muito melhor do que era de esperar. Não economicamente, isso é evidente, nem tampouco no sentido das injustiças diárias: a luta constante pela sobrevivência, e a batalha diária que é preciso travar para manter o sentido do respeito e dignidade como seres humanos. Mas elas estão animadas, com uma solidez interna que lhes dá a solidariedade e a certeza do que tem de acontecer (...). O medo e a atitude de suspeita estão ausentes. Estão fartas, o inimigo foi claramente definido e já não há sacrifício que não se tenha feito. Cantam dentro do autocarro "vai acabar, vai acabar, a ditadura militar", fala-se nas lojas no desastre que o governo provocou, há nas ruas uma sensação de firme rejeição que se vê até na maneira de andar.

(...) Se não houver eleições em Novembro, não se sabe o que vai acontecer. A impressão que se tem é que ninguém, nem os políticos nem os militares nem uma invasão ianque poderiam aguentar a insurreição popular. Estão aguentando até Novembro. Estão a trincar os dentes, a fechar os punhos, tudo, até essa data. Cada dia que passa isso torna-se mais difícil, mas a decisão é esperar. Ao chegar o mês de Novembro, explode. Se houver eleições, se verá. Ninguém parece estar muito entusiasmado com os dirigentes políticos dos chamados partidos tradicionais. Pensam que entre eles Wilson Ferreira Aldunate é o "menos pior". Procuram e não conseguem achar uma nova liderança jovem. Esperam (a maioria) com os braços abertos os que estão fora do país. Quando se anda pela rua a falta de gente jovem é realmente impressionante... não se vê. E as estatísticas confirmam-no... A Frente Ampla está a organizar-se, os demais partidos também e toda a gente debate o que fazer quando a ditadura acabar.

Há entretanto nesse terreno a seguinte certeza: não se pode culpar somente os militares pela crise econômica. Que fazer? Os partidos tradicionais não parecem em condições de

dar uma resposta muito convincente. A economia vai terrivelmente mal. Um número expressivo de mulheres sai de manhã cedo com as suas sacolas no braço e remexe o lixo à procura de comida. Muitos homens andam com os seus filhos em carrocinhas puxadas por cavalos cambaleantes de tão magros. Procuram papel, dejectos, qualquer coisa para vender nas fábricas: ouve-se durante a noite pelas ruas o *clop-clop* dos cavalos que interrompe o sono.

(...) E também se houve de noite, subitamente, o sonoro barulho das panelas, que se assemelha ao ruído que podem fazer os presos ao baterem todos juntos nas grades das suas celas. É algo realmente impressionante, pelo sentimento que representa e pela unidade com que se faz. Elizabeth Thompson, Massachussets, EUA.

Paranóia nuclear

(...) *cadernos* vem sendo uma honrosa excepção à manipulação da imprensa (...). Agora, o que mais me chamou a atenção ultimamente, foi a excelente reportagem sobre a "Paranóia Nuclear". Sabemos hoje que a quantidade de armas nucleares existentes já é suficiente para destruir a Terra várias vezes! (...) Ora, isso acontece porque os grandes fabricantes de armas são os monopólios, os seus superlucros dependem da corrida armamentista. O imperialismo constrói novas armas para obrigar os Estados socialistas a gastarem com estes artefactos, e assim deixar de aplicar preciosas verbas em educação, alimentação, habitação, enfim no bem-estar do povo.

Henrique de Souza, São João da Boa Vista, SP, Brasil.

Teófilo Stevenson

A medida que se aproximam os Jogos Olímpicos de 1984, aguça-se em mim uma antiga curiosidade: conhecer o pugilista cubano Teófilo Stevenson. Quem é esse fenomenal atleta que, feito inédito, por duas vezes consecutivas conquistou o título de campeão de boxe? Este ano ele vai participar novamente nas Olimpíadas? Porque razão o seu nome quase nunca é citado no noticiário ocidental? (...) Enfim, que tal *cadernos* entrevistar Teófilo Stevenson, para que a América Latina conheça o grande ídolo cubano?

Luiz P. Martins, Fortaleza, CE, Brasil.

Até quando

(...) As ditaduras impostas pelos diferentes sistemas políticos do Terceiro Mundo poderão ir a pique se houver uma união maciça de todos que nela habitam, uma vez que os abusos contra os direitos humanos já foram longe demais, através da tortura, da fome e do total estado de pobreza absoluta. (...) No Brasil, temos um Parlamento composto de boêmios e até "cartolas", que nada entendem de política. Temos também CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), que simulam investigar irregularidades cometidas, mas os verdadeiros culpados, infelizmente, nunca vão ao banco dos réus. Temos o serviço de investigação nacional, que se ocupa apenas de fichar os que tentam mudar a situação do país. E, enquanto isso, os escândalos sucedem-se. Até quando?

Francisco A. Otaviano, Brasília, DF, Brasil.

Tese sobre a música de protesto

Aproveito esta oportunidade para pedir a ajuda dos seus leitores no meu intento de escrever uma tese, cujo tema principal é o papel da música de protesto no processo político da América Latina. Este é um tema que até os dias de hoje não goza do prestígio que merece, pelo menos segun-

do o meu conhecimento, na Europa, embora pudesse contribuir para entender as derrotas do passado e para ajudar na formulação de táticas adequadas para as tarefas do futuro. Já estou empenhado na tarefa sem ajuda financeira de parte de qualquer entidade, o que não é uma queixa, mas sim um indicativo do desprezo e desconfiança para com o tema por parte da estrutura oficial. Contudo, no decorrer dos anos tenho andado copiando uma coletânea de exemplos musicais de várias partes do continente que parecia bastante extensa e constitui a base do estudo. (...) Mas, em virtude da falta de apreciação deste tipo de música por parte dos meios de comunicação convencionais, não disponho de material de estudo como entrevistas com os próprios artistas que me deixaria penetrar mais profundamente na sua motivação e objectivos.

Peço, portanto, aos leitores de *cadernos* a sua cooperação no sentido de se tiverem interesse em opinar sobre o tema ou fornecer a letra de músicas que lhe agradam especialmente, entrarem em contacto comigo através do endereço abaixo.

Um abraço fraterno.

Malcolm Greemcol, 3, University Crescent, Highfield, Southampton, Inglaterra — SO2 3HE

Intercâmbio

- **Fábio Ribeiro Machado**
Rua Tiradentes, 78 — Centro
Campina Grande — CEP: 58.100
PB — Brasil
- **Júlio Cesar F. Lobo**
Rua Oscar Valdetaro, 176/1301
Barra da Tijuca — CEP: 22.700 — RJ
Brasil
- **Antonio Carvalho M. Filho**
Rua 13, casa 40, Conjunto Polar
Barra do Ceará — CEP: 60.000
Fortaleza — CE — Brasil
- **Waldir Santos da Silva**
C. P. 14.535 — São Paulo
CEP: 03.698 — SP — Brasil
- **Gilberto Ribas Campos**
C. P. 365 — Santa Rosa — RS — Brasil
- **Incência Henriques M. da Cruz**
Bairro Terra Nova — Rua do Minho,
78/54 — Luanda — Angola
- **Silva Francisco Mendes**
C. P. 5606 — Luanda — Angola
- **João Eduardo Baptista**
Bairro Nelito Soares r/c-6 — casa 18
Luanda — Angola
- **Artur Bastos C. Neto**
C. P. 370 — Sumbe — Angola
- **Antônio M. P. "Mingle"**
Del. Prov. de Educação do Bengo
Caxito — Angola
- **Aniceto C. Manuel Muafeca**
C. P. 668 — Malanje — Angola

Carta do Mês

Recebemos do ANC (African National Congress) esta carta, que pela sua importância publicamos como carta do mês:

Salvemos a vida de Moloise

Poeta, actor e estofador de profissão, Malisela Benjamin Moloise é um homem marcado pelo regime racista sul-africano. Neste momento ele encontra-se numa prisão de Pretória aguardando uma ordem de execução. A história da sua detenção e posterior condenação à pena máxima é simples e ao mesmo tempo sinistra.

Por ocasião do julgamento de Thello Mogoerane, Jerry Mosoli e Marcus Motaung, a 6 de Agosto de 1982, Moloise foi apresentado pelo governo como testemunha de acusação contra estes patriotas. Em consequência da sua negativa em aceitar semelhante papel, foi detido em Fevereiro do ano passado no bantustão do Bophuthatswana. Uma vez entregue à polícia de Pretória, veio a ser

acusado como responsável pela morte de um agente de nome Selepe.

Este agente adquiriu uma triste notoriedade como torturador. Os seus crimes foram de tal ordem que em Novembro de 1982 um comando do *Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do ANC, recebeu ordens para o executar.

Um comunicado assinado por Thabo Mbeki, responsável pelo Departamento de Informação da organização nacionalista, desmentiu qualquer participação de Malisela Benjamin Moloise na operação de justiça. É claro que, tendo falhado em dobrá-lo e transformá-lo num traidor e ainda em capturar a unidade do *"Umkhonto we Sizwe"* que foi a responsável pela execução de Selepe, os torturadores do nosso povo decidiram vingar-se em Moloise acusando-o desta execução — diz o documento.

Ao jovem patriota foi negada permissão para apelo e agora somente poderá ser salvo através de uma petição de clemência presidencial. E nisto terá um grande peso a opinião pública internacional. Uma campanha neste sentido já foi lançada pelo ANC e

várias organizações humanitárias que combatem o sistema do *apartheid*. Por sua vez, o Conselho de Segurança das Nações Unidas pronunciou-se a favor da suspensão da pena.

Os leitores de *"cadernos do terceiro mundo"* que quiserem participar nesta campanha humanitária devem dirigir telegramas, telex ou cartas para os seguintes endereços:

Mr. Marais Viljoen
Presidência
Bryntrion
Pretoria

Mr. Piether W. Botha
Parliament Building
Cape Town

Mensagens no mesmo sentido deverão ser também enviadas a diferentes governos, organismos internacionais e instituições que zelam pelos direitos humanos. O African National Congress (ANC) solicita que cópias destes textos sejam dirigidas à sua representação na Zâmbia: The Secretary-General of the African National Congress, P. O. Box 31791, Lusaka, Zambia.

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDÓ
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuima

• NEGAGE
Livreria Saíd Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR: INFORMAÇÃO CULTURA CIÊNCIA FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 - Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Portugal: grande adesão popular nas comemorações do 25 de Abril

□ As comemorações populares que assinalaram em todo o país o décimo aniversário da eclosão do 25 de Abril sepultaram as campanhas de sectores de direita, que tentavam convencer a opinião pública do desencanto dos portugueses pelas promessas não cumpridas com o derrube da ditadura.

A grandeza e o entusiasmo das manifestações não deixaram no entanto de exprimir a contestação popular à difícil situação social e económica em que Portugal se encontra. Directamente ligadas a esta contestação, as festividades não-oficiais foram também uma forma de vigoroso protesto contra o ataque e desmantelamento das conquistas verificadas no período revolucionário (1974-1975) prosseguidas pelos sucessivos governos, fundamentalmente desde 1977.

Atravada cada vez mais aos ditames de uma política monetarista segundo os códigos de conduta do FMI, a economia portuguesa atravessa uma das suas fases mais críticas. Com uma inflação em 1983 de 33,9% (largamente a mais elevada de toda a Europa ocidental), os índices negativos económicos portugueses colocam o país na cauda do continente: dívida externa de 14,300 mil milhões de dólares, 600 mil desempregados (numa população activa de cerca de 4 milhões), 150 mil trabalhadores com salários em atraso. Situação que se deverá agravar com o crescente fluxo de regresso de imigrantes na França e RFA, paí-

ses onde está a ser aplicada uma política de redução de mão-de-obra estrangeira. Com a vinda destes milhares de imigrantes o mercado de trabalho em Portugal fica sobrecarregado, ao mesmo tempo que diminuem as remessas de divisas dos que são há muito considerados o verdadeiro "petróleo português".

Nunca como este ano, foi tão grande a divisão entre as comemorações oficiais e as populares.

Os militares do MFA agrupados na Associação 25 de Abril foram os grandes dinamizadores das comemorações, cujo ponto alto foi a manifestação e o comício em Lisboa que reuniu dezenas de milhares de pessoas. O leque das forças políticas que participaram no grande desfile da Av. da Liberdade é esclarecedor da amplitude da unidade que se poderá vir a estabelecer no campo po-

pular e do seu afastamento em relação ao governo chefiado por Mário Soares.

Assim, no entusiástico comício que encerrou o desfile intervieram Henrique de Barros, ex-presidente da Assembleia Constituinte e ex-dirigente do PS; Maria de Lurdes Pintasilgo, ex-primeira-ministra de um governo de iniciativa do presidente Eanes; Carlos Costa, membro do Bureau Político do PCP; Salgado Zenha, ex-ministro socialista e até 1980 considerado o "número 2" do Partido Socialista; António Galhordas, deputado do MDP/CDE, partido integrante da Aliança Povo Unido (APU) que tem os comunistas como força dominante; João Paulo Guerra da UEDS, pequeno partido saído de uma cisão do Partido Socialista; major Mário Tomé, ex-deputado da esquerdista UDP que na última legislatura perdeu o seu único representante no parlamento; Cunha Leal da ASDI, cisão do Partido Social-Democrata (PSD/PPD) que está coligado no governo com o PS; Medeiros Ferreira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro governo de Soares e ex-dirigente do PS. Representan-



O MFA na Av. da Liberdade: Vitor Crespo, Vasco Lourenço
Pezarat Correia e Vitor Alves

do os militares de Abril, encerrou o comício o tenente-coronel Carlos Fabião, ex-chefe do Estado Maior do Exército no período revolucionário e director da edição portuguesa do *guia do terceiro mundo*.

Se a adesão popular foi o enorme êxito por todos esperado (apesar do boicote quase total da transmissão televisiva duramente criticada por toda a imprensa democrática portuguesa) as frias comemorações promovidas pelo governo redundaram num profundo fracasso. Com salas e anfiteatros quase vazios de público, o primeiro-ministro Mário Soares, visivelmente contrariado pelo insucesso, fez-se acompanhar pelo presidente de honra (por

ele escolhido) das comemorações oficiais, marechal António de Spínola, presidente da República após 25 de Abril de 1974 durante cinco meses até à sua renúncia em 29 de Setembro de 1974, quando viu derrotadas as suas teses "federalistas" para as ex-colónias portuguesas. (Após Março de 1975, Spínola abandonou o país e chegou a liderar uma organização clandestina armada contra o governo do então primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves.)

As comemorações oficiais consistiram, em concertos sinfónicos, paradas militares com participação da aviação italiana, pára-quedistas ingleses, bandas musicais dos exércitos italiano,

francês, alemão federal e norte-americano.

Na sessão solene da Assembleia da República ficou também evidente a oposição política existente entre o primeiro-ministro e o presidente da República, general Ramalho Eanes. Facto inédito da história do parlamento português pós-revolução, o discurso de Eanes não obteve sequer aplausos protocolares de Mário Soares. Na intervenção que proferiu perante os deputados e os membros do governo, Eanes teve fortes críticas à actual situação política do país. afirmou, no entanto, que "o povo encontrará sempre maneira de vir à tona da História". (Carlos Pinto Santos)

UNITA não entra em Espanha

□ "Não existem em território espanhol representações de grupos anti-angolanos porque a Espanha reconhece o actual governo legítimo da República Popular de Angola". Estas foram algumas das declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Fernando Morán, numa entrevista ao enviado especial da agência angolana de notícias, *ANGOP*, a Madrid.

O ministro espanhol desmentiu assim versões de certos meios políticos portugueses, segundo as quais existem representações de grupos contra-revolucionários angolanos na Espanha, o que, segundo alguns analistas, não seria senão uma manobra para legitimar a presença desses grupos em território português.

"As relações entre a Espanha e a República Popular de Angola enquadram-se no âmbito amplo do interesse espanhol em aprofundar as suas relações de cooperação com os diversos

países africanos", assinalou Morán. E acrescentou: "No caso de Angola, essa cooperação foi reforçada com a visita do ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, em 1983, durante a qual se reafirmaram os nossos comuns interesses em matéria de pesca, comércio e cooperação política".

Durante a visita de Paulo Jorge foi assinado um convénio entre a Espanha e Angola para a cooperação científica e técnica e um acordo de complementação técnica em matéria oftalmológica. Em relação a este último, o ministro Morán revelou que já se iniciaram as acções para a construção de uma clínica de oftalmologia em Luanda e que estudantes angolanos estão a formar-se neste momento em Espanha, com ajuda da Organização Mundial da Saúde e do governo espanhol.

Consultado sobre a sua visão em relação aos recentes acontecimentos na África Austral, Fernando Morán afirmou



Felipe González: o seu governo diz não à UNITA que o seu país tem mantido tanto a nível bilateral como nos encontros internacionais, a mais firme condenação do sistema do *apartheid* e da ocupação ilegal da Namíbia. "Apreciamos a mudança que parece ser o início de um processo de pacificação entre os países da África Austral que poderia repercutir no melhor desenvolvimento económico dos países da zona e ter também uma consequência benéfica na resolução do problema da Namíbia", sublinhou Morán.

Estudos para a criação de um banco para o Terceiro Mundo

□ Especialistas em desenvolvimento e economia analisaram em Nova Iorque propostas para o estabelecimento de um banco de desenvolvimento para o Terceiro Mundo.

Os peritos estudaram as possíveis actividades que o "Banco do Sul" empreenderia, a estrutura de capital e a integração da entidade cuja criação conta com apoio considerável e é promovida pelo "Grupo dos 77".

Alguns peritos e representantes de governos do Terceiro Mundo declararam-se partidários de que o Banco cumpra uma ampla gama de tarefas, tais como estabilização de preços de produtos básicos, atribuição de empréstimos em condições acessíveis, financiamento do intercâmbio comercial entre países em desenvolvimento e investimento em projectos de desenvolvimento.

Outra corrente de opinião prefere que o futuro banco se inicie como instituição comercial, financiando o comércio entre países do Terceiro Mundo, para empreender funções adicionais uma vez obtida maior força financeira e técnica.

Contudo, se há discordâncias em alguns aspectos, em compensação em um outro existe unanimidade: há concor-

dância geral sobre a necessidade de que o Sul conte com uma instituição financeira multilateral.

As recomendações dos técnicos serão entregues ao embaixador do México nas Nações Unidas, Porfirio Muñoz Ledo, na qualidade de presidente do Grupo dos 77 (países em desenvolvimento) para que seja debatido na reunião de mais de 100 nações.

A ideia de criar esse banco surgiu de diversas propostas de cooperação técnica entre países em desenvolvimento com vista a que estes criem as suas próprias instituições e reduzam a sua dependência em relação aos países industrializados. A existência de tal instituição é uma necessidade "urgente" em virtude da grave situação económica internacional, conforme ficou demonstrado numa análise de viabilidade concluída em Maio do ano passado por um grupo de peritos. As instituições financeiras existentes "não suprem adequadamente as necessidades" dos países em desenvolvimento, acrescentou o documento, que recomendou um amplo papel para o projectado banco.

O documento indicou que, "desde o início", o banco deve

empreender actividades tendentes ao "financiamento de projectos de desenvolvimento e investimentos conjuntos — inclusive no campo da mineração — e a proporcionar facilidades de créditos e garantias de exportação".



Porfirio Muñoz Ledo

Com o objectivo de dar ao "Banco do Sul" um amplo papel, o grupo recomendou que ele tivesse um capital inicial mínimo de 20 mil milhões de dólares. Fontes próximas da reunião de Nova Iorque declararam que o banco projectado não entrará em conflito com as diversas instituições de desenvolvimento regionais que funcionam na África, América Latina, Ásia e Caraíbas.

Novo acordo para Cahora Bassa

Foi assinado no início de Maio na Cidade do Cabo, o novo acordo de fornecimento de energia eléctrica à África do Sul. Firmaram o contrato Mário Machungo, ministro moçambicano do Plano, Jaime Gama, ministro português dos Ne-

gócios Estrangeiros e Pik Botha, chefe da diplomacia sul-africana.

Segundo um comunicado emitido em Maputo, o total de energia a fornecer pela barragem em direcção à África do Sul irá até 1.450 megawatts. Os novos preços da energia não foram revelados, sabendo-se apenas que a cifra estabelecida sa-

tisfez as três partes envolvidas.

Foi também assinado um novo contrato entre as duas empresas directamente envolvidas: a ESCOM, companhia estatal sul-africana de electricidade e a sociedade que explora a barragem, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, na qual Portugal possui 81% do capital e Moçambique os restantes 19%.

Namíbia: peritos analisam espoliação das riquezas

□ O "relatório negro" sobre o saque indiscriminado dos recursos naturais da Namíbia foi analisado no seminário de peritos internacionais que se realizou em Ljubljana, Jugoslávia, em Abril último, sob o tema "Actividade e interesses económicos estrangeiros na exploração das riquezas naturais da Namíbia". O encontro contou com os auspícios do Conselho da ONU para a Namíbia e foi enriquecido com novos dados sobre a actividade ilegal do capital transnacional e da África do Sul na Namíbia, a última colónia no continente africano.

Mais de 250 autorizações para a exploração de urânio,

diamantes e outros recursos naturais da Namíbia foram concedidas pelo regime de Pretória a companhias estrangeiras em 1983 e no curso deste ano, desobedecendo à proibição do Conselho para a Namíbia.

A África do Sul não só saqueia os recursos naturais do país africano mais rico em minérios, como os vende aos seus parceiros europeus e norte-americanos.

Jim Morel, membro do Instituto de Pesquisas Políticas de Washington, afirmou durante o seminário que, segundo os resultados de recentes pesquisas, mais de 75 firmas norte-americanas obtêm lucros na Namíbia.

Em 1981 foram extraídos

deste país 1,2 milhão de quilates de diamantes, 4.700 toneladas métricas de óxido de urânio foram exploradas e exportaram-se cerca de 100 mil toneladas de cobre.

Os peritos concordam em que a Namíbia possui hoje em dia as jazidas mais ricas de urânio do mundo e é, por sua vez, o quarto produtor mundial do elemento, depois da Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Nas conclusões do seminário, foi solicitado o respeito estrito às resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia-Geral da ONU sobre a Namíbia, que exigem ao capital internacional abster-se de desenvolver actividades comerciais naquele país.

Também foi destacado nas conclusões que o Movimento de Libertação do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) é o único representante legítimo do povo namibiano.



CONSTRUÇÕES INTERCONTINENTAIS, LDA.

Construção civil e industrial

Fornecimento de quadros técnicos e mão-de-obra especializada

Agentes comerciais de compra e venda (representações)

Importação e exportação de quaisquer produtos ou serviços

Administração

Departamento Internacional:

R. António Enes, N.º 16-3.º/D

1000 LISBOA - PORTUGAL

Telefones: 54 04 73 - 57 50 23 - 57 50 46

Telex: 64640 CONIPA P

Fábricas:

Brejo do Lobo

2870 MONTIJO - PORTUGAL

80
anos ao serviço do progresso

Argentina: comissão oficial para o regresso dos exilados



Mais de dois milhões de argentinos vivem actualmente no exterior

□ Uma Comissão Nacional para o regresso dos argentinos expatriados, que o presidente Raúl Alfonsín vai criar nas próximas semanas, colocará em marcha um plano com prazo estipulado até 31 de Dezembro de 1985, quando terão retornado ao país cerca de 120 mil exilados.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) concederá a essa comissão oficial um montante de aproximadamente um milhão de dólares para colaborar com a reincorporação dos exilados no país. Serão feitas outras contribuições solidárias,

cujos montantes ainda se desconhecem, por parte da República Federal Alemã, Espanha e México, entre outros países.

Para os argentinos "notáveis" que se encontram no exterior, estudam-se condições similares às que encontraram nos países em que residiram no exílio. Por sua vez, o "Plano de Desenvolvimento Regional" será incumbido da colocação da mão-de-obra não-qualificada, o que será feito junto aos Estados provinciais e através da criação de cooperativas de trabalho.

Segundo Jorge Minervino, que ocupará a Secretaria Exe-

Holanda oferece os seus mísseis aos vizinhos

A Holanda considera a possibilidade de oferecer aos países vizinhos 48 mísseis *cruise* norte-americanos, que estão previstos para serem instalados no seu território, a fim de evitar uma crise e a queda do governo.

Segundo essa ideia, a Holanda concluiria a construção da base em Wustrecht, nas proximidades da fronteira com a

Bélgica (de onde deveriam ser lançados os mísseis) mas não os instalaria, entregando-os à Bélgica ou à República Federal da Alemanha caso estes países os aceitassem. Foi divulgado em Haia que o governo holandês fará brevemente uma declaração sobre os mísseis. Uma das causas desta atitude do governo é a força do movimento popular contra a instalação de mísseis norte-americanos e armas atômicas, que se torna cada vez mais amplo.

cutiva dessa comissão, a quantidade de argentinos residentes no exterior é de aproximadamente dois milhões, sem incluir os seus filhos, o que elevaria a cifra a uns dois milhões e meio de pessoas.

Sessenta e cinco por cento dos expatriados residem nos Estados Unidos, 16% na Espanha, 12% no Canadá e cerca de 6% no Brasil, Israel, Alemanha Federal, Venezuela, Itália e México. O restante 1% está distribuído pela Austrália, França, Inglaterra, Suíça, África do Sul, Colômbia, Peru, Holanda e Bélgica.

Quanto aos níveis de ocupação, cerca de 48% correspondem a mão-de-obra não-qualificada, 25% a técnicos, 5% a profissionais universitários, 20% a comerciantes e 2% a industriais. A previsão é de que os primeiros a regressar serão aqueles que tiveram que exilar-se por motivos políticos. Porém a Comissão Nacional "trata não só dos refugiados políticos como também dos exilados em geral", explicou Minervino.

O governo mostrou interesse em recuperar os cientistas e técnicos mais qualificados que tiveram que sair do país, a maioria deles "porque temiam que se cometessem injustiças contra si, depois de verem que desapareciam amigos ou parentes" durante o regime militar (1976-1983). Noventa e cinco por cento deles — assegurou Minervino ao semanário *Somos de Buenos Aires* — não têm nenhum problema pendente com a Justiça.

Os que possam ter problemas judiciais pendentes terão que enfrentá-los nos tribunais e demonstrar por via jurídica a injustiça das acusações que pesam sobre eles ou a sua inocência. O governo não prevê nenhum tipo de amnistia para os indiciados com problemas judiciais pendentes.

Timor-Leste: a luta e os massacres continuam

□ Monsenhor Martinho da Costa Lopes, antigo bispo de Dili, tornou pública recentemente em Lisboa, uma carta que lhe foi dirigida pelo administrador apostólico de Timor-Leste, padre Carlos Filipe Ximenes Belo, onde são revelados a intensificação de combates no território e novos massacres cometidos pelas tropas indonésias contra o povo maubere.

Na missiva, datada de 16 de Fevereiro último, o eclesiástico diz a certo passo: "Desde o 8 de Agosto é que a situação piorou. Prenderam-se em todos os postos as pessoas (só em Dili seiscentas pessoas) e agora estão a ser julgadas em tribunais militares. Outras feitas desaparecer. Não sabemos se estes tribunais são imparciais e se há advogados de defesa. Nos *kabupatens* de Lospalos, Viqueque, Baucau e Ainaro a guerra existe e as populações estão encurraladas. Sofrem doenças, fome, falta de liberdade e perseguição. Só em Lospalos há dez batalhões (indonésios) e estes *bapaks* não conseguem ganhar a guerra. Eles pensaram em arrumar o assunto até finais de Dezembro de 1983, mas já vamos em Fevereiro e o resultado da operação militar não se vê. (...) É uma miséria, monsenhor! A Cruz Vermelha não entra nas prisões nem eu posso celebrar eucaristia para os detidos políticos da Komarka".

Mais à frente o prelado refere-se às atrocidades verificadas pelos invasores: "Em Muapitini (Lospalos) e Iliomar houve julgamentos 'populares', isto é, os implicados com o mato (guerrilha) foram assassinados diante do povo, à facada, catanada e à paulada".

A carta termina com refe-

rências à perseguição sofrida pela igreja católica em Timor-Leste: "É uma situação macabra que estamos a viver. (...) Peço a monsenhor para continuar a rezar por nós, e faça um apelo ao mundo livre para abrir os olhos perante as barbaridades de que são capazes os indonésios. A igreja é perseguida e acusada e as nossas escolas são revistadas e os alunos interrogados. A residência dos padres salesianos de Baucau foi selvaticamente revistada pelos *Nangalas*".

Entretanto, não estão ainda resolvidas as divergências entre o governo de Mário Soares e o presidente Eanes quanto à estratégia diplomática que Lisboa deverá dar à questão da sua antiga colónia da Ásia. Fontes próximas da presidência têm afirmado que a tese do ministro português dos Negócios Estrangeiros de procurar resolver, a todo o custo, as relações com alguns países do sudeste do Pacífico, nomeadamente com a própria Indonésia, se traduz, em última instância, no reco-

nhecimento da integração de Timor-Leste por Jacarta.

Por último, prossegue a polémica entre o grupo de congressistas norte-americanos que, liderado por Tony Hall, intenta desde 1983 atenuar as duras condições dos refugiados mauberes na África e Portugal, ao mesmo tempo que procura criar condições para a saída de Timor-Leste de milhares de pessoas confinadas em campos de concentração. Tony Hall, que no ano passado se avistou com Ramalho Eanes e Mário Soares procurando colaboração para essas acções humanitárias, ficou surpreendido pelas declarações de Jaime Gama ao *Washington Post*, proferidas em 31 de Março último. O ministro português teria afirmado que a iniciativa dos congressistas norte-americanos, não passava de um "marketing político que roça a demagogia... e é de valor reduzido".

Numa carta escrita a Mário Soares em 6 de Abril último, Tony Hall solicita ao primeiro-ministro português: "Apreciaria imenso uma clarificação por si fornecida, sr. primeiro-ministro, de modo a que eu a possa compartilhar com os meus colegas".

"A montanha é algo mais do que uma imensa estepe verde", de Omar Cabezas Lacayo. Prémio da Casa de las Américas, 1982 Última edição da Tricontinental Editora, "cadernos do terceiro mundo", Lisboa, Maio de 1984



Auxílio para o continente africano

A Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) concedeu um auxílio do fundo de emergência do seu programa alimentar no montante de 16 milhões de dólares, para o Gana, Alto Volta, Gâmbia e Níger. Estes quatro países integram a lista de 24 Estados africanos que continuam a sofrer os efeitos catastróficos da seca que matou já milhares de pessoas e destruiu grande parte do potencial alimentar da região. Segundo a FAO, as perspectivas de produção agrícola na África para este ano são muito sombrias. No ano passado, os países afectados produziram apenas 16,2 milhões de toneladas de cereais. O défice de cereais verificado nos países do Sahel é estimado

em 1,6 milhão de toneladas, exactamente o dobro do verificado o ano precedente. Enquanto isso, refere o estudo da FAO, entre Agosto de 82 e Agosto de 83, as regiões atingidas pela seca no Sahel aumentaram à razão de 150 a 200 km por país, em prejuízo dos terrenos de pastagem.

Yémen do Sul: contra "proteccionismo" norte-americano

O presidente do Yémen do Sul, Ali Nasser Mohammed, advertiu os Estados conservadores do golfo Arábico sobre os riscos de depender dos Estados Unidos em matéria de defesa. Mohammed exortou esses países a abolirem todos os aspectos que possam configurar uma "presença militar norte-americana" na região. "Apostar

nos Estados Unidos ficou demonstrado ser um erro", declarou o presidente ao diário *As Siyassa*.

O presidente Mohammed desmentiu que o seu país tenha apoiado o Irão em detrimento do Iraque na Guerra do Golfo, para o fim da qual apelou, quanto antes possível, "pois só serviu para atrair para a região tropas norte-americanas transportadas por ar e por mar".

Coincidindo com a entrevista de Mohammed, uma notícia dada em Aman, Jordânia, anunciou que o comandante das forças navais norte-americanas no Médio Oriente, o contra-almirante Charles Adams, chegou à Jordânia para uma visita de 24 horas. Simultaneamente, a fragata norte-americana *John Hall* chegou ao porto jordaniano de Aqaba em "visita de rotina".

الخطوط الجوية العراقية



Iraqi Airways

VOOS DIRECTOS

Terças-Feiras

LISBOA-RIO DE JANEIRO

Quartas-Feiras

LISBOA-AMMAN-BAGHDAD

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Avenida da República, 48 - 3º Esq.

1000 LISBOA

Telefones 77 44 16 / 77 56 18

Telex 43588 LISTIA P

América Latina: democracia e integração económica

A libertação, a 19 de Março passado, do general Liber Seregni, líder da coligação da esquerda uruguaia, constituiu um novo marco no caminho da democratização da América Latina. A saída de Seregni da prisão não foi um acto de clemência da ditadura uruguaia, mas ao contrário, constituiu uma demonstração palpável das suas contradições e do fracasso do seu projecto político.

Logo depois, a 31 de Março, "comemoravam-se" no Brasil os 20 anos do golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de João Goulart e inaugurou o prolongado e sinistro ciclo de ditaduras militares, que chegou a subjugar a maior parte do continente, incluindo o Chile e o Uruguai, os únicos países latino-americanos que no passado se tinham livrado desse tipo de experiência autoritária.

Em nações cuja vida independente atingiu aproximadamente um século e meio, 20 anos de privação das liberdades elementares significa um período extremamente longo e penoso, só explicado pelo sistema repressivo que o sustentou. Na realidade, esses 20 anos foram marcados por avanços e retrocessos. Apenas o Brasil manteve uma continuidade militar durante esse período. Na Argentina e na Bolívia, houve na verdade dois ciclos militares interrompidos pelos respectivos regressos à vida democrática, e ambos os países estão hoje na vanguarda da democratização. O

Chile e o Uruguai caíram sob a ditadura quase uma década depois do golpe no Brasil. Por sua vez, os regimes comandados pelas forças armadas no Peru e no Equador diferenciaram-se do clássico autoritarismo militar latino-americano ao tentarem programas de reformas estruturais. Portanto, o Brasil não só deu origem ao ciclo ditatorial como manteve as forças armadas à frente do executivo no decorrer dessas duas décadas.

É um facto real que os militares do Brasil, certamente mais hábeis e realistas que os seus colegas da área hispano-americana, fizeram concessões e permitiram uma abertura gradual, controlada, que deveria ser coroada com as eleições presidenciais de 1985.

Mas se o acto for realizado sob as condições ditadas pelo próprio regime, isto é, com o sistema de votação indirecta através de um colégio eleitoral (realidade que parece mais próxima após a rejeição em 25 de Abril último da emenda constitucional propondo as eleições directas), segundo a fórmula idealizada para controlar a sucessão — embora a oposição tenha alcançado a maioria nas eleições parciais de Novembro de 1982 — a hegemonia política militar poderia prolongar-se por um período presidencial subsequente. Assim a presença militar no poder perpetuar-se-ia quase até ao fim desta década. A deterioração do governo e a força da oposição,

confirmada pelas gigantescas manifestações populares em todo o país em favor das eleições directas (isto é, realmente democráticas) torna difícil conceber que esta pretensão de longevidade se concretize.

Não restam dúvidas que se o modelo brasileiro tivesse tido êxito poderia ter alcançado importantes repercussões dentro e fora do país. A aplicação da doutrina da segurança nacional — sustentação ideológica do ciclo militar — numa primeira etapa, poder-se-ia dizer durante a primeira década, enfraqueceu a oposição. Não conseguiu, contudo, criar um consenso considerável em favor do alto comando.

Após outra década é evidente que o regime brasileiro não pode apresentar um saldo de sucessos. Entretanto, a experiência militar brasileira exerceu grande influência entre os seus vizinhos.

Essa influência obedeceu em grande parte à convicção de que o governo militar brasileiro estava a aplicar uma fórmula correcta para tirar o país do subdesenvolvimento. No entanto, é necessário reconhecer que os círculos progressistas criticaram desde o início os desvios e desacertos do modelo e que as camadas populares resistiram desde os primeiros momentos, na medida do possível, à sua aplicação. Mas quando foram atingidas percentagens elevadas de crescimento do produto nacional, que se mantiveram até meados dos anos 70, o *establishment* nacional e regional, empregou com exagero o conceito de "milagre económico brasileiro".

Vejam os em essência, em que consistiam a doutrina e o modelo que, a partir do Brasil, deveriam irradiar as suas influências sobre o resto do Terceiro Mundo.

Dado que o inspirador da doutrina da segurança nacional era o *establishment* político-militar dos Estados Unidos, no que diz respeito à política internacional a tutela dos militares devia garantir

que esses países se mantivessem fiéis ao Ocidente, numa aliança política, económica e militar sob hegemonia norte-americana.

O correlato de política interna consistia na eliminação de todas as forças contrárias a essa forma de dependência. As suas vítimas seriam, sobretudo, a esquerda, e também aqueles sectores nacionalistas que não são habitualmente classificados como tais. A repressão — maciça e de extrema violência — atingiu limites inauditos na Argentina, no Chile e no Uruguai.

Essa repressão era, inclusive, uma premissa para implantar o modelo económico. Este consistiu em promover a penetração das empresas transnacionais visando uma industrialização dependente daquelas. A eliminação das organizações populares, principalmente dos sindicatos, e de todos os direitos constitucionais, concederia às empresas o benefício de uma mão-de-obra extremamente barata, o que permitiria exportações competitivas que cresceriam continuamente. Essa expansão incessante das exportações geraria uma receita externa que compensaria as saídas de lucros das transnacionais, das importações associadas a essa industrialização dependente e do serviço (amortização mais juros) da dívida pública e privada contraída para acompanhar esse processo. A negação da participação política interna e a abertura económica para o exterior, estavam, portanto, ligadas indissolúvelmente a esse projecto de inserção internacional do Brasil e dos países que o imitaram.

De todas as nações que seguiram esse caminho, nenhuma foi mais longe que o Brasil. Não só pelo extenso período de aplicação do modelo mas também pela mobilização da burocracia estatal e da diplomacia em busca de mercados, pela aplicação de enormes recursos estatais e por ter contraído uma dívida que é a mais volumosa que pesa sobre um país do Terceiro Mundo.

O crescimento económico foi produzido, mas num contexto de dependência em relação às economias capitalistas desenvolvidas que disfarçou as falhas do modelo enquanto aquelas se mantiveram em expansão, mas assolou o país com uma violência inusitada quando sobreveio a recessão.

O Brasil é atingido actualmente pela maior crise económica da sua história recente. A palavra-de-ordem de "milagre económico" soa como uma farsa trágica das legítimas aspirações nacionais de desenvolvimento. (*Ver nesta edição a entrevista com o economista Barros de Castro*). Toda a economia nacional está comprometida no pagamento dos juros da dívida, sem que se perceba como será possível diminuir o montante. E os países que, com as variantes para cada caso, copiaram o gigante sul-americano, estão sufocados por situações semelhantes.

Ao analisar o processo de democratização em curso, acentuou-se frequentemente o plano político, como se se tratasse simplesmente da substituição de militares por civis. Essa perspectiva é simplista e limitada. Por trás dos militares que utilizaram as armas para lesar a soberania popular, havia poderosos interesses estrangeiros e nacionais comprometidos com um modelo totalitário, onde o lado económico era perfeitamente coerente com o político. E, portanto, não só fracassaram os militares que exerceram funções de governo, mas juntamente com eles ficou demonstrado o fracasso do modelo como um todo.

A democratização implica também uma coerência entre os aspectos económicos e políticos, condição para se chegar a bom termo. Nem sempre é assim. No Peru, por exemplo, o governo de centro-direita do presidente Fernando Belaúnde Terry está à frente de um regime democrático, mas o seu programa económico consistiu numa clara abertura externa que agravou a crise peruana. Em consequência disso, o seu governo perdeu toda a adesão das massas e a frente partidária que o apoiou não tem perspectivas para as próximas

eleições.

Dado que a verdadeira democratização está intrinsecamente associada à participação, não só dos partidos políticos como também das organizações sociais e, em primeiro lugar, dos sindicatos, os governos que substituírem os regimes ditatoriais deverão colocar a economia a serviço da maioria. Deve-se dar prioridade à indústria nacional e ao mercado interno. As forças democráticas que assumiram a luta e a resistência contra as ditaduras latino-americanas formam uma frente amplíssima que vai além do âmbito da esquerda, abrangendo sectores moderados e centristas e inclusive numerosos industriais e empresários.

Assim como o modelo oposto, este não se esgota no plano nacional, mas projecta-se numa aliança internacional. É uma aliança determinada pela limitação dos mercados internos para gerar um processo de desenvolvimento económico auto-sustentado, pela complementarização económica dos diferentes países latino-americanos, a afinidade dos seus interesses, a proximidade geográfica e por uma história e um futuro compartilhados. O crescimento da economia, no quadro da integração económica latino-americana e no contexto mais amplo da cooperação Sul-Sul com as demais regiões do Terceiro Mundo, é a única fórmula que pode reduzir a dependência externa de cada um dos países. Não é, portanto, uma coincidência que as forças que impulsionam a democratização sejam as mesmas que se propõem reforçar o processo de integração regional. Um dos aspectos mais positivos e salientes que germinaram sob a longa noite ditatorial é precisamente o de ter reacendido a consciência da integração continental como único caminho para a viabilidade económica dos diferentes países e, portanto, para qualquer projecto de desenvolvimento económico nacional sem o qual as democracias que ressurgem não se poderão sustentar.

● ANGOLA ● BOTSWANA ● LESOTO ● MALAWI ● MOÇAMBIQUE
● SUAZILÂNDIA ● TANZANIA ● ZÂMBIA ● ZIMBABWE



Uma aposta no futuro

*Textos e entrevistas por: Baptista da Silva,
Carolina Quina, António Silva e António Pacheco*

São conhecidas as razões históricas e os condicionalismos geográficos que, em maior ou menor grau, colocam todos os países da extensa zona da África Austral na dependência económica da África do Sul.

Relações de subordinação que têm representado um alto custo político na soberania nacional e na inviolabilidade territorial dos países situados na vizinhança do regime do *apartheid*, com ou sem fronteiras comuns. Ao longo da história essas nações sofreram e sofrem ainda, as pressões, agressões armadas e os obstáculos ao desenvolvimento impostos por Pretória, defendida pelos interesses transnacionais das potências do Ocidente e pelas razões geo-estratégicas atlantistas e segura da sua aliança privilegiada com os Estados Unidos.

No entanto, a região meridional do continente registou na última década alterações históricas irreversíveis. Com as independências de Moçambique, Angola e Zimbábue e a unidade forjada na acção comum dos países da Linha da Frente, criaram-se condições que permitiram aos governos soberanos do subcontinente fortalecerem os laços entre si e procurar interligar as suas economias, basicamente com um triplo objectivo. Impulsionar a luta contra o subdesenvolvimento, racionalizar esse esforço

harmonizando as economias dos seus países e lançar os alicerces que permitam superar a médio prazo a dependência em relação à África do Sul. Um dos instrumentos para esse projecto é a SADCC, Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, criada pelos nove governos da região em Abril de 1980.

Hoje, quatro anos decorridos desde a Conferência que em Lusaka formalizou a SADCC, uma nova reunião cimeira na capital zambiana (onde cadernos do terceiro mundo esteve presente através de Carolina Quina) fez o balanço do que é considerada uma das mais originais formas de cooperação Sul-Sul. Perante os recentes acordos de não-beligerância que Moçambique e Angola estabeleceram com Pretória, são introduzidos novos elementos e abertas perspectivas ainda por desbravar, mas que em nada colocam a SADCC em questão, como sublinhou Samora Machel na assinatura do Acordo de Nkomati face a Pieter Botha.

Nas páginas que se seguem procuramos traçar um panorama global da realidade e futuro de um projecto de integração regional que abrange 61,5 milhões de africanos de nove nações num espaço económico de 4,9 milhões de quilómetros quadrados.



O desafio do desenvolvimento

Nove países muito diferenciados na organização política, económica e social procuram valorizar os seus recursos e lutar contra o subdesenvolvimento

A SADCC (do inglês *Southern African Development Coordination Conference* – Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral) criada em Abril de 1980, como o seu nome indica, visa promover o desenvolvimento económico e social da região através da coordenação de esforços e recursos dos seus países membros. Actualmente, integram a SADCC nove Estados africanos: a República Popular de Angola, República de Botswana, Reino de Lesoto, República do Malawi, República Popular de Moçambique, Reino da Suazilândia, República da Tanzânia, República da Zâmbia e República do Zimbabwe.

Trata-se, pois, de um projecto essencialmente económico, que reúne países muito diferenciados quanto à organização económica, política e social das suas populações. No entanto, são países que apresentam características comuns: conquistaram a independência política ao longo dos últimos 20 anos e após séculos de colonização (inglesa e portuguesa); têm estruturas económicas débeis e marcadamente subdesenvolvidas dependendo fortemente da África do Sul em aspectos tão importantes como os transportes, comunicações, energia e comércio externo.

Foi a consciência desta situação de subdesenvolvimento e dependência que levou os nove países referidos a juntar esforços para a alterar radicalmente, dando corpo a uma das mais importantes e originais formas de cooperação Sul-Sul que é a SADCC.

Sendo um projecto económico não deixa, naturalmente, de ter reflexos políticos. Ao propor como objectivo a diminuição da dependência económica em relação à África do Sul, a SADCC contribuirá decisivamente para a diminuição da influência do regime do *apartheid* na região. Daí que as reacções de Pretória à SADCC se tenham traduzido no intensificar das acções de sabotagem contra os países vizinhos e, nos casos de Moçambique



A consciência do subdesenvolvimento e da dependência económica levou os nove países a juntarem esforços: a SADCC

e Angola, no aumento do apoio a grupos como a RNM e a UNITA.

Como surge?

“Vemos a SADCC como parte integrante da nossa própria história, como uma manifestação incontestável do nosso histórico espírito pan-africanista. Mais imediatamente, a SADCC é a expressão mais directa e concreta das ideias do Movimento Pan-Africano para a Libertação da África Oriental, Central e Austral (1958-1963), da Conferência dos Estados da África Oriental e Central (1966-1974) e dos Estados da Linha da Frente”.

Quem o afirma é Robert Mugabe primeiro-ministro do Zimbabwe, durante a cimeira da SADCC realizada em Julho de 1981, em Harare.

Durante os 20 anos que separam as independências da Tanzânia e do Zimbabwe (1961-1980) a cooperação entre os países da África Austral foi, por exigências da própria luta de libertação, sobretudo política, diplomática e militar. Foi o caso do apoio dos países vizinhos ao MPLA e à FRELIMO durante a guerra contra o colonialismo português em Angola e Moçambique, e foi o caso dos Estados da Linha da Frente quando do processo de independência do Zimbabwe. Porém, o certo é que a cooperação no âmbito da economia esteve sempre presente através de experiências e tentativas, ainda que muitas delas fracassadas.

Foi só a partir de 1979, com a próxima independência do Zimbabwe (país de importância estratégica para a região), que a dimensão económica da luta de libertação da África Austral adquiriu maior relevo.

Como diria Lopo do Nascimento, ministro an-



Lopo do Nascimento: "enfrentar os problemas de sobrevivência"

De Gaborones a Lusaka: cinco anos preparatórios

1979

Maio — Reunião, em Gaborones, dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha da Frente.

Julho — Reunião, em Arusha, de Chefes de Estado dos Estados da Linha da Frente para preparar a formação da SADCC.

1980

Abril — Cimeira, em Lusaka, dos nove Chefes de Estado e de Governo dos países que integram e formalizam a SADCC.

Aprovados também a Declaração Final e o Programa de Acção.

Setembro — Reunião em Harare do Conselho de Ministros da SADCC.

Novembro — Encontro anual em Maputo da SADCC com representantes de 30 países e 19 agências financiadoras.

1981

Janeiro — Reunião em Maputo dos Ministros da Comissão para os Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC).

Março — Encontro, em Dar-es-Salaam, sobre Comércio Regional e Cooperação Industrial.

Junho — Reunião em Mbabane, do Conselho de Ministros da SADCC.

Julho — Cimeira em Harare dos nove Chefes de Estado e de Governo.

Novembro — Encontro anual em Blantyre, com representantes de governos e agências financiadoras.

1982

Reunião em Luanda, do Conselho de Ministros da SADCC.

Julho — Reunião na Zâmbia, de peritos de minas da SADCC.

Julho — Cimeira em Gaborones, dos nove Chefes de Estado e de Governo.

Setembro — Reunião, em Arusha, dos Ministros da Indústria da SADCC.

Novembro — Primeira reunião dos Ministros da Agricultura da SADCC.

1983

Janeiro — Encontro anual em Maseru, com países e organizações financiadoras.

Maio — Reunião, em Dar-es-Salaam, do Conselho de Ministros.

Julho — Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Maputo.

1984

Janeiro — Reunião em Harare de técnicos da SADCC com empresários e financiadoras para avaliação de projectos de investimentos na área.

Janeiro — Reunião em Lusaka, da SADCC com Organizações Não-Governamentais de quase 30 países.

Fevereiro — Encontro anual em Lusaka da SADCC com países e organismos financiadores.

Nove membros, 4,8 milhões de km² e 61,5 milhões de seres

Angola

Superfície 1.246.700 Km²
 Densidade
 Populacional .. 6,3 hab./Km² (1981) estimativa
 População 7.800.000 (1981)
 PNB per capita 470 dólares (1980)
 PIB 2.500 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 48%; Indústria: 23%; Serviços: 29% (1980)

Botswana

Superfície 600.372 Km²
 Densidade
 Populacional .. 1,5 hab./Km² (1981) estimativa
 População 900.000 (1981)
 PNB per capita 1.010 (1981)
 PIB 800 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 21,8%; Indústria: 25%; Serviços: 53,2% (1980)

Lesoto

Superfície 30.355 Km²
 Densidade
 Populacional .. 46 hab./Km² (1981) estimativa
 População 1.400.000 (1981)
 PNB per capita 540 dólares (1981)
 PIB 320 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 31%; Indústria: 21%; Serviços: 48% (1980)

Malawi

Superfície 118.848 Km²
 Densidade
 Populacional 52 hab./Km² (1981)
 População 6.200.000 (1981)
 PNB per capita 200 dólares (1980)
 PIB 1.420 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 43%; Indústria: 20%; Serviços: 37% (1980)

Moçambique

Superfície 783.030 Km²
 Densidade
 Populacional .. 16 hab./Km² (1981) estimativa
 População 12.500.000 (1981)
 PNB per capita 270 dólares (1981)
 PIB 2.810 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 44%; Indústria: 16%; Serviços: 40% (1980)



Suazilândia

Superfície 17.363 Km²
 Densidade
 Populacional 34,5 hab./Km² (1981)
 População 600.000 (1981)
 PNB per capita 760 dólares (1981)
 PIB 380 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 30,7%; Indústria: 33,3%; Serviços: 36% (1980)

Tanzânia

Superfície 945.087 Km²
 Densidade
 Populacional 20 hab./Km² (1981)
 População 19.100.000 (1981)
 PNB per capita 280 dólares (1981)
 PIB 4.350 milhões de dólares (1980)
 Composição do PIB — Agricultura: 52%; Indústria: 15%; Serviços: 33% (1980)

Zâmbia

Superfície 752.614 Km²
 Densidade
 Populacional 8 hab./Km² (1981)
 População 5.800.000 (1981)
 PNB per capita 600 dólares (1980)
 PIB 3.430 milhões de dólares (1981)
 Composição do PIB — Agricultura: 18%; Indústria: 32%; Serviços: 50% (1981)

Zimbabwe

Superfície 390.580 Km²
 Densidade
 Populacional 18,4 hab./Km² (1981)
 População 7.200.000 (1981)
 PNB per capita 870 dólares (1981)
 PIB 6.010 milhões de dólares (1981)
 Composição do PIB — Agricultura: 18%; Indústria: 37%; Serviços: 45% (1981)



Muitos têm sido os projectos de apoio e fomento aos diversos sectores, principalmente o agrícola

golano do Plano "... temos que enfrentar os problemas do nosso desenvolvimento, que hoje são, para alguns de nós, problemas de sobrevivência".

E é a consciência desta situação actual que leva os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha da Frente a propôr, em Maio de 79, a realização de uma Conferência de Ministros da Economia dos seus países, alargada a outros países da região, com vistas à discussão e estabelecimento de um grupo de coordenação económica regional. Essa reunião, que se viria a realizar em Julho de 1979, em Arusha (Tanzania), foi, pois, o embrião da SADCC que, no entanto, só em Maio de 1980, viria a ser formalizada com a realização da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Lusaka.

Os seus objectivos, estrutura e programa, aparecem definidos na importante Declaração Final da Cimeira: "África Austral: Rumo à Independência Económica" (ver caixa).

A partir de então, foi um processo vertiginoso de reuniões e cimeiras que, pouco a pouco, ia dando corpo a uma organização ágil, flexível e operacional. Em apenas quatro anos a SADCC logrou alcançar uma importância decisiva. Quando hoje se fala no desenvolvimento da África Austral, inevitavelmente, este projecto que integra nove países da região é citado.

Têm sido muitos os projectos que nos sectores industrial, agrícola, transportes, formação de qua-

dro, energia, etc., se iniciaram e/ou já se realizaram a partir de 1980.

Como funciona?

A estrutura da SADCC é descentralizada e pouco burocratizada, procura a maior eficiência e operacionalidade, exigindo, ao mesmo tempo, a participação activa de todos os seus Estados membros.

O órgão máximo é a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que se reúne uma vez por ano em países diferentes: Lusaka (Zâmbia) em 1980, Harare (Zimbabwe) em 1981, Gaberones (Botswana) em 1982, Maputo (Moçambique) em 1983. As decisões são tomadas por consenso e é este órgão que controla a realização das actividades da organização.

Ao Conselho de Ministros, constituído por um ministro de cada país, cabe a coordenação geral, a supervisão das instituições e da execução dos programas definidos. O Conselho pode criar comités ministeriais para executar programas em áreas determinadas. O Conselho de Ministros, como a Cimeira, adopta decisões tomadas por consenso.

As Comissões Sectoriais são formadas para áreas específicas de actividade como é o caso da SATCC (do inglês *Southern African Transport and Communication Conference* — Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral) ou do Conselho Regional para a Formação, com sedes em Maputo e na Suazilândia, respectivamente.

Ministros da
Energia dos
países membros
da SADCC em
Angola (1982)

Paulo Pinga



O Comité Permanente é o principal órgão de coordenação de todos os programas e prepara as Cimeiras e Conselhos de Ministros.

Finalmente, desde Julho de 1982, funciona o Secretariado, responsável pela interligação das instituições da SADCC e pela coordenação da execução das tarefas da organização.

Entretanto, a coordenação de determinadas áreas de actividades no quadro do Programa de Acção foi entregue aos nove países da SADCC da seguinte forma: Angola — Desenvolvimento e conservação de energia; Botswana — Controlo das doenças animais e investigação no âmbito da agricultura; Lesoto — Conservação e aproveitamento dos solos; Malawi — Pescas e florestas; Moçambique — Transportes e comunicações; Suazilândia — Formação de mão-de-obra; Tanzânia — Desenvolvimento industrial; Zâmbia — Minas e Fundo de Desenvolvimento da África Austral; Zimbabwe — Desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Para levar por diante as tarefas dos seus pelouros estes países recorrem à formação de pequenos grupos para apoio técnico e administrativo.

Ou seja, do que atrás ficou apontado, ressalta a importância da Cimeira e, sobretudo, do Conselho de Ministros na definição das prioridades e políticas enquanto que as Comissões Sectoriais, o Comité Permanente e o Secretariado são órgãos executivos.

Anualmente realiza-se uma Conferência da SADCC com os países e organizações financiadoras ou potencialmente interessadas em financiar os projectos definidos para os distintos sectores.

O modelo de decisão por consenso salvaguarda as diferenças existentes entre países tão diversificados como são os nove membros que integram esta estrutura supranacional. A estrutura descentralizada adoptada tem dado resultados francamente po-

sitivos tanto no inter-relacionamento dos países da SADCC como no relacionamento desta com os países financiadores.

A prova de que vem funcionando com operacionalidade é dada pelos projectos realizados ou em vias de conclusão. Mas não só. O crescente interesse de países e organismos internacionais em negociar e/ou financiar a SADCC resulta sobretudo da credibilidade e confiança que esta organização dá aos seus interlocutores.

Nota-se um esforço continuado em encontrar o denominador comum dos nove países da SADCC concentrando-se esforços e recursos no essencial e evitando longas e pesadas discussões e debates que pouco concretizam.

Que futuro?

Comparando com anteriores experiências de cooperação na África Austral (como a Comunidade da África Oriental ou a Federação Centro Africana), não há dúvida que muito se avançou. No entanto, os quatro anos da SADCC são pouco tempo para permitir conclusões definitivas.

O maior desafio que enfrenta a SADCC são as ameaças constantes — muitas vezes concretizadas em acções militares — da vizinha República da África do Sul. Impedir a consolidação e desenvolvimento da SADCC tem sido uma meta permanente de Pretória. Porém, ao fim de quatro anos de existência pode dizer-se que algo mudou na África Austral depois de 1980, quando nove países se juntaram para detectar interesses comuns e definir propostas capazes de os fazer avançar, individual e colectivamente, no sentido da libertação económica.

A SADCC está apenas no começo. É uma aposta no futuro, um desafio em aberto.



Conferência de Lusaka

Prioridade contra a seca

Quatro anos depois da criação oficial da SADCC, os governos do subcontinente reúnem-se de novo na capital zambiana e fazem um balanço moderadamente optimista da sua acção conjunta

Teve lugar em Lusaka, a 2 e 3 de Fevereiro último a Conferência Anual da SADCC. Ministros dos nove Estados membros da SADCC reuniram-se nessa ocasião com representantes de 25 governos e 23 Organizações Internacionais e Agências de Desenvolvimento.

A Conferência surgiu num momento crítico da existência destes nove países da África Austral — vários anos de seca, baixa acentuada das exportações, crise económica e o desgaste provocado pelas constantes agressões militares sul-africanas.

A seca e a agricultura constituíram o foco central das preocupações e das atenções, dada a crise aguda a estes dois níveis na região. Foi sublinhado, para o sector da agricultura, a necessidade de serem formuladas políticas mais eficazes e que visem uma melhoria a curto prazo das condições de vida das populações camponesas.

Existem já elaborados vários projectos para responder aos problemas neste sector nomeadamente sobre as carências com bens alimentares, de prevenção de pragas e doenças, de criação de reservas alimentares a nível nacional e regional e finalmente, para a obtenção de ajuda de emergência.

Um projecto de assistência técnica, que já financiou diversas reuniões do Comité de Consultadoria Técnica, constituiu um dos aspectos centrais. A USAID financiou a maior parte deste programa.

A FAO, por seu lado, deu um parecer favorável para o financiamento duma parte substancial do projecto de criação do sistema de prevenção de crises em bens alimentares. O valor do projecto ronda os 6,4 milhões de dólares, dos quais os governos nacionais africanos cobriram um terço.

Outro projecto relativo à criação dum sistema regional de informação, que reuna dados científicos, e cujos custos atingem 758.000 dólares, será financiado pelo governo holandês e teve já um



Agricultura: necessidade de políticas mais eficazes, que melhorem o nível de vida das populações

apoio inicial da FAO.

Outros projectos incluem a criação de reservas alimentares, redução de perdas de colheitas, comercialização e estudos sobre a ajuda alimentar. Também está já projectado um estudo de recrutamento e retenção de pessoal técnico e profissional. A organização sueca de apoio ao Terceiro Mundo, SIDA, propõe-se financiar este último.

Diversos projectos nacionais com "implicações regionais" serão, de futuro, também estudados. Na realidade, foram já aprovados pela SADCC projectos nacionais de segurança alimentar com implicações regionais num valor total de 110 milhões de dólares, a par de projectos regionais num valor de 7 milhões de dólares.



Seca: solução política e econômica

Devido à seca, e dada a gravidade da situação na região, os países afectados viram-se forçados a recorrer às ajudas de emergência, apesar de reconhecerem os perigos inerentes a este tipo de ajuda, como elemento gerador de dependência.

As ajudas de emergência requeridas pelos vários países foram (em milhões de dólares)*:

Botswana	41.116
Lesoto	67.500
Malawi	13.425
Moçambique	56.781
Suazilândia	1.074
Zimbabwe	119.600
Zâmbia	24.912
Tanzania	30.357

Para além da ajuda de emergência, o Lesoto, Tanzania, Zâmbia e o Zimbabwe apresentaram propostas que visam resolver ou minimizar a prazo as crises provocadas pela seca, através da implementação de vários esquemas de irrigação e criação de infra-estruturas.

No que se refere ao sector dos transportes e te-

* Estes valores não têm em conta as perdas suplementares sofridas por Moçambique e pela Suazilândia, em final de Janeiro último, quando um violento ciclone e chuvas torrenciais desabaram sobre os dois países.

Organizações não-governamentais apoiam SADCC

Realizou-se em Lusaka, de 27 a 31 de Janeiro de 1984, antecedendo a 5ª Conferência Anual da SADCC, uma conferência internacional que juntou 34 Organizações Não-Governamentais provenientes de 17 países (Europa, Estados Unidos e Canadá, África).

Na conferência intervieram representantes ofi-

lecomunicações, sob a responsabilidade de Moçambique, o balanço apresentado é um dos mais positivos.

Este sector, considerado prioritário, tem tido uma comissão a trabalhar desde 1981. Segundo um dos responsáveis desta comissão a resposta dos países e organizações doadoras tem sido positiva, embora lenta. Os países nórdicos têm sido os principais doadores.

Actualmente um dos projectos considerados de máxima prioridade é o do porto de Dar-es-Salaam. Outros projectos de relevo no domínio dos transportes são os relativos à modernização das estruturas portuárias que servirão Maputo, Beira, Nacala, Lobito e, como já referimos, de Dar-es-Salaam.

Esta comissão referiu ainda que o comércio de e para a África do Sul deverá aumentar até ao ano 2000 cerca de 28%, enquanto que o comércio entre os países da SADCC crescerá cerca de 44% até esse mesmo ano. É uma evolução positiva embora se deva ter em conta que o comércio com a África do Sul ainda é quase quatro vezes superior ao comércio no seio dos países da SADCC.

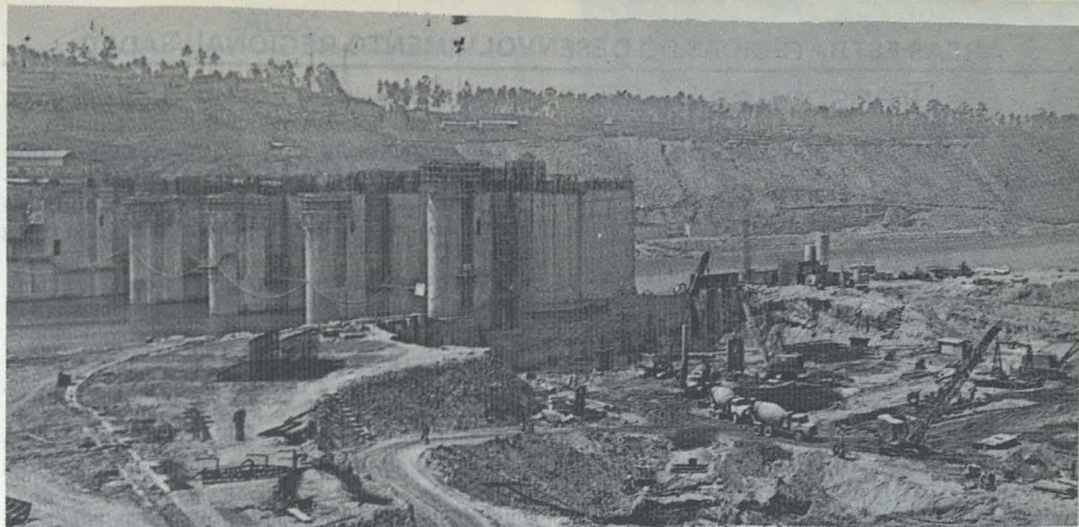
O sector da energia, coordenado por Angola, tem em funcionamento desde 1982 uma unidade técnica e administrativa, com sede em Luanda, trabalhando sob a direcção do ministro angolano. As suas primeiras iniciativas foram dirigidas no sentido da recolha de informação sobre a situação energética a nível regional. Com a assistência técnica belga, Angola realizou um trabalho de investigação sobre as fontes e as necessidades de energia, concluído em Setembro de 1982. Depois disso já foi elaborado um conjunto de projectos, tendo quatro destes já recebido financiamento.

Em Lusaka, apesar das dificuldades naturais a um projecto como o da SADCC, vários índices foram apontados como positivos:

- O facto da criação da SADCC ser conduzida pelos países da região;
- a SADCC ser hoje um interlocutor na região

ciais da SADCC, do seu Secretariado Permanente, e membros dos governos dos países da SADCC.

Visando permitir às Organizações Não-Governamentais ter acesso à informação sobre projectos e políticas de desenvolvimento em curso pela SADCC, facilitar a identificação de possibilidades de apoio aos seus objectivos e promover um melhor conhecimento junto dos países doadores do desenvolvimento da situação na África Austral e o papel da SADCC, a Conferência constituiu um marco positivo na relação das organizações não-governamentais presentes com os 9 países da região.



A política energética, no quadro da SADCC, é coordenada por Angola. Em cima, a barragem de Crestuma

reconhecido pelas instâncias e organizações internacionais, das Nações Unidas à CEE;

- que através do diálogo permanente entre os nove países se tenha aprofundado o conhecimento mútuo, a muitos níveis, tendo-se criado uma forma de trabalho em conjunto, que tende a consolidar-se;

- que apesar da batalha da SADCC ser fundamentalmente económica foram definidas posições políticas de princípio face à República da África do Sul: denúncia do *apartheid*, das acções de desestabilização na região, etc.

- que a SADCC poderá ser ainda um contributo positivo para o desenvolvimento do chamado diálogo Norte-Sul.

Mas isto não significa que não tenham sido apontadas críticas ou apreensões diversas quanto

ao processo em curso. Se por um lado os objectivos da SADCC são aceites amplamente, por outro, levantam alguma controvérsia junto de alguns sectores as possibilidades de realização e o futuro deste projecto de cooperação regional. Para os críticos, o “processo” estaria demasiado dependente (financiamentos, assessoria técnica, etc) dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental.

No entanto, estas críticas não parecem encontrar outra resposta senão a de que a acumulação interna de capital a realizar e a capacidade técnica a surgir nos nove países da SADCC é necessariamente um processo de crescimento muito lento, não respondendo às necessidades imediatas de desenvolvimento. A SADCC é um projecto de longo prazo e esta perspectiva foi confirmada em Lusaka. ●

Vinte e cinco governos presentes em Lusaka

☐ *Lista dos 25 Governos e das 23 Organizações Internacionais e Agências de Desenvolvimento presentes na Conferência Anual de Lusaka.*

Governos: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, Egipto, Espanha, Finlândia, França, República Democrática Alemã, República Federal Alemã, Grécia, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Jugoslávia.

Organizações Internacionais e Agências de Desenvolvimento: Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), Secretariado da Commonwealth, Comissão Económica para África, Comissão das Comunidades Europeias, Banco Europeu de Investimento, FAO, Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Organização Internacional do Trabalho, Centro de Comércio Internacional, Fundo do Kuwait, Organização de Unidade Africana, Bureau do Secretário-Geral das Nações Unidas, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Unesco, Banco Mundial, Conselho Mundial da Alimentação, Programa Mundial Alimentar, UNIDO, Organização Internacional Red Locust.

mento, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), Secretariado da Commonwealth, Comissão Económica para África, Comissão das Comunidades Europeias, Banco Europeu de Investimento, FAO, Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Organização Internacional do Trabalho, Centro de Comércio Internacional, Fundo do Kuwait, Organização de Unidade Africana, Bureau do Secretário-Geral das Nações Unidas, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Unesco, Banco Mundial, Conselho Mundial da Alimentação, Programa Mundial Alimentar, UNIDO, Organização Internacional Red Locust.

Transportes e Comunicações: Um sector vulnerável

Foi, desde a constituição da SADCC, considerada a área estratégica do desenvolvimento dos países e povos da África Austral. Na declaração de Lusaka de 80, "Rumo à libertação económica", (texto que consagra o surgimento da SADCC) reflecte-se a importância que os chefes de Estado dos 9 países membros atribuíam ao desenvolvimento da rede de transportes e comunicações entre os seus territórios.

A experiência posterior demonstrou até que ponto as estradas, os caminhos-de-ferro e os terminais portuários eram vulneráveis às agressões armadas desencadeadas pelo regime do *apartheid* e pelos bandos a seu soldo. Os portos de Moçambique (particularmente o da Beira), as estradas e linhas férreas que ligam a costa do Índico aos países do interior passaram a tornar-se alvo preferencial dos actos de banditismo da autodenominada "Resistência Moçambicana". Enquanto isso, do outro lado do continente, as estradas do sul e centro de Angola e o caminho-de-ferro de Benguela passavam a ser constantemente atacados pela UNITA. Todas estas acções inseriam-se numa mesma estratégia, delineada e financiada a partir da África do Sul.

A coordenação do sector pertence a Moçambique, coordenação até aqui desempenhada com "competência e dinamismo", como referem habitualmente dirigentes de várias organizações internacionais que cooperam com a SADCC.

Até ao momento, foram aprovados 112 projectos na área dos transportes e comunicações, tendo sido a sua aprovação antecipada pelos sempre indispensáveis estudos de viabilização técnica e económica. O custo total destes projectos é orçado em 2.854 milhões de dólares, encontrando-se o financiamento inteiramente assegurado para 29 deles e parcialmente para outros 26.

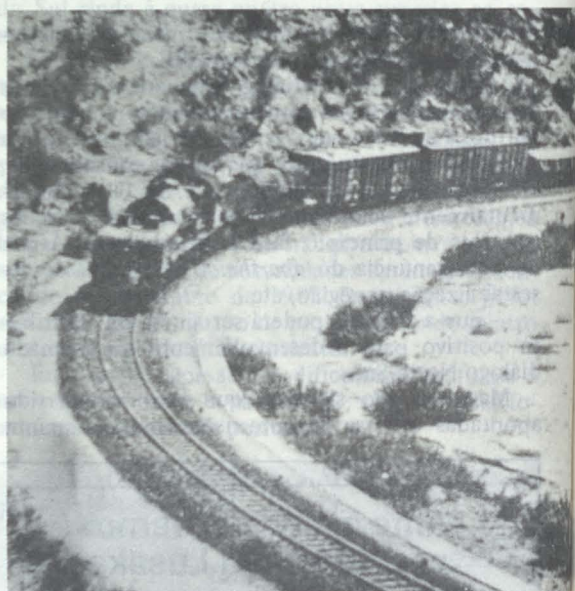
O montante do financiamento já desbloqueado por governos estrangeiros e agências internacionais eleva-se a 678 milhões de dólares (24% do custo orçamentado dos 112 projectos), decorrendo na fase actual negociações com vista à concessão de uma outra "fatia" de 452 milhões de dólares (o que significa mais 16% do total). Esta importância destina-se a cobrir os custos de 7 projectos (já par-

cialmente financiados) e outros 21 para os quais, até agora, não houvera qualquer financiamento.

Até ao momento, dos 112 projectos que constituem o programa de acção no sector de transportes e comunicações, apenas 36 não viram ainda desgelados meios financeiros que permitam o seu arranque.

Do total do custo de investimento, são os caminhos-de-ferro que absorverão a maior "fatia" (879 milhões de dólares), seguindo-se-lhes, por ordem decrescente, a rede de estradas (826 milhões), instalações portuárias e transportes de água (661), telecomunicações (277), e aviação civil (100) e, finalmente, a coordenação técnico-administrativa e a formação de quadros com apenas 12,2 milhões de dólares.

Durante 1983 vários, projectos passaram do papel "à obra". Entre eles, conta-se a primeira fase



Transporte e comunicações: um sector estratégico

da reabilitação do caminho-de-ferro Nacala/Entrelagos (*ler entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros português*) e a construção do Aeroporto Internacional de Maseru (Lesoto).

Durante o corrente ano, tiveram já início, ou arrancarão em breve, os trabalhos no Porto de Dar-es-Salaam, a reabilitação de um troço da linha férrea da rede do Botswana (em colaboração com a agência sueca SIDA e com o governo da República Popular da China), bem como a instalação do terminal de contentores do porto de Nacala (Moçambique).

Energia: Um consumo dependente do petróleo e da lenha

A coordenação do sector foi atribuída ao Ministério da Energia da República Popular de Angola que, para o efeito, constituiu uma pequena unidade administrativa e técnica de trabalho permanente.

Já sob a coordenação e orientação de Angola foi empreendido um profundo levantamento entre todos os Estados membros da SADCC tanto das suas necessidades energéticas, presentes e futuras, como do potencial que cada um explora ou poderá vir a explorar. Esse trabalho de inventariação — que contou com assistência da Bélgica — permitiu a elaboração de 14 projectos que vão desde a utilização do carvão, ao fornecimento de electricidade, ao aproveitamento de novas fontes de energia.

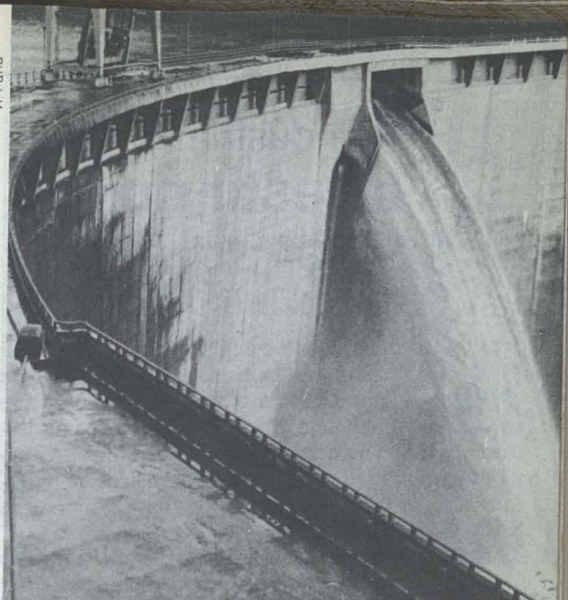
Estes projectos, apresentados durante a conferência de Lusaka, dividem-se, fundamentalmente, em 4 espécies de categorias:

Coordenação — Com este projecto procura-se estabelecer um sistema permanente de informação e coordenação entre os Estados membros da SADCC.

Petróleo — Foi já concluída uma investigação preliminar sobre a auto-suficiência da região no abastecimento de produtos derivados do petróleo, pretendendo-se, agora, levar por diante os estudos de viabilização sobre a optimização das capacidades das refinarias existentes, o abastecimento — fundamentalmente baseado no petróleo angolano — e o desenvolvimento da rede de distribuição e da capacidade de armazenamento.

Carvão — Existem dois projectos neste sector: com o primeiro pretende-se analisar o potencial exportador da região; através do segundo, as possibilidades de conversão do carvão existente, nomeadamente em fuel.

Electricidade — Existem já sete projectos aprovados: quatro prendem-se com a ligação das redes entre o Botswana e Zâmbia; Botswana e Zimbabwe; Moçambique e Suazilândia; e Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Os outros três projectos cobrem a elec-



A barragem de Cahora Bassa, em Moçambique

trificação rural; a medição do caudal do alto Zambeze, em Angola, e a formação e especialização de quadros no campo da energia eléctrica.

Novas e renováveis fontes de energia — Neste campo há três áreas para as quais os membros da SADCC procuram financiamento e apoio: racionalização e poupança energética a nível da indústria, energia solar e do vento.

Apesar das diferenças de país para país, a procura de energia na região é ainda extremamente baixa. Em 80/81 foi estimada num equivalente a 0,157 toneladas de petróleo *per capita* para as energias comerciais (electricidade, derivados do petróleo, carvão, etc.) e 0,457 toneladas no caso do consumo de lenha (o que representa ainda dois terços das necessidades de energia da região, utilizada em fins domésticos).

No que respeita à electricidade, trata-se ainda de uma fonte de energia relativamente cara na região. Ela é distribuída regularmente a apenas 25% da população global dos países que integram a SADCC.

O uso do carvão para produção de energia encontra-se, a nível da SADCC, ainda em estado embrionário, mesmo nos países que possuem no seu subsolo importantes reservas.

No que respeita ao petróleo, principal fonte de energia utilizada na região, logo a seguir à lenha, constata-se que só Angola é autosuficiente em petróleo e seus derivados. Todos os outros países membros da SADCC são importadores de "crude". Tal dependência é responsável pelo desequilíbrio de algumas balanças de pagamentos de países da África Austral.

Indústria: Investir no sector agrário

A coordenação do desenvolvimento industrial foi atribuída à Tanzânia, cujo Ministério da Indústria é assessorado por uma equipa que analisa a viabilidade técnico-económica dos projectos e participa na preparação dos trabalhos preliminares às reuniões do Comité de ministros da indústria dos Estados membros ou das cimeiras da SADCC.

Na Conferência de Chefes de Estado e de Go-



Indústria: ajustá-la aos padrões do Terceiro Mundo

verno da SADCC que decorreu em Janeiro do ano passado, em Maseru, foram apresentados 88 projectos, dos quais 74 receberam "luz verde" para avançar. O custo total de investimento dos 88 projectos (que vão desde a instalação de novas unidades industriais, à recuperação e ampliação de unidades já instaladas ou à formação e especialização de pessoal e quadros) é avaliado em 1.524 milhões de dólares, sendo cerca de 18,5% deste montante assegurado regionalmente e a parte restante 81,5% — 1.242 milhões de dólares — financiada por países estrangeiros e organizações internacionais.

O programa de industrialização que os países da SADCC pretendem implantar assenta fundamentalmente no sector primário, sobretudo na agricultura. Optou-se pelo aproveitamento e transformação dos produtos da terra como primeiro passo para uma industrialização, em vez das indústrias pesadas ou de ponta, de tecnologias mais complexas e muitas vezes desajustadas aos padrões de desenvolvimento do Terceiro Mundo.

E optou-se pela agricultura não só como sector de matéria-prima para transformação, mas também como mercado preferencial à colocação dos produtos industriais. Cerca de 48% do custo total de investimento para industrialização (732,11 milhões de dólares) vai para a instalação de novas fábricas de fertilizantes ou para o aumento de capacidade ou recuperação das unidades já instaladas.

As dimensões do mercado (do Índico ao Atlântico) que os países da SADCC vão constituir no futuro determinarão a implantação de indústrias numa escala acertada. As indústrias serão dimensionadas à medida desse mercado potencial regional e não só aos limites geográficos de cada um dos Estados membros.

SADCC

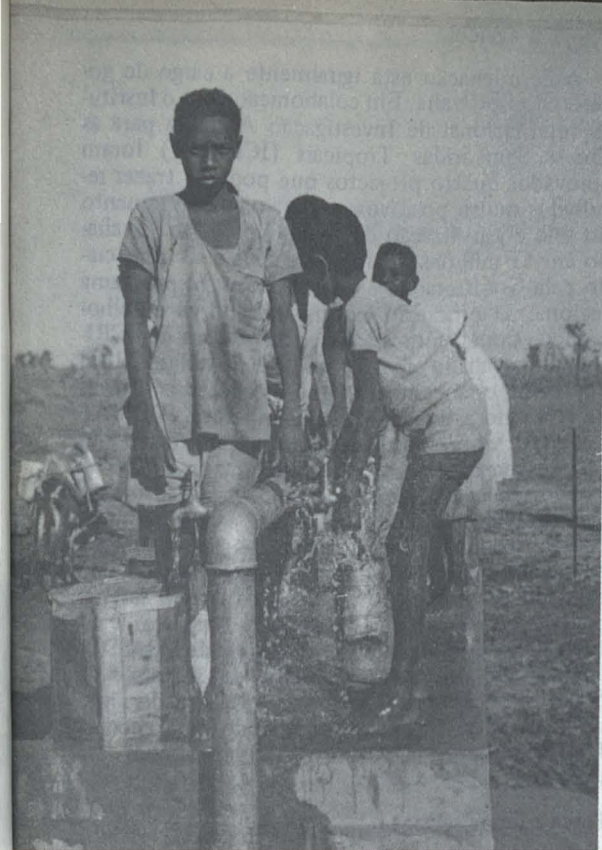
Agricultura e alimentação: Prioridade máxima

As secas que atingem duramente quase todo o continente africano têm levado os países membros da SADCC a atribuir, cada vez mais, uma maior atenção a esse sector. Embora um dos objectivos explícitos da SADCC seja o desenvolvimento da industrialização, o problema básico das economias dos países integrantes da organização continua a ser o da produtividade da terra, a extensão e racionalização de culturas adequadas às

características dos terrenos, a busca em criar e conservar excedentes na produção para diminuir a dependência do exterior e prevenir situações de emergência como as ocorridas após a grande seca de 82/83 e as graves inundações de princípios de 1984.

A produção de 82/83 foi uma das piores, devido fundamentalmente aos efeitos da seca, que não poupou o próprio Zimbabwe, tradicionalmente considerado como o celeiro da região.

A seca que atingiu o Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia e Zimbabwe foi avaliada num prejuízo de 920,9 milhões de dólares, dos quais cerca de 575 milhões resultantes do colapso da produção agrícola. É de se assinalar que esses números não levam em conta os efeitos provocados pela seca no comércio e na indústria que dependia do sector agrário. Essa situação de emergên-



A irrigação e a correcta distribuição de água favorecem a luta pela auto-suficiência alimentar

mais e Pesquisa agrícola (Botswana); Pescas e fauna selvagem (Malawi); Conservação da água e dos solos e utilização da terra (Lesoto).

Em busca da auto-suficiência alimentar

O desenvolvimento rural e a segurança alimentar, entregue à coordenação do governo do Zimbabwe, baseia-se fundamentalmente em nove projectos, apresentados em 1980 durante a conferência cimeira de Maputo. O andamento regular dos projectos viu-se prejudicado pela mobilização de recursos para combater os efeitos da seca.

Além da existência de três comités técnicos consultivos (que dão assessoria a todos os sectores ligados à área de desenvolvimento regional) o Zimbabwe decidiu criar um pequeno organismo administrativo que centraliza e coordena todo o programa de segurança alimentar regional. Este organismo, que conta com financiamento e apoio técnico do governo australiano, tem provado a sua utilidade organizando encontros de técnicos onde são estudados todos os aspectos dos projectos em análise.

Os objectivos da SADCC no campo da segurança alimentar são fundamentalmente os seguintes:

a) "satisfazer as necessidades básicas em alimentação de toda a população da região; melhorar progressivamente a sua dieta alimentar independentemente da sua situação económica e do seu lugar na sociedade";

b) "atingir a auto-suficiência alimentar de cada Estado membro com vista a libertar a região das amarras que a presente situação impõe ao seu desenvolvimento"; e

cia trouxe para o primeiro plano essa área de desenvolvimento regional, com especial atenção para a segurança alimentar.

Para se compreender a extensão e gravidade da situação, basta dizer que os países membros da SADCC solicitaram uma assistência internacional no montante de 301 milhões de dólares, 150 dos quais se destinam a ser gastos no exterior na compra de produtos essenciais para combater a fome e a subnutrição.

Mais do que nenhum outro, o sector agrícola dependerá dos progressos realizados no terreno da educação e formação, não só de quadros técnicos médios e superiores, como a nível de campanhas de sensibilização junto aos camponeses. Um sector de articulação, cujo desenvolvimento dependerá em larga medida, das condições que forem criadas, por um lado, na adaptação de culturas adequadas, selecção e fornecimento de sementes, adubos e alfaías agrícolas, e por outro na transacção de produtos com os camponeses.

A agricultura e a alimentação estão divididas na SADCC nos seguintes sectores, cada um dos quais coordenado por um Estado membro: Segurança alimentar (Zimbabwe); Controlo das doenças ani-



O Malawi coordena os estudos sobre pesca e fauna selvagem



M. Philip Kati Jr.

c) "eliminar a cíclica falta de alimentação que atinge vastas áreas da região ou vários países membros, o que além das catastróficas consequências sociais reforçam a dependência e o subdesenvolvimento".

Controlo das doenças animais

A coordenação do sector foi entregue ao Botswana. Constatou-se que a *rinderpest* constitui a principal ameaça ao enorme potencial que a região apresenta na criação de gado. Foi aprovado um projecto para dar combate à doença na Tanzânia, onde foi detectada com perigos evidentes de alastramento a outros países, tendo sido orçado em 11 milhões de dólares, cuja primeira parte já foi financiada pela CEE.

Encontram-se também já em implementação campanhas de controlo e combate à febre aftosa tanto no Botswana, como na Zâmbia e Zimbabwe. Durante a recente conferência de Lusaka foi apresentado um programa no sentido de estender a campanha à zona fronteiriça entre Malawi, Zâmbia e Tanzânia, bem como a instalação de um banco de vacinas que pudesse dar resposta às necessidades sentidas por todos os países da SADCC.

Em conjugação com a FAO, está a ser criada uma escola de formação de inspecção de carne e de controlo da mosca tsé-tsé.

Pesquisa agrícola

A coordenação está igualmente a cargo do governo do Botswana. Em colaboração com o Instituto Internacional de Investigação Agrícola para as Zonas Semi-áridas Tropicais (ICRISAT) foram aprovados quatro projectos que poderão trazer resultados muito positivos: a) para o aproveitamento do solo e a utilização da água. O projecto é avaliado em 11 milhões de dólares e deverá ser financiado pela Grã-Bretanha e outros países; b) programa regional de produção extensiva de sorgo e milho-painço. Conta com a assistência técnica do ICRISAT e é avaliado em 16,4 milhões de dólares, 14,8 dos quais estão em princípio assegurados através de convénio assinado entre o Zimbabwe, ICRISAT e USAID; c) programa de intensificação da produção de cereais e hortícolas. Está em fase final de estudo em colaboração com a Cooperação para o Desenvolvimento da África (CDA - Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Itália, Bélgica, Canadá e Alemanha Federal). Ainda não foi avaliado o custo total do programa; e d) Centro da África Austral para a Cooperação na Investigação Agrícola. O estudo já foi completado (com a ajuda da USAID) e apresentado durante o Conselho de Ministros da SADCC em Maseru. O projecto está orçado em 5 milhões de dólares para um período de 5 anos. A USAID comprometeu-se a participar com 1,5 milhão.

Pesca e fauna selvagem

Foi a partir da conferência de Harare, em 19 de Julho de 1981, que a coordenação do sector foi entregue ao governo do Malawi. No campo das pescas foram aprovados quatro projectos actualmente em fase de captação de interesse junto de governos e agências internacionais potencialmente financiadores. São eles: a) investigação dos recursos piscatórios do lago Niassa; b) estudo da capacidade de captura, transformação e comercialização de peixes na região; c) estudo das potencialidades piscatórias no lago Kariba (Zâmbia e Zimbabwe); e d) estudo da viabilidade da transformação e conserva do pescado (materiais e equipamentos).

Além destes quatro projectos, o trabalho tem-se desenvolvido no sentido de vir a concretizar um centro regional de formação no campo das pescas e um banco regional de dados e informações para a África Austral. Um quinto projecto foi apresentado recentemente sobre possibilidades piscatórias no Botswana.

A SADCC não conseguiu até agora que os países e agentes internacionais mostrassem interesse em financiar os projectos relacionados com a inventariação, conservação e exploração da fauna selvagem. Novos esforços estão a ser feitos nesse sentido.



Fugir ao cerco sul-africano

Desde a sua criação, a SADCC é hostilizada pelo regime sul-africano que vê no projecto uma alternativa ao desenvolvimento dependente de Pretória

Em 1979, logo depois de noticiada a constituição da SADCC e os seus objectivos, a diplomacia de Pretória reagiu com a seguinte declaração: "Apesar do impressionante nível de participação de Estados industrializados e de organizações e agências internacionais na abertura oficial da SADCC, trata-se de um projecto irrealista (*economically unconvincing venture* era, então, a expressão utilizada...) que prevê a realização de despesas no valor de 1.500 milhões de dólares em projectos infraestruturais num período de dez anos".

"...Uma vez que os Estados participantes vêm desde há anos falando na necessidade de diminuir as suas dependências em relação à África do Sul e tentando aumentar o seu relacionamento em termos económicos sem qualquer sucesso, é fácil compreender que estamos perante um projecto político, visando reunir fundos internacionais que não seria possível reunir de outro modo". A reacção sul-africana mostrava assim claramente o desagrado pela constituição de uma opção alternativa ao desenvolvimento dependente de Pretória.

Projectos propostos pelos sul-africanos

Em 1964, e seguindo um pouco o que se passava na Europa, o primeiro-ministro Vorster propõe o que designa por "mercado comum" da África Austral, estendendo-se do Cabo até ao rio Zaire. A este projecto responde-se de Lisboa com certo receio, tomando em conta a concorrência que a África do Sul poderia representar para Portugal. Nesse mesmo ano Salazar dirá numa entrevista a um jornal sul-africano: "Felizmente a ideia de que a África Austral é uma região separada, com a sua individualidade, que a afasta e a diferencia do resto do continente vai progredindo. Ao sul da linha constituída pelo Zaire e pelo Rovuma, há um complexo de países e territórios, com características económicas próprias e cujos problemas têm pouco em comum com a outra África."



Vorster: contra a opção alternativa ao desenvolvimento dependente de Pretória defendida pelos seus vizinhos

A crise da Rodésia, o corte de relações com a Zâmbia, o avanço da guerra em Moçambique tornam o projecto dificilmente realizável. Virá a retomar direitos de existência em 1969 com uma situação internacional favorável: Nixon nos EUA, nova administração portuguesa mais liberalizante em termos de investimento estrangeiro. O projecto apoia-se no conceito de *co-prosperity sphere*, e tem o incentivo de homens "liberais" sul-africanos, que hoje voltam a ser falados, a propósito das aproximações em relação a Maputo e Luanda: Anton Rupert (multinacionais do tabaco) e Harry Oppenheimer.

O projecto não é lançado isoladamente mas é acompanhado de um esforço de neutralização da África independente. Esse objectivo, ainda que camuflado, irá perdurar até aos nossos dias. "Diálogo" e "détente" tornam-se o jargão da diplomacia de Pretória. A aposta não cai em saco roto. Em

1971, a reunião plenária da OUA chega mesmo a discutir a vantagem de relações económicas e diplomáticas como a África do Sul.

A viragem em 1974 — a independência de Angola e Moçambique — levou naturalmente a uma revisão da política externa sul-africana. Um distanciamento político entre os novos países e o seu vizinho reforçou a preocupação de incentivar as ligações económicas, a formação de um bloco comercial. Logo em finais de 1974, um dos teóricos do mercado comum africano, P. D. Villiers, professor do Centro de Estudos Africanos em Pretória, afirmava: “É preciso mudar se pretendermos manter de pé o essencial no que se relaciona com a presença branca na África Austral. Poderemos conseguir, acima de tudo, através da cooperação regional nas esferas económica, técnica e educativa». E isso seria, na opinião do professor, um passo muito importante, uma vez que, “não se duvida, são muitos os africanos no país que pensam que a independência de Moçambique é o fruto do uso da força e podem ser tentados a importar os métodos”.



O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda

Em Novembro de 74, o primeiro-ministro sul-africano John Vorster encontra-se com o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, e transmite a mensagem que permanecerá uma constante: “A África do Sul enfrenta dois problemas. O primeiro relaciona-se com o futuro económico de toda a região. O segundo chama-se *apartheid*. Normalizemos, numa primeira fase, as relações de cooperação económica. Depois de restabelecida a confiança, poderá iniciar-se uma liberalização no que se refere à política racial”. E, em 1979, alguns meses antes da criação da SADCC, a África do Sul lança o projecto CONSAS. Depois de uma reunião com empresários, o governo de Pretória lança a estratégia da “Constelação de Estados”, para “promover a Paz e

o Progresso” na África Austral. A exemplo das zonas de comércio livre, pretende criar a nível de África Austral, um mercado regional que embora formalizado evitasse qualquer tipo de engajamento político. Em 1980, o projecto consolidou-se com a participação dos bantustões, a criação de um Banco de Desenvolvimento da África do Sul e a nomeação de um coordenador para os assuntos de CONSAS que acumulava com as funções de Governador Adjunto do Reserve Bank S. A.

Enquanto a África do Sul lança a desconfiança sobre a viabilidade do projecto da SADCC, consolidada o CONSAS. Por exemplo, em 1983, é criado o Banco de Desenvolvimento da África Austral. O Banco dispõe anualmente e até finais de 1988 de uma capacidade de empréstimo de mil milhões de dólares. Fazem para já parte desta instituição, a R. S. A. e os bantustões do Transkei, Venda, Ciskei e Bophuthatswana.

Relações bilaterais ou persistência do subsistema?

Em 1926, um dos portugueses de Moçambique que mais se bateu por uma autonomização da colónia relativamente à África do Sul, nomeadamente no sector laboral, e que classificava de traição o acordo luso-sul-africano de 1928 — o latifundiário Eduardo Noronha — escreveu:

“Sempre que tenho que me referir a Lourenço Marques, em qualquer ramo da actividade humana, é imprescindível abranger todos os outros países que constituem a África Austral.

Mau grado os antagonismos de raça, a divergência nos fins políticos, a diferença de velocidade no desenvolvimento material e intelectual dos diversos Estados, a verdade é que a maior parte deles, se exceptuarmos uma certa área do território português, formam uma espécie de federação comercial (...).”

Este facto, que era um dado em 1926, foi-se consolidando e aprofundando a todos os níveis.

E hoje, a sul do rio Zambeze, poderemos tipificar relativamente à África do Sul, três casos de dependência económica: a dos Estados *reféns* — o Botswana, Lesoto e Suazilândia — ligados por razões de ordem geográfica imperiosa na realidade sul-africana, integrando uma União Aduaneira, dominada por Pretória; a dos Estados, como Moçambique, Malawi, Zimbabwe, que viram crescer durante os anos 60 e 70, à volta de uma união ideológica, as relações comerciais e de interdependência na área dos transportes, investimentos, trabalho migratório. E finalmente o caso da Zâmbia, que vem, desde a independência, tentando, de forma por vezes dramática, libertar-se da dependência do subcontinente.

A nível dos “reféns” vejamos o caso, por exemplo, do Botswana. Tudo o que se come ou se veste vem directamente da África do Sul e é vendido

através de cadeias de supermercados e centrais sul-africanas. Do maior armazém (John O'Ar, Frazers, Metro, nomes igualmente conhecidos em toda a África Austral), até à pequena empresa de construção, tudo é controlado por sul-africanos. Noventa por cento das importações do país em 1981/1982 vieram da África do Sul. Cerca de 7,5% da mão-de-obra do país está nas minas sul-africanas.

Na África Austral ninguém desconhece que os três Estados reféns são o elo fraco da SADCC. "Não se pode pedir aos governantes o suicídio colectivo dos seus povos" diria o presidente Khama, quando alguns dirigentes de países distantes lhe solicitavam medidas drásticas. Com reservas de petróleo para apenas um dia; o Botswana não poderá ter a veleidade de solicitar o bloqueio petrolífero da África do Sul, que o iria atingir em força.

Natural também que para o Botswana se tenha transportado a maior parte das empresas sul-africanas de *import/export* com o objectivo de controlar os mercados de sobressalentes, máquinas, tecnologia da SADCC.

É por ali, aliás, através da remota passagem de Kasone, que a mais importante parte de tal comércio se processa. Verdadeira *frontier city* ("cidade de fronteira") de deserto, ligada por um batelão à Zâmbia, a cidade vê passar em direcção aos vizinhos do norte uma média diária de 35 camiões TIR que se destinam a mercados tão longínquos como o Zaire, Malawi e Quênia.

O caso moçambicano

Em 1983, um artigo da imprensa de Maputo, nos *Estudos Moçambicanos*, considerado como veiculando o pensamento da presidência e do Ministério de Estado da presidência, avançava que o projecto SADCC não funcionava no vácuo e que era preciso tomar em conta as realidades regionais. Dizia em substância, "se para atender às carências alimentares da nossa população tivermos que recorrer à compra de cereais em condições económicas e rápidas, teremos que o fazer na África do Sul". E o artigo prossegue afirmando que isso estava a acontecer nomeadamente no ano em questão. E o mesmo acontecera, por exemplo, em 1980, com a compra extraordinária de grande quantidade de pano para vestir a população moçambicana.

Moçambique sempre reconheceu que os "vizinhos não se escolhem", particularmente quando existem relações económicas tão estreitas, nas áreas *comercial, investimentos no sector industrial e agrícola, infraestruturas de transportes, e receitas provenientes de mão-de-obra migratória*.

Basta recordar que, em 1973, Moçambique adquiria na África do Sul 20,3% de todas as importações, exportando para aquele país 9,4% da sua produção. De Janeiro a Dezembro de 1979



Aspecto da SADCC-2, em Harare (Zimbabwe)

(ano particularmente dramático no relacionamento entre os dois países) Maputo importou da África do Sul 14,4% da totalidade das suas importações. Nesse mesmo ano encaminhou para a África do Sul 4,9% das suas exportações.

Desde a década de 40 que mais ou menos 65% das receitas do Produto Nacional Bruto (PNB) provêm do sector terciário, o que, menos eufemisticamente, se reduz aos seguintes serviços: uso do porto de Maputo (ex-Lourenço Marques), 47,5% das importações da zona do Transvaal utilizavam essa via; mão-de-obra para as minas do Rand (cerca de 100 mil trabalhadores anuais) e turismo.

Como diria, em 1981, a FRELIMO num comunicado: "se a ONU impusesse sanções eficazes (à África do Sul) envolvendo os países capitalistas, Moçambique respeitaria tal embargo. Simplesmente, sem um compromisso dos países ocidentais não o fará, até porque o comércio com a África do Sul é, em termos de Pretória, insignificante, se comparado, por exemplo com o comércio África do Sul-Estados Unidos".

O cerco

"Os países não escolhem os vizinhos", mas há má e boa vizinhança. A África do Sul tentou com o Botswana desde 1966, e com as ex-colónias portuguesas e Zimbabwe a partir das respectivas independências, controlar as suas economias. Usando a política da "cenoura e do cacete" nas relações bilaterais (vendendo mais a preços muito baixos, dificultando o envio de sobressalentes, mas renovando o capital das empresas ou propondo novos e vantajosos investimentos, etc) ou apostando na desestabilização política e militar. Interessa-lhe também esvaziar de conteúdo o projecto SADCC em tudo aquilo que signifique "redução da dependência económica" e "reforço de laços para criar uma integração regional equitativa e genuína".

E tenta fazê-lo, fundamentalmente, por dois meios: pelo acesso indirecto à SADCC através de outros países onde tem um peso muito grande, como o Malawi e o Botswana. Vejamos um exemplo claro: aproveitando-se do facto de Lilongwe ser a sede da SADCC relativamente à coordenação das pescas, Pretória instalou nessa cidade representações das suas principais empresas ligadas ao sector. Também em Gaborone existem importantes representações das empresas sul-africanas de *import/export*.

E a outra forma usada para impedir o reforço de relações regionais tem sido o apoio aos movimentos contra-revolucionários em Moçambique e Zimbabwe. A série de ataques à linha férrea e ao oleoduto Beira-Zimbabwe, ao tornar inviável a utilização do porto da Beira, garantiu que o escoamento e exportação do Malawi, da Zâmbia e do Zimbabwe continuassem a usar quase exclusiva-

Beatriz Bisso



O porto de Maputo: um pólo de escoamento dos produtos regionais

mente os portos sul-africanos. Por vezes, a própria circulação entre o norte e o sul de Moçambique teve que se fazer através do sistema ferroviário sul-africano e a ligação Beitbridge. E aí também dentro dos moldes impostos pelos donos da casa.

EUA contra projectos regionais

□ A regra de ouro da administração Reagan no relacionamento com a África Austral tem consistido em preferenciar as relações bilaterais, atribuindo um papel secundário a qualquer tipo de cooperação regional. Nos documentos oficiais norte-americanos sobre o subcontinente austral apenas "de passagem" se fala na SADCC. Esse papel secundário confirma-se nos trabalhos de Chester Crocker, tais como "U. S. interests in Africa" ou "A regional strategy for Southern Africa".

No entanto, o apoio norte-americano em termos bilaterais também não tem sido muito animador. Segundo dados oficiais fornecidos pelo Congresso a situação é a seguinte:

	(US milhões/dólares)				
	1980	1981	1982	1983	1984
Angola	4,9	1,1	1,1	0,4	—
Botswana	18,3	14,4	11,8	11,1	10,0
Lesoto	17,7	18,0	18,7	19,6	40,2
Malawi	5,1	11,4	12,3	7,6	10,0
Moçambique	17,5	8,1	11,5	0,6	—
Suazilândia	7,6	7,9	7,5	7,2	8,0
Tanzania	28,2	26,7	25,1	17,7	8,0
Zâmbia	43,0	30,1	30,0	22,0	20,0
Zimbabwe	24,7	25,0	75,0	75,0	75,0

Como se vê, a ajuda bilateral aos países da região é limitada e não cresceu, pelo menos desde 1981 (último ano fiscal da administração Carter).

Mesmo em termos africanos, o apoio aos países da região tem sido limitado correspondendo em 1980 a 23% do apoio concedido à África; em 1981, 82, 83 a 21% e em 1984 a 26%.

Para Chester Crocker, o subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, ou para Wolpe, o perito do Congresso para o subcontinente, a administração Reagan só tinha duas alternativas: aceitar a versão sul-africana, apoiando o seu projecto "histórico-colonial" do subsistema (África Austral como um emaranhado complexo de interesses económicos e políticos indissociáveis e tendo na República da África do Sul o centro regional); ou apostava na possibilidade de apoiar o repto que consistiria na autonomização dos países da região relativamente à sub-metrópole, a África do Sul.

O envolvimento norte-americano nas negociações entre Pretória, por um lado, Luanda, Maputo e Mbabane, por outro, é a demonstração clara de que Washington resolveu viabilizar a primeira das hipóteses.

Para o presente ano fiscal, a administração Reagan, apenas atribuiu 30 milhões de dólares para projectos regionais (transporte e formação de quadros), facto que foi classificado pelo administrador da USAID para África como "peanuts... 30 million US dollars is nothing"* particularmente se se comparar com os 100 milhões atribuídos ao Sudão, aos 35 atribuídos ao Quênia ou aos 30 milhões atribuídos à Somália.

* "Amendoin... 30 milhões de dólares não é nada!..."

Portugal face à SADCC

Segundo o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, o seu governo está consciente da importância da SADCC e mostra-se interessado em colaborar em alguns dos seus projectos.

Que tipo de cooperação e com que áreas prioritárias da SADCC está Portugal interessado?

— A participação de Portugal no âmbito da SADCC teve lugar desde a reunião de Blantyre (1981) e tem revestido nos dois últimos anos características de representação governamental a nível de Secretário de Estado. Portugal lidera um dos mais relevantes projectos, já em execução: a recuperação da linha férrea Nacala/Entre-Lagos e que envolve, numa acção de cooperação multilateral, a França e o Canadá com um investimento global da ordem dos 200 milhões de dólares. O financiamento português para a 1ª fase é de cerca de 37 milhões de dólares.

Outros projectos assumidos directamente pela cooperação portuguesa são os relativos ao estudo de recuperação e expansão das unidades de formulação de pesticidas e insecticidas, quer para Angola, quer para Moçambique. Eles representam, no conjunto, cerca de 240 mil dólares e podem abrir boas perspectivas à actividade empresarial portuguesa no sector.

Finalmente, Portugal encontra-se em negociações com terceiros países com vista à realização tripartida de projectos ligados aos sectores da energia (centro de formação profissional na área hidroelétrica, a instalar em Angola) da agricultura (estabelecimento de um Centro de Zoonoses, na Zâmbia; estabelecimento de uma rede de armazenagem de segurança alimentar e produção de sementes de amendoim e sorgo, em Moçambique) e, ainda, da indústria de sal (recuperação das salinas de Mambone, em Moçambique).

Na área sócio-cultural, científica e tecnológica participamos desde 1983 no projecto — estudo consultivo nº 5 relativo ao problema da equivalência de estudos nos países da SADCC. Dois técnicos portugueses ocupam-se dos países de língua portuguesa e quatro norte-americanos dos restantes países.

Portugal também iniciou um curso de Informática com a Universidade Angolana. Dentro de um ano, esse curso estará em condições de ser ofereci-



Jaime Gama

do a outros países e alguns deles, como a Zâmbia, já manifestaram o seu interesse.

Portugal tem apoiado a SADCC no seu conjunto, ou apenas os dois membros de expressão portuguesa?

— Portugal, por razões históricas e pelos laços que o unem à República Popular de Angola e à República Popular de Moçambique, dedica especial atenção aos problemas ligados àquela região do continente africano.

Porém, Portugal, como de resto se pode verificar pelos projectos em que estamos empenhados, tem não só uma visão global como participa activamente no quadro da SADCC como um todo, no marco do diálogo Norte-Sul.

Os acordos de pacificação entre Moçambique e Angola com a África do Sul não poderão, a médio prazo, vir a resultar num prejuízo para as relações económicas e comerciais entre Portugal e os países da SADCC, tese que é defendida por alguns sectores políticos e empresariais portugueses?

— Portugal defende, por princípio, a causa da paz e a via da negociação pacífica na resolução de todos os conflitos onde quer que eles se situem.

Nesta perspectiva, Portugal acompanha com o maior interesse o desenrolar dos acontecimentos, nomeadamente no que toca ao diálogo iniciado entre a República Popular de Moçambique por um lado e a República Popular de Angola, por outro, com a R. A. S. Ao mesmo tempo continuamos a apoiar o processo de independência da Namíbia no quadro da resolução 435 da ONU. Não obstante a inequívoca posição do meu Governo quanto ao problema do *apartheid*, somos de opinião que a normalização das relações entre os países que integram aquela região africana conducente a uma política de paz e de estabilidade só pode beneficiar os povos envolvidos e ajudar positivamente o desenvolvimento das relações dos países de expressão oficial portuguesa. Compete, pois, ao Estado português e aos empresários portugueses saberem enquadrar-se numa situação nova, em benefício de todas as partes envolvidas.

**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada**

**no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estadais:
IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

O fim do impasse?

A saída do primeiro-ministro Saúde Maria poderá conduzir a uma reorganização ministerial e à homogeneidade do governo

Ricardo Caleiro

A saída do primeiro-ministro Victor Saúde Maria do governo da Guiné-Bissau em Abril passado começou realmente em Setembro de 1982 na reunião do Conselho Económico do PAIGC presidido por Nino Vieira. Nessa reunião — que durou vários dias — foi debatido o Plano de Estabilização Económica e Financeira e nela se processou uma confrontação muito dura entre Victor Saúde Maria e o seu grupo, de um lado, e alguns ministros e quadros jovens, do outro. As posições de Saúde Maria foram derrotadas, porém o facto dele deter a chefia do governo permitiu-lhe atrasar e, segundo algumas versões, até boicotar as recomendações daquela reunião. Fontes bem informadas assinalam que essa atitude do primeiro-ministro começou a agravar as suas relações com o presidente Nino Vieira, de quem era considerado um colaborador muito próximo e um amigo pessoal. Esses analistas políticos estimam que começou aí o verdadeiro ponto de viragem. A partir de então o presidente teria percebido o papel que Saúde Maria estava a desempenhar e começou a pensar no seu afastamento.

Definida na citada reunião a linha de actuação do governo (através do Programa de Estabilização Económica e Financeira e do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 1983/1986),



Victor Saúde Maria e Nino Vieira, após o golpe de 14 de Novembro. Mais tarde soube-se que as divergências entre os dois dirigentes já existiam nessa altura

faltava escolher um comando único que impedisse as tergiversações. Tornou-se evidente que cabia ao presidente exercer esse comando. A partir de então, não havia mais lugar para um primeiro-ministro, fosse ele quem fosse, e muito menos para uma pessoa com as posições políticas de Victor Saúde Maria.

Não havendo lugar para um primeiro-ministro, pensou-se que uma forma viável para mudar a situação seria anular a função através de uma revisão da Constituição, o que estava previsto para depois da eleição da Assembleia Popular que decorreu em Março último.

Assinale-se que Victor Saúde Maria já havia sido afastado de

facto das suas funções há alguns meses, e que o afastamento não havia sido formalizado apenas para evitar perturbações no processo eleitoral.

O afastamento aconteceu numa reunião onde o presidente denunciou frontalmente e com todos os pormenores as acções de conspiração que o ex-primeiro-ministro acabaria por reconhecer como verdadeiras e em relação às quais manifestou o seu arrependimento.

Porém, versões correntes em Bissau assinalam que lhe foi montada uma armadilha para testar a solidez desse arrependimento e que ele teria caído nela, reincidindo nas suas posições anteriores.



Lisboa, 1979: Eanes com Nino Vieira então primeiro-ministro de Luis Cabral

A saída definitiva

São conhecidos os acontecimentos que se seguiram, quando o ex-primeiro-ministro solicita asilo político na embaixada de Portugal e, após um processo de contactos diplomáticos que envolveram membros dos governos de Lisboa e Bissau, abandona a embaixada e fica em regime de residência fixa.

Na altura em que este texto é

escrito, ainda não foi aprovada a nova Constituição nem feita qualquer remodelação no governo. É provável que Nino Vieira aproveite as novas circunstâncias criadas para afastar alguns ministros mais próximos de Victor Saúde Maria, constituindo um governo mais homogêneo politicamente.

Essa perspectiva e os passos já dados pelo governo, fazem com que muitos observadores mani-

festem o seu optimismo em relação ao futuro político da Guiné-Bissau.

As potencialidades

A Guiné-Bissau tem possibilidades imensas para desenvolver a sua agricultura e obter a médio prazo a auto-suficiência alimentar.

De facto, para 1.200 mil hectares de terras com boa aptidão agrícola, só cerca de 300.000 hectares estão actualmente em exploração e com técnicas muito rudimentares. A Guiné-Bissau tem florestas tropicais donde podem ser extraídas anualmente pelo menos 30.000 m³ de madeira sem provocar desertificação. Só estão a ser extraídas cerca de 2.000 m³ anualmente.

O país também tem uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) rica em peixe. O potencial de capturas, sem pôr em risco o equilíbrio ecológico, está estimado em 300.000 toneladas anuais. As capturas actuais andam por alguns poucos milhares de toneladas.

A existência do petróleo na plataforma continental é uma

AS DIVERGÊNCIAS

☐ A 14 de Novembro de 1980 ocorreu na Guiné-Bissau o movimento que depôs o presidente Luis Cabral. As raízes dos recentes acontecimentos — que culminaram com o afastamento de Victor Saúde Maria — localizam-se nessa data, quando as contradições entre os dois grupos responsáveis pelo movimento militar começaram logo a surgir.

A chefia do governo foi assumida por Nino Vieira (ver "cadernos do terceiro mundo" nº 29, Dezembro de 1980), chefe histórico da guerrilha. A volta de Nino no Conselho da Revolução encontravam-se militares seus fieis, e os dirigentes que estiveram na origem da conspiração com um projecto político ao qual os militares eram alheios. Victor Saúde Maria é nomeado para o cargo de vice-presidente do Conselho da Revolução. Desde então a orientação que tenta imprimir

ao processo levanta desconfiança em alguns sectores do partido e do governo.

Sabe-se, por exemplo, que um grupo de jovens quadros da JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral) levou ao presidente Nino Vieira as suas preocupações. Dá-se assim uma aproximação entre o presidente e esse grupo de jovens militantes. Simultaneamente, verifica-se um afastamento progressivo destes em relação ao grupo liderado por Saúde Maria. Essas divergências começam a criar um impasse político e a estagnação do processo, o que se traduz no aumento das dificuldades da população. Quando em Março de 1982 há uma remodelação ministerial (na qual, além de outros, é afastado Vasco Cabral), Saúde Maria ainda consegue impor a sua vontade. Porém, a sua força vai diminuindo até à reunião do Conselho Económico de Setembro de 1982, onde publicamente se enfrentam as duas posições, começando assim o processo que acaba com o afastamento de Saúde Maria.



O abastecimento da população
é o mais grave problema da
Guiné-Bissau

realidade incontestável. As reservas de bauxite são enormes, estão perfeitamente avaliadas e na fase de negociação internacional para a sua exploração.

O governo guineense definiu no seu Plano de Desenvolvimento Económico e Social 1983-1986 como áreas prioritárias de desenvolvimento, a agricultura, as florestas e a pesca, invertendo totalmente o rumo que vinha sendo seguido. Para o desenvolvimento harmonioso e realista do país é considerado decisivo o facto de se ter resistido à tentação de esperar pelo "milagre" do petróleo e optar por construir o futuro com as próprias mãos.

Como na quase totalidade dos países africanos, a situação financeira e da balança de pagamentos da Guiné-Bissau é catastrófica e não tem a mínima possibilidade de financiar o seu arranque para o desenvolvimento sem ajuda externa maciça. É este o calcanhar de Aquiles do país de difícil resolução, conhecendo-se a resistência dos países desenvolvidos e a raridade das ajudas verdadeiramente desinteressadas. Em qualquer caso há elementos que permitem pensar que a Guiné-Bissau está numa fase de viragem e que poderá finalmente entrar na era do progresso e do desenvolvimento.



CACHAPUZ

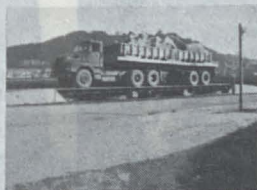
1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1984



«INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY», 1979-1980-1981-1982
«INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT», 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES

EXPORTADOR PARA

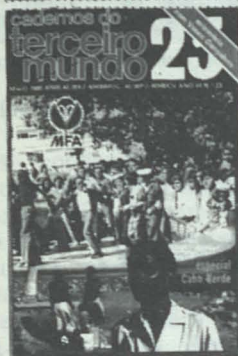
- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

Seis anos de publicação

formação pela informação



TRICONTINENTAL EDITORA
C. de do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA

Assinaturas:

Portugal e Espanha	
anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00
Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	
anual (12 números-via aérea)	23 dólares USA
Restantes Países	
anual (12 números-via aérea)	28 dólares USA

cadernos do
terceiro mundo
cuadernos del
tercer mundo
third world



arnaud

desde 1870

EM ÁFRICA



DELEGAÇÃO

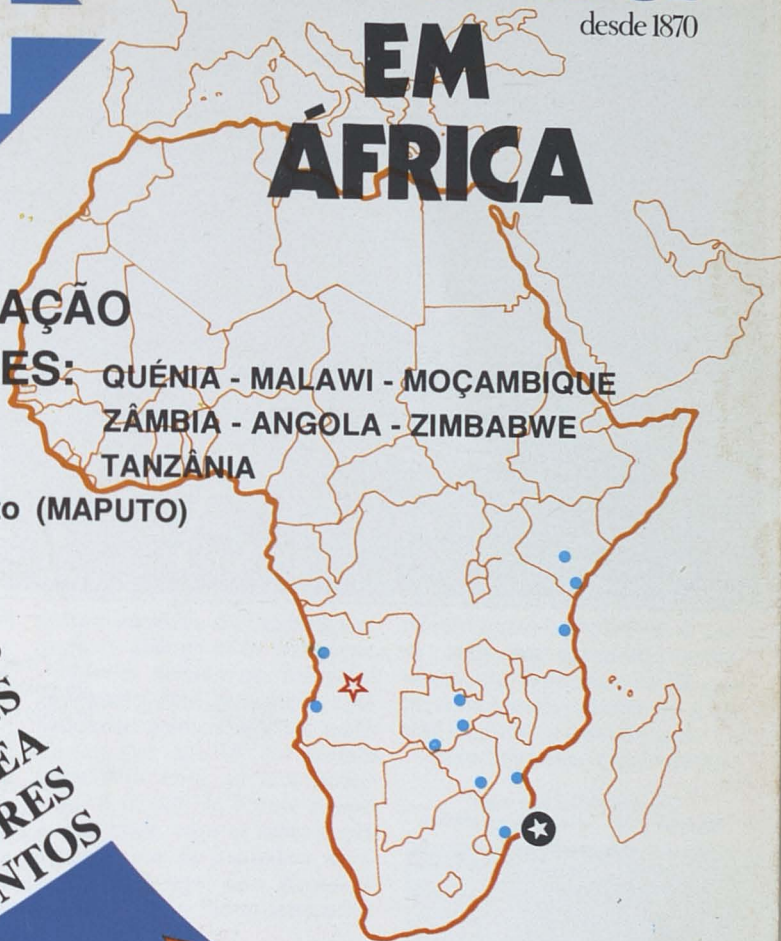


AGENTES: QUÊNIA - MALAWI - MOÇAMBIQUE
ZÂMBIA - ANGOLA - ZIMBABWE
TANZÂNIA



em projecto (MAPUTO)

TRÂNSITOS
DESPACHOS
GRUPAGENS
CARGA AÉREA
CONTENTORES
FRETAMENTOS



O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso,

o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

“Chegar às eleições e exercer efectivamente a democracia”

O general Líber Seregni, recentemente libertado após dez anos de prisão, analisa a conjuntura política do seu país e define como deveriam ser as primeiras medidas de um governo constitucional e o papel que caberá às forças armadas

Julio Rosiello

Seregni esteve sempre alguns passos atrás da sua fama. No fim da tarde de 19 de Março, dia da sua libertação, ao assomar à varanda da sua casa, ele estava atônito pela gigantesca e ruidosa recepção que vários milhares de compatriotas lhe tributavam. Foi um dia de festa: homens e mulheres de todas as idades pulavam, dançavam, entoavam canções e estribilhos, com mais fervor ainda que 12 anos atrás quando ele intervinha nos actos políticos da Frente Ampla. “Nada de palavras-de-ordem negativas”, propôs, em voz bem alta, depois de garantir que voltava com as suas convicções intactas e decisão de reiniciar a luta política mais firme que nunca.

Quatro dias mais tarde, depois de milhares de abraços, centenas de telefonemas de toda parte do mundo e jornadas de trabalho extenuantes, durante as quais recebeu dezenas das mais diversas delegações — incluindo as direcções dos dois partidos tradicionais uruguaios, o Partido Colorado e o Partido Nacional (Blanco) —, o general resolveu que estava na hora de descansar. A sua família também assim o exigia.

“Preciso dessa fase intermédia entre a rotina do cárcere e o reencontro com o povo”, tinha-me dito.

Mas ele continua a esquivar-se ao repouso. Em momentos de indefinição política quanto ao futuro imediato do Uruguai, suspenso o diálogo entre militares e dirigentes partidários, Seregni é procurado para consultas e conversações pelos dirigentes partidários que em 1971 tentaram fulminá-lo com os seus anátemas. E dentro da Frente Ampla o seu idílio com as bases continua, diante do assombro renovado de Seregni pelo afecto espontâneo que lhe é demonstrado.

A esquerda uruguaia não é precisamente um conjunto de pessoas devotadas ao culto da personalidade. De índole extremamente crítica, podem ocorrer no seu seio duros debates e processarem-se severos enfrentamentos por questões de ordem conceitual que nem sequer se colocam noutras colectividades. Os grupos alinham-se em torno de ideias muito estruturadas e amplamente debatidas. Contudo, entre o general Seregni e as massas populares congregadas

em redor da Frente Ampla — inicialmente apenas uma coligação de partidos, depois um movimento que, segundo o líder, é mais uma concepção de vida do que um receptáculo de votos — produziu-se outra vez uma inter-relação quase inexplicável. O que só pode ser entendido recordando um fenómeno social que se considerava extinto no Uruguai de 1984: o caudilhismo.

Paco Espínola, excelente nar-

O general Líber Seregni transformou-se num líder popular



rador uruguaio deste século, sustentava que os caudilhos da história nacional não eram caudilhos pelo amor que as pessoas lhes professavam, mas pelo amor que eles dedicavam às pessoas. No dia em que foi solto, após uma das suas frequentes aparições à varanda, Seregni comentava: "Eu gostaria que por um momento todos esses amigos ficassem imóveis para poder passar entre eles, tocá-los, acariciá-los, beijá-los. Preciso tanto de um banho de humanidade..." O general Seregni tem amor ao povo da Frente Ampla e este retribui-lhe a dobrar. Entre outras coisas, para agradecer-lhe que tenha sido testemunha, em nome desse povo, durante quase dez anos de prisão, da sua fé numa concepção de vida: a que ele próprio definiu como uma "aventura de solidariedade humana".

É este o homem que *cadernos do terceiro mundo* entrevistou na sua casa em Montevideo, nos primeiros dias de Abril.

Sempre se acreditou, ou se disse acreditar, que era impensável no Uruguai um golpe de Estado militar. Vendo as coisas de dentro, também tem essa opinião? Ou, pelo contrário, percebeu alguma vez a tentação da instituição tomar conta do poder político?

— Nós já tínhamos percebido isso. Há inclusive uma história jornalística a esse respeito. Depois da etapa de paz posterior ao golpe de Terra em 1933 e à crise mundial de 29, em consequência da deterioração da situação económica, isto é, do aparecimento das causas estruturais da crise e dos consequentes problemas sociais que se manifestaram, surgiram no seio das forças armadas tentativas de golpe de Estado. Podemos situar isso na segunda metade da década de 50, coincidindo com o processo de crise socio-económica do nosso país. As primeiras tentativas —

inclusive de relativa gravidade — puderam ser controladas de dentro da própria organização militar. Mas o processo foi-se agravando. E as etapas vividas nos anos 67 e 68 já indicavam (num contexto latino-americano, não só no Cone Sul) a possibilidade real de um acontecimento similar na nossa pátria.

Essa é a época das "medidas prontas de seguridad" (estado de emergência) do governo Pacheco, que o levaram a pedir a sua passagem à reforma. Foi algum facto particular dentro dessas medidas que motivou o seu pedido, ou foram elas em conjunto?

— Foi o conjunto, o contexto em que se aplicaram e a continuidade que assumiram. No nosso regime institucional e em várias oportunidades anteriores, tinha sido utilizada a aplicação das "medidas prontas de seguridad". Mas nos anos 67 e 68 elas foram aplicadas praticamente de forma contínua. O país viveu dentro de um regime de excepção no qual o poder executivo estava sendo exercido à margem da Constituição e se violentava o espírito das normas, para exercer um governo que era, cada vez mais, um governo de força. Essa posição do executivo foi criando em mim a convicção de que aquilo não podia contar comigo. A alternativa era: ou eu acatava, como militar, as ordens ditadas pelo governo — das quais eu tinha plena consciência que eram dirigidas contra o povo — ou, ao contrário, me insubordinava. E isso é um delito militar no qual, por vocação constitucionalista, eu jamais teria incorrido. A outra posição que me restava era a que finalmente adoptei: passar para a reserva e libertar-me, assim, de uma certa cumplicidade que eu não estava disposto a assumir.

Naquela época já começavam a tomar relevo as linhas-mestras da ideologia da segurança nacional.

— Sim, já estavam presentes. No seio das forças armadas, o processo começa com a política iniciada pela França no Vietname e na Argélia. A política de descolonização foi criando a nível mundial e do ponto de vista das instituições militares, uma teoria para explicar a sua acção repressiva: a dos movimentos subversivos. Essa teoria foi imediatamente adoptada e aperfeiçoada pelos Estados Unidos, com uma aplicação concreta em favor dos seus interesses hegemónicos na área. E vem daí o aparecimento da teoria da segurança nacional. Isto é, por um lado, a teoria da subversão e, por outro, o aperfeiçoamento da tese da segurança nacional, foram levando as forças armadas, cada vez mais, a uma ideia: a necessidade de actuar a nível político.

A convicção de que elas têm uma missão a cumprir no governo do país, transformou-se em doutrina no seio das forças armadas? A oficialidade jovem está imbuída dessa crença, apesar do sentimento generalizado do povo uruguaio a favor do civilismo?

— Acho que a formação, sobretudo dos quadros jovens do exército, tem sido enquadrada nessa doutrina. E é esse o grande problema do futuro: os quadros militares dos últimos dez anos foram formados dentro dessa linha ideológica. Pessoalmente, careço de uma apreciação suficiente sobre quanto pesa, por um lado, essa doutrina, e por outro, sobre a realidade que esses mesmos quadros vivem nestes momentos: isto é, a realidade do fracasso total na aplicação dessas ideias no Uruguai.

Pelo menos uma parte importante das forças armadas deve pensar, em função dessa mesma doutrina, que a instituição deve permanecer em alerta para intervir quando a segurança nacional estiver em perigo. Como poderá



O local onde mora o general Seregni foi literalmente tomado pelos populares que fizeram uma vigília de vários dias para reencontrar o seu líder após dez anos de prisão

"Jaque"

qualquer governo eleito democraticamente exercer um poder real tendo a seu lado isso que poderíamos chamar de uma "bomba por desactivar"?

— É um problema de condução do novo governo. Porém, a primeira questão é saber qual será a porção de poder que vai ser disputada no último domingo de Novembro próximo. A frente oposicionista tem de ambicionar o poder total. E dentro disso há uma quantidade de pontos-chaves, que tem a ver com a submissão efectiva da força militar ao poder político. Concretamente, a designação dos comandos militares, o processo de eleição dos oficiais superiores, inclusive o campo de actuação do COSENA (Conselho de Segurança Nacional) e o campo efectivo de aplicação da justiça militar. As forças políticas têm de reivindicar todo esse campo para o poder político. Essa é a única forma pela qual o governo saído das eleições de Novembro poderá exercer realmente o poder.

A partir daí teremos necessariamente de passar por um período

durante o qual deve ser desactivada — para usar a sua imagem — essa "bomba potencial". Esse é um problema de ordem política. E cabem aí dois pontos de decisão. Por um lado, assegurar comandos de plena vocação democrática. Por outro, um processo que é mais lento: o da reeducação democrática das forças armadas acerca das suas missões específicas. Isto é, ir apagando da mente dos quadros essa necessidade de participação na vida política. A esse respeito eu sou optimista: sempre acreditei na educação e acredito na rapidez dos seus efeitos nas instituições hierarquizadas. Nelas é mais fácil estabelecer doutrina. Tanto doutrina negativa como doutrina positiva. Acho, então, que uma política executada com seriedade, com vista a reconduzir e reeducar a instituição militar, pode ser levada a cabo, de facto, pelo poder civil, se este também não tiver dúvidas acerca do objectivo máximo da sua missão.

Muitos dirigentes políticos afirmaram que um organismo do

tipo do COSENA, poderia ser uma inovação constitucional aceitável se ficasse limitado a funções de assessoria. Está de acordo com essa afirmação?

— Não esqueça que eu sou um profissional, que sou um militar. E na minha época de actividade — em que participei inclusive na elaboração de projectos de lei a esse respeito — sempre entendi que tinha de existir (como existia, aliás, na legislação, com outras características) um organismo de assessoria do governo para os problemas de defesa nacional. Coloca-se aqui uma questão de termos. Insisto no termo "defesa nacional", porquanto o outro, "segurança nacional", é geralmente identificado com a ideia de intervenção militar no governo do país. De forma que eu considero necessário, dentro de um esquema de organização do Estado, um órgão assessor do poder político em matéria de defesa nacional.

E quais seriam, concretamente, as funções que as forças armadas do país deveriam desem-

penhar no futuro? Muita gente diz: devíamos ser como a Costa Rica, que não tem exército.

— Há aqui dois problemas que temos de visualizar com muita clareza. No Estado, qualquer que seja a sua forma de organização, há sempre uma função de defesa que compete às forças armadas. É verdade que a Costa Rica não tem exército, mas tem uma Guarda Nacional; o nome não é tudo, não é verdade? Deve existir no Estado um organismo que dê à Justiça a força necessária para que ela seja real, e aos organismos do Estado o apoio necessário para que as decisões dos governos emanados do povo sejam cumpridas; que seja escudo e defesa do povo e das suas instituições frente a forças agressoras, não só no campo externo mas também no campo interno. E mais ainda no presente, no momento histórico que estamos vivendo, na qual a coacção exercida sobre grandes Estados — e muito mais sobre pequenos Estados como o nosso — provém não só de outros Estados, mas de organizações poderosas. O futuro das transnacionais como factores de coacção sobre pequenos países foi discutido muitas vezes. Portanto não se trata somente da vigilância física das fronteiras. Também a presença das forças armadas é a expressão de uma vontade nacional de exercer a sua soberania e de defendê-la. É nesse plano que deve ser entendida a função das forças armadas. Eu sempre pensei nelas, e senti-me membro integrante delas, como escudo do povo. Acho, então, que as forças armadas terão sempre uma função a cumprir e sempre existirão, qualquer que seja, repito, a organização que o Estado adoptar.

Muita cautela para negociar

Como é que encara a decisão de não restabelecer, por enquanto, as negociações com o governo, adoptada pelo Partido Nacional?

44 - terceiro mundo

— Em termos de condução política, e sobretudo nos momentos actuais, é preciso sermos muito cautelosos e também muito maduros. Há uma frase feita segundo a qual não existem em política posições definitivas, não existem nem o nunca, nem o jamais, nem o sempre. Existe uma adaptação das posições às circunstâncias do momento. Considero, além disso, que a solução lógica da crise que atinge o país não pode prescindir das eleições de Novembro de 1984 e da transferência do poder aos civis em Março de 1985. O diálogo, considerado uma negociação necessária para tornar essa transferência real, é inevitável. Olhando bem para a situação actual do Uruguai, não entendo bem — embora eu seja muito aberto para admitir que uma força política possa ter uma estratégia e uma tática que a caracterizem — como alguém pode sustentar que não negocia mais. Pode-se dizer isso se se contar com outro argumento. É o único argumento diferente do da razão e da palavra é o da força. Neste momento, não vejo no Uruguai essa força. A única força que vejo é a do povo nas suas manifestações.

Qual a sua opinião sobre as declarações de um delegado do Partido Colorado a respeito dessas negociações, admitindo de antemão a possibilidade de que em 25 de Novembro haja eleições com políticos e partidos ainda proscritos?

— Acho que essa formulação também está equivocada. Não sei até que ponto a forma que deu a essa afirmação é a mesma na mente de quem a fez. A posição dos partidos políticos é a declaração conjunta de 8 de Outubro passado (dos partidos "tradicionais") e da proclamação de 27 de Novembro de 1983 (lida no chamado "Comício do Obelisco"). Princípios que, por outra parte, foram reafirmados aqui em minha casa, há poucas horas,

como um juramento a ser mantido. Acho que o que se quis manifestar nessa ocasião foi que não se podia condicionar *a priori* o comparecimento ou não às eleições. De qualquer maneira, essa formulação foi um facto negativo no plano das negociações.

Acordo ou pacificação

General, acho que muitos simpatizantes da Frente Ampla devem encarar com receio um acordo com os dois partidos tradicionais (Blanco e Colorado), mesmo sendo conjuntural. Qual é o verdadeiro conteúdo do acordo nacional que o senhor considera necessário neste momento?

— O conteúdo e a sua explicação surgem no momento histórico que atravessamos. Tenho a certeza absoluta de que o objectivo central do nosso país e do nosso povo não é só chegar às eleições e ao limiar da democracia, mas exercer efectivamente essa democracia, afirmá-la e aprofundá-la. Depois desses terríveis 11 anos, e dada a situação em que o poder civil vai receber o país — é a crise mais profunda de toda a sua história, do ponto de vista económico e social — é absolutamente claro que nenhum homem ou partido político poderá por si só superar as dificuldades actuais. Somente um povo inteiro, animado por uma mística de recuperação nacional e apoiando um programa nacional, é capaz de levar a cabo uma tarefa tão difícil como a que vamos enfrentar.

Tem de haver uma participação efectiva. Se a condição para superar a etapa histórica que vivemos exige um projecto nacional compartilhado pelas grandes massas democráticas do país, é necessário, então, uma conjugação de esforços e de vontades. Uma conjugação que não é nem pode ser um pacto entre partidos políticos, mas entre os partidos e as forças sociais, com a necessária e fundamental participação dos assalariados, que são os que

vão carregar o peso da tarefa.

Concebo que o novo governo possa ser exercido por um único partido político, sempre que estiver destinado a conduzir o programa elaborado entre todos, e que os demais actuem, evidentemente, como fiscais e colaboradores.

Um programa mínimo? É difícil que todos os partidos políticos e todas as forças sociais coincidam num programa a longo prazo.

— É claro, um programa mínimo aceite por todos. E aqui há um problema que nos atinge directamente, dado que somos a esquerda do país. Na aplicação dos princípios teóricos há exigências que poderiam ser chamadas de "maximalistas". Se as medidas que podem ser adoptadas pelo futuro governo são aquelas susceptíveis de serem compartilhadas pela mais ampla base social, isso significa, necessariamente, que o programa será mínimo. Um programa de democracia avançada, nada mais do que isso. E para a esquerda isso representa um desafio e um compromisso: o de saber adequar as pretensões à realidade e às suas possibilidades.

Ao ouvir as suas reflexões sobre um acordo entre sectores políticos e forças sociais surge uma pergunta. Pedir-lhe-ia que explicasse a sua ideia sobre a "pacificação nacional" que reivindicou logo que recuperou a liberdade.

— O sentido da pacificação nacional é-nos imposto pela situação tremenda que a nossa sociedade vive desde 1973. A sociedade uruguaia, a família uruguaia foi fracturada, tem feridas profundas, está cheia de fendas. Em menor escala que em países vizinhos — à escala uruguaia —, nestes 11 anos houve mortos, desaparecidos, torturas, houve e há presos políticos e exílio. As feridas continuam a sangrar, a sociedade não está em paz. O nos-

so chamamento à pacificação significa promover as medidas que permitam cicatrizar em parte as feridas existentes. E para isso, apagar, desde já, os factores de inquietação que ainda subsistem, e que, no meu entender, implicam, sobretudo, libertar os presos políticos e possibilitar o regresso dos exilados. E também, evidentemente, resolver os problemas provocados pela aplicação do Acto Institucional nº 7 (que cria categorias entre os fun-

da Frente Ampla são adoptadas colectivamente, mas suponho que o senhor tem uma posição tomada a esse respeito. Como deveria a esquerda votar se fossem mantidas as restrições já anunciadas pelo governo (exclusão dos partidos marxistas e de Wilson Ferreira Aldunate, candidato à presidência pelo Partido Nacional)?

— Como sabe, prefiro não opinar sobre hipóteses. A posição actual é lutar pelo levanta-



Seregni junto da sua mulher, Lili Lerena, pouco depois da sua libertação

cionários públicos e permite demiti-los sumariamente).

A paz que pedimos é para que todos os que sofreram até ao momento actual e os que ainda sofrem, tenham um horizonte aberto e sintam que as suas feridas começam a cicatrizar. A pacificação é para eles: eis o que pedimos.

A proposta inclui então uma amnistia geral e irrestrita?

— Inclui, como condição imprescindível, uma amnistia geral e irrestrita para os presos políticos e para os que tiveram de se exilar por motivos de perseguição política.

As grandes decisões políticas

mento total das cassações. No último momento, em função do quadro da situação que houver, serão tomadas as decisões mais convenientes. Mas sempre em função dos interesses do povo e do seu destino. Por cima do povo, nada.

Há quem alegue que em Novembro de 1980 não havia liberdades e que em Novembro de 1982 havia dirigentes proscritos. Contudo, diz-se, na primeira data venceu o NÃO (no plebiscito convocado pelo governo) e houve uma vitória importantíssima contra o regime; e na segunda ocasião ganharam as correntes oposicionistas nas eleições inter-

nas dos partidos habilitados tendo as forças democráticas avançado consideravelmente. Esse raciocínio é aplicável ao voto nas eleições nacionais? São situações comparáveis?

— Não. Têm pontos de comparação, mas são situações diferentes. No meu entender, o argumento não serve. Não quando se elegem autoridades nacionais para dirigir um país.

A tarefa da Frente no exílio e no Uruguai

E enquanto for mantida a situação actual, qual deveria ser a tarefa fundamental da Frente Ampla no exílio?

— Acho que o peso da luta política está actualmente situado dentro das fronteiras nacionais. A grande tarefa para os companheiros do exterior é oferecer todo o apoio à causa da pacificação nacional, sobretudo no que diz respeito à amnistia. Na qual

está implícito o regresso. Tal como nos primeiros tempos do governo de facto, quando a tarefa oposicionista no campo interno foi muito difícil e penosa e o exterior cobriu a maior parte da tarefa política oposicionista, no momento actual, o peso dessa tarefa está aqui, no Uruguai, porque a posição mudou. O exterior continua a ter uma função muito importante que é a da denúncia. Repito: no momento actual, a grande tarefa no exterior é tornar a amnistia uma realidade e preparar o regresso dos exilados.

No Uruguai existem organizações políticas ilegalizadas e proscritas. É impossível criar e fazer funcionar os comités de base. Face à estagnação das negociações, qual deve ser a contribuição da Frente Ampla para a conquista da pacificação nacional?

— A Frente Ampla está cassada. É verdade. Mas sustentamos muitas vezes que os factos são

teimosos. E não obstante a cassação, os últimos factos puseram em evidência não só a existência da Frente, mas a sua vigência real e o exercício das funções que correspondem a uma força política viva e actuante. O que a Frente Ampla precisa agora é somente da sustentação jurídica da sua existência real. Porque a grande força mobilizadora da luta nas ruas pela recuperação democrática do país foi, sem dúvida, a Frente Ampla. Nós pretendemos agora que ela seja quanto antes reconhecida explicitamente e aceite juridicamente como força política. Precisamos que os nossos comités de base possam constituir-se e actuar abertamente. É essa a tarefa que enfrentamos agora. A vitalidade e a criatividade da Frente sempre surgiu das suas bases. E temos a necessidade imperiosa de mobilizá-las e de colocá-las num plano de actuação sem entraves, como em épocas anteriores.

cadernos do

terceiro mundo

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

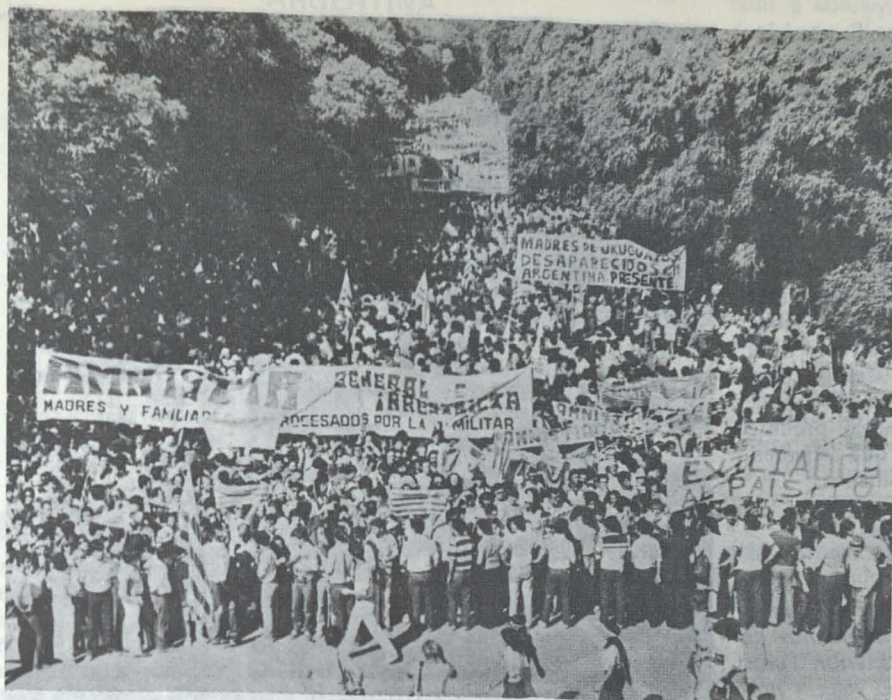
Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

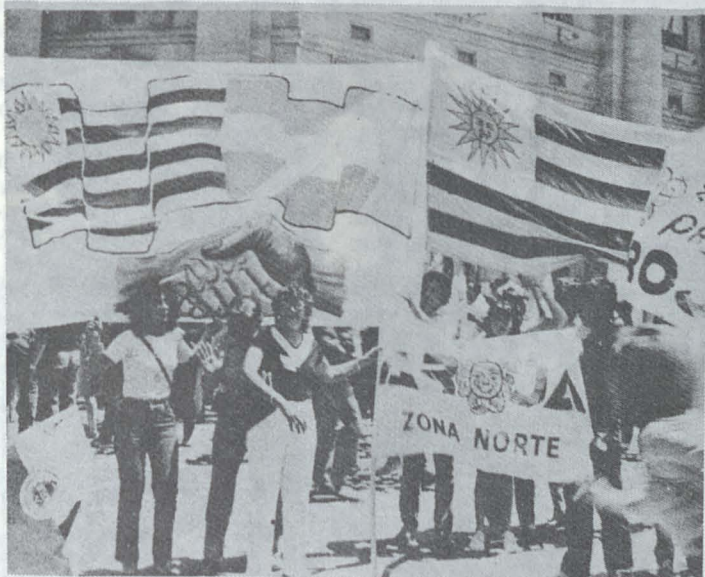
Restantes Países 28 dólares USA

Assinaturas



O comício de 27 de Novembro de 1983 no Obelisco de Montevideu reuniu mais de 400 mil pessoas numa cidade de um milhão de habitantes: um marco na mobilização política do país

Fotos "Aqui"



Não acha que também seria necessário criar novos instrumentos e formas de actividade? Porque também para a Frente Ampla, o tempo não parou: 1984 não é 1971. Os anos devem ter ensinado alguma coisa.

— É verdade. Embora acredi-

temos que os princípios fundamentais da Frente e as grandes linhas das suas bases programáticas têm tanta ou mais validade que em 1971, é evidente que os seus programas concretos têm de ser actualizados. Porque 11 anos não decorrem em vão, nem para

o mundo no seu conjunto, nem para a América Latina, nem para o Uruguai.

No seu entender, e com o realismo imposto pela situação presente, quais deveriam ser as primeiras medidas de um governo eleito pelo povo?

— Depende da situação em que se proceda a transferência do poder do actual governo para o governo democrático que lhe suceder.

O senhor sublinha a palavra "poder..."

— Dou-lhe o seu significado real. Se existirem ainda nesse momento limitações ao exercício das liberdades e direitos individuais e colectivos, a primeira medida deverá ser a plena restauração de todas essas liberdades. Se, pelo contrário, se chegar ao poder em pleno exercício da democracia e do direito, a primeira medida tem que ser desarmar todo o vestígio da máquina que tenha servido de sustentação e de elemento repressivo nos anos

difíceis que vivemos. E, paralelamente, abordar os enormes problemas económicos e sociais do Uruguai. O primeiro deles: como solucionar o pagamento da dívida externa. Porque sem essa solução não existem perspectivas para se chegar a um planeamento económico. Não se trata de se esquivar à pergunta: se você me pergunta o que devíamos fazer hoje, poderia estabelecer alguma ordem de prioridades, mas dizer de antemão quais serão as prioridades em Março de 1985, pode não ser possível. Será produto das circunstâncias que estiverem presentes nesse momento.

A força de gravidade de duas obrigações

General, o senhor tem recebido inúmeros testemunhos de solidariedade do exterior. Pensa empreender alguma viagem próxima para expressar de forma pessoal os seus sentimentos diante desses testemunhos?

— Pode estar certo de que estou diante de um dilema sério. Por um lado, sinto como uma obrigação manifestar pessoalmente a minha gratidão por essa solidariedade que nos permitiu aguentar estes duros anos. Sinto-o como uma obrigação moral, sem contar o prazer pessoal de encontrar essas pessoas que tanto contribuíram para que tivéssemos a força de espírito necessária. Por outro lado, há o que entendo como minha obrigação diante do momento especialíssimo que meu país vive. Não se trata de uma supervalorização das minhas possibilidades. Porém acho que, agora, toda a gente que puder contribuir com um grão de areia para chegar a Novembro nas condições que desejamos e obter a entrega efectiva do poder ao governo eleito pelo povo, deve permanecer no Uruguai. Confesso que até agora não tenho resposta para esse dilema. Sinto um tremendo problema de consciência. ●



O quebra-cabeças de Alfonsín

O governo radical enfrenta as sequelas do passado e a complexidade do presente, devendo superá-las para não comprometer o seu próprio futuro

Horacio Verbitsky

A dívida externa, os conflitos pendentes no Atlântico Sul, as obscuras sequelas da guerra interna e a grave situação econômico-social são as questões que dominaram o último ano do governo militar e que concentram a atenção do governo constitucional do presidente Raúl Alfonsín. A elas se acrescentam, para os radicais, dois assuntos novos: as relações com as forças armadas e com o peronismo.

A dívida externa de 43,6 mil milhões de dólares é a peça-chave do quebra-cabeças. Em 1984, o país deveria pagar 21,7 mil milhões, entre vencimentos e juros,

e o *superavit* comercial que o país pode obter oscila entre 2,5 e 3,5 mil milhões de dólares, o que indica que o caminho é o refinanciamento.

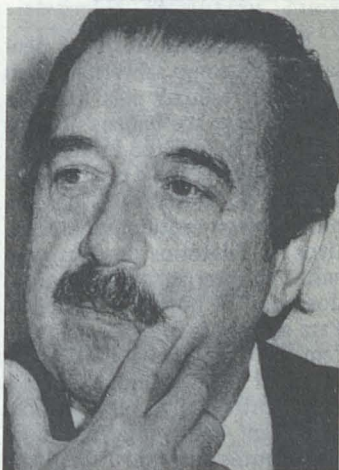
Mas, em que termos?

O atraso no pagamento de juros começou depois da guerra das Malvinas e foi-se agravando até que, a partir de Outubro do ano passado, interromperam-se todas as despesas. Um pouco mais de 60% do endividamento foram contraídos pelo Estado e aplicados em sustentar a balança de pagamentos. Essa opção não deteve a inflação mas destruiu um terço do aparelho produtivo,

com a consequente diminuição do número de burgueses e operários, objectivo estratégico da ditadura que sonhava com o regresso ao passado agrário. Cinquenta e cinco por cento dos credores são bancos privados e seis de cada dez são norte-americanos. Deles dependem, assim, 30% do total da dívida, isto é, cerca de 13 mil milhões de dólares.

Diante da interrupção de pagamentos em que Bignone incorreu, os credores esperaram, sem perder a compostura, que ele fosse retirado de cena. Alfonsín reivindicou uma moratória até 30 de Junho para refinarçar os compromissos pendentes, e o clube de bancos coordenado pelo *Citibank* exigiu, para aceitá-lo, que os juros fossem postos em dia. Assim, a Reserva Federal não deixaria os credores no vermelho ao obrigá-los a computar as moras argentinas como perdas nos seus balanços trimestrais.

No jogo de forças para ver como esses juros seriam saldados, passaram-se os primeiros 100 dias de Alfonsín na presidência. Para o governo, conservar as suas reservas tornou-se uma questão vital. Actualmente, chegam perto de mil milhões de dólares, que equivalem a um mês e meio de importações. Segundo



Problemas como a reivindicação das Mães da Praça de Maio, são um quebra-cabeças para Alfonsín

a concepção do presidente do Banco da Província de Buenos Aires, o economista do Partido Intransigente Aldo Ferrer, essa é a garantia de que o país não deverá aceitar qualquer condição que desejem impor-lhe. "Viver com o que é nosso" é o sugestivo título do último livro de Ferrer, que propõe não se comprometer a efectuar pagamentos superiores ao *superavit* da balança comercial.

Antonio Ortiz Mena, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dirigiu uma réplica indirecta a essa estratégia, ao apontar que não era concebível que um país deixasse de pagar e nada acontecesse. Sugeriu que se cortariam todos os créditos e que as exportações argentinas poderiam ser embargadas no exterior junto com os navios que as transportassem.

Também fizeram pressão, no mesmo sentido, um ministro francês e outro canadiano, em visita a Buenos Aires, os quais, com fria amabilidade, alegaram que todos os projectos de investimento em tramitação estão na dependência da renegociação satisfatória da dívida. A social-democracia simpatiza com Alfonsín, mas o pagamento pontual é um valor sagrado.

Um artifício complicado

No hemisfério norte, já pensam sobre como sancionar quem se deixar seduzir pela ideia de não entregar aos bancos os juros equivalentes a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e preferiam dedicá-los ao crescimento da economia. Nesse sentido, são ilustrativos os relatórios de duas consultorias internacionais, divulgados com 24 horas de diferença. Para a *Frost & Sullivan*, Alfonsín tem 50% de probabilidades de terminar o seu mandato; para a *Beri*, entre 40 e 60%. Ambas acreditam que a interrupção de pagamentos e a convulsão social podem apressar o regresso dos

militares ao governo.

As indignadas respostas políticas a esses relatórios ("absurdas consultorias da infâmia", foi como Alfonsín se referiu a eles numa concentração de massas) não bastam para esconder que os riscos que descrevem são reais e muito coerentes com a história do país. A novidade seria que um governo civil atravessasse, sem sobressaltos, o seu período constitucional.

Cerca de meia-noite do dia 31 de Março passado, anunciou-se o acordo conseguido quando todos os prazos já pareciam vencidos e os bancos norte-americanos enfrentavam o temido momento de colocar os interesses da dívida argentina na coluna de perdas, desencadeando assim a ira dos accionistas.

Nunca antes as transnacionais financeiras internacionais tinham recorrido a um artifício tão complicado: a Argentina pagou na hora mediante o crédito de 300 milhões de dólares concedidos por quatro países latino-americanos (México e Venezuela, 100 milhões, e Brasil e Colômbia, 50), outros 100 milhões facilitados pelos bancos credores e, por último, 100 milhões extraídos das zelosamente guardadas reservas do Tesouro Nacional.

A Reserva Federal norte-americana contribuirá com os 300 milhões de dólares para devolver aos quatro países latino-americanos, porém só depois que a Argentina assine um convénio *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional, no qual se comprometa a pôr em prática medidas de ajuste da economia (ver caixa).

O presidente Alfonsín ressaltou que os países devedores se tinham unido para se ajudarem a pagar as obrigações e não para burlar o seu cumprimento, num clima de cooperação e evitando o confronto.

Passado o desconcerto por essa fórmula tão insólita, é necessário analisar o seu conteúdo:

os bancos credores cobraram pontualmente, o fantasma do Clube de Devedores transformou-se num tranquilizante clube de fiadores, e a Argentina comprometeu-se perante quatro nações amigas, a aplicar um programa de austeridade negociado com o FMI.

Alfonsín também revelou que a iniciativa tinha partido do México. Em Buenos Aires, há quem suspeite que o ministro mexicano Silva Herzog e seus colegas da Venezuela, Colômbia e Brasil pensaram antes nas suas respectivas frentes internas do que na solidariedade latino-americana, e com esse crédito sem riscos (porque conta com o aval do governo dos Estados Unidos) compraram calma política e social. Todos eles puseram em prática duros programas de ajuste segundo as directrizes do FMI e, como disse muito a propósito o secretário do Tesouro norte-americano Donald Regan, "outros países que sofrem dores de cabeça e do coração se teriam visto em apuros para explicar porque motivo eles pagam enquanto a Argentina se nega a pagar".

A fórmula recessiva

Esse acordo, que deixou todas as partes satisfeitas, só fez adiar para 30 de Junho próximo a questão central do refinanciamento. Uma moratória de quatro anos, ou pelo menos até 1986, é o propósito dos economistas do governo radical, que repetem a palavra-de-ordem alfonsinista de "não aceitaremos fórmulas recessivas". Mas não têm muitos argumentos quando o deputado peronista Diego Guejar replica que o que está sendo aplicado não passa disso. Segundo quem o afirma, técnicos do governo ou da oposição, o salário real cresceu 1,5% ou caiu 5% desde que Alfonsín se instalou na Casa Rosada. Isso quer dizer que na hipótese mais optimista, só na década de 1990 é que se

recuperaria o nível de receitas existente na época em que os militares embarcaram Isabel Perón num helicóptero. O Produto Interno Bruto em 1983 foi igual ao de 1974, o que define um retrocesso da receita *per capita* de 13,5% numa década.

Uma inflação próxima dos 500% anuais, uma quebra generalizada do aparelho produtivo e uma política monetária que, para satisfazer às exigências dos credores, mantém taxas positivas de juros, incompatíveis com a reactivação da economia, não contribuem para facilitar as coisas para quem vive de um salário.

Por outro lado, enquanto não se definir a renegociação externa, o governo também não poder decidir a concessão de recursos do orçamento, cujo défice em 1983 foi de 20% e se procurará reduzi-lo agora a 8%.

A lei sindical

Enquanto negociava com os credores externos, Alfonsín debilitou a frente interna num lento enfrentamento com o peronismo a propósito da lei sindical. Aprovada na Câmara dos Deputados — onde a União Cívica Radical (UCR) conta com folga da maioria —, foi derrotada no Senado graças à coligação da maioria peronista com o único representante desenvolvimentista e com os dois do Movimento Popular Neuquino.

A democratização dos sindicatos foi um ponto central da campanha do radicalismo antes das eleições, e parece evidente que a classe operária compartilha esse objectivo que permitirá uma expressão legítima das bases. Mas a beligerância ideologista com que a UCR conduziu o debate parlamentar contribuiu paradoxalmente para insuflar nova vida ao comando burocrático da direita peronista, que não teria podido resistir ao ataque mais inteligente do governo. A gravidade da crise económica e a



Só na década de 90 serão atingidos os níveis do PIB *per capita* anteriores a 1976

ausência de medidas que protejam os sectores mais necessitados das suas piores consequências, amplia a margem de manobra da velha guarda sindical, aferrada com unhas e dentes aos seus cargos, e que agora está a estimular greves e mobilizações para unificar os seus interesses como grupo e as legítimas exigências populares.

O exercício do governo também privou Alfonsín de outras das suas armas eleitorais mais efectivas: a denúncia do pacto sindical-militar. Já ninguém se interessa em esclarecer se realmente Lorenzo Miguel tinha prometido impunidade aos chefes do regime militar. Apesar de todos os discursos e exortações morais, sob o poder radical só estão presos o ex-presidente Bignone (pelo sequestro de dois soldados quando era director do Colégio Militar), o almirante Chamorro (pela sua actuação como chefe do campo de concentração da Escola de Mecânica da Marinha), o general Camps (por ter admitido ostensivamente numa reportagem a sua responsabilidade em vários milhares de “desapareci-

mentos”), o brigadeiro Cacciato-re (pelo seu liberalismo na condução dos fundos públicos) e um coronel cuja situação era muito comprometida. Outro general, Carlos Suárez Masón, actualmente foragido, que comandou o Corpo I do exército (Buenos Aires) e tem o seu nome nas listas da *Loggia P2* publicadas na Itália, perderá a patente por não se ter apresentado aos mandatos judiciais pela adulteração de gasolina quando era presidente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) e por um sequestro e “desaparecimento”. O resto dos incriminados gozam de liberdade, e duas figuras tão proeminentes como os generais Luciano Menéndez e Antonio Bussi são recebidos em audiência pelo ministro da Defesa.

As relações com as forças armadas

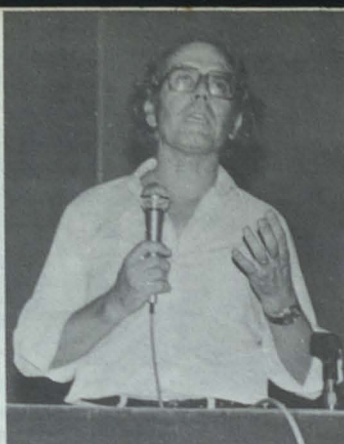
Alfonsín mandou processar nove ex-comandantes-em-chefe do exército, da marinha e da força aérea por terem semeado “a dor, o terror e a morte”, mas confiou a tarefa ao Conselho Su-

premo das forças armadas, que até agora não considerou necessário prender nenhum deles. Os únicos que perderam a liberdade foram Galtieri, Anaya e Lami Dozo, pela derrota nas Malvinas, e Massera pelo sequestro do ex-marido da sua amante. Os dois processos iniciaram-se durante o regime militar. Só existem 45 causas abertas perante os tribunais militares, que não vão além de 300 processados, o que mede a renitência dos civis em apresentar denúncias e testemunhos ante os colegas dos acusados.

O resultado é a irritação simultânea dos militares, que não aceitam ter cometido delito algum e dos militantes pelos direitos humanos, que reivindicavam o julgamento das responsabilidades pela justiça civil.

Para o prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, não há um verdadeiro corte com o passado e o governo age com exces-

Carlos Pinto Santos



Esquivel: críticas ao governo

siva cautela para não irritar os militares.

A presidente das Mães da Praça de Maio, Hebe Bonafini, foi mais longe: "Tudo continua igual. Alfonsín tem o governo mas os militares têm o poder. Os poucos militares que estão na prisão têm celas privilegiadas,

com cozinheiros, piscina, whisky importado, recebem visitas de militares e familiares".

De qualquer maneira, as medidas adoptadas pelo governo a respeito das forças armadas não deveriam ser menosprezadas com superficialidade.

A supressão dos comandos-em-chefe coloca as decisões directamente nas mãos do poder civil. Os chefes de estado-maior só têm funções de assessoramento e acompanham silenciosamente o ministro da Defesa, Raúl Borrás, nas suas inspecções a unidades de todo o país.

O poderoso complexo industrial para a Defesa foi retirado da órbita militar. Pela primeira vez, o director-geral de fabricações militares não é um general, e sim um civil. Os planos de produção das três armas passam agora pelo crivo da racionalidade económica. O novo secretário de Estado também é um civil.

OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA ARGENTINA

☐ Caso não chegue a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, a Argentina comprometeu-se a pagar com mercadorias os 300 milhões de dólares fornecidos por quatro países latino-americanos para o pagamento dos juros vencidos da sua dívida externa.

Os pormenores da operação financeira para evitar que a Argentina fosse declarada pelos seus credores em moratória de pagamentos, estão contidos no memorando de entendimento que o governo de Buenos Aires firmou com o FMI.

Jacques de Larosière, director do FMI e Raúl Prebisch, assessor do presidente Raúl Alfonsín, conseguiram, em conversações em Washington, que as autoridades financeiras do México, Brasil, Venezuela e Colômbia facilitassem fundos ao governo argentino para efectivar o pagamento de juros vencidos e não cancelados. A linha de crédito foi estabelecida nas mesmas condições que no mercado financeiro internacional, isto é, prazo de 30 dias e juro de 1% acima da taxa *libor*. Os termos desse memorando estabelecem, no item 3, que a restituição dos depósitos feitos pelo Méxi-

co, Brasil, Venezuela e Colômbia às autoridades argentinas está sujeita à assinatura de uma carta de intenções entre o governo de Raúl Alfonsín e o FMI.

O item 4 do memorando estabelece que "ao receber os recursos provenientes do FMI, as autoridades argentinas comprometem-se a liquidar na sua totalidade os auxílios recebidos das autoridades monetárias norte-americanas de acordo com calendários e modalidades que se definam de comum acordo".

O item 5 determina que "no caso eventual de que no vencimento do prazo de 30 dias a Argentina não houvesse liquidado os depósitos de que trata esse memorando, iniciará de imediato negociações com os depositantes com o objectivo de determinar as modalidades sob as quais poderiam realizar importações argentinas pelo montante dos créditos não restituídos". Isto é, no caso de não se firmar o acordo com o FMI para renegociar a dívida global argentina por 43 mil milhões de dólares, a Argentina deverá restituir a esses quatro países a importância dos créditos em mercadorias. Quanto ao tipo de mercadorias que cobrirão o crédito, terão que ser negociadas individualmente com cada governo das nações participantes. (Yazmin Ross)

A incorporação de soldados alistados em 1983 foi reduzida em 12% e calcula-se ser possível suprimir o serviço militar obrigatório dentro de cinco anos.

O orçamento militar para 1984 será 30 ou 40% menor que o de 1983, o que implica reduzir o déficit orçamental em mais de 2% do PIB.

Criou-se um estado-maior conjunto, com autoridade real, e serão organizados comandos conjuntos em diversas áreas do país, para terminar com a feudalização do poder militar evidenciada durante os sete anos de regime castrense e determinante no desastre das Malvinas.

Os assessores militares nas Honduras, Guatemala e Panamá, designados por Galtieri como parte da sua política intervencionista na América Central, serão retirados. Serão suspensas as vendas de armas à região.

A passagem do velho estilo para o novo não é fácil. Bastam três exemplos: o general Mario Aguado Benítez, comandante de um corpo de exército, questionou numa declaração pública quem critica as forças armadas. O subsecretário de Defesa, Horacio Jaunarena, redigiu um texto de rectificação e intimou o general a assiná-lo. Se se negasse, a sua carreira acabaria ali mesmo. Ele não se negou.

Em consequência de um incidente trivial numa discoteca, um tenente do exército buscou reforços na sua unidade para espancar os civis que o tinham tratado com menosprezo.

Um grupo de oficiais jovens da força aérea, depois de uma alegre despedida de solteiro, saíram em manifestação pelas ruas, gritando "Vai acabar/Esse costume de votar".

Se a relação poder civil-poder militar se resolvesse no vazio, sem dúvida que a insubordinação chegaria a ser total, depois de um necessário período de ajuste, porque (como apontamos num artigo posterior à queda de Puer-



Já em Dezembro de 83 (foto), Alfonsín sabia que o desafio era enorme

to Argentino) as forças armadas não só não estão em condições de governar o país como também não podem mandar em si mesmas sem grave risco para a integridade nacional. Elas necessitam, tanto como o país, de um poder civil forte que lhe fixe objectivos e determine procedimentos.

Beagle, Malvinas, questões conflituosas

As negociações com o Chile pelo canal de Beagle receberam um forte impulso com o encontro em Roma dos dois ministros dos Negócios Estrangeiros que assinaram um compromisso de conservar eternamente a paz. No entanto, a resolução da questão limítrofe não é tão simples. O Chile percebe a urgência de Alfonsín em fechar essa ferida aberta no seu flanco e avança com novas exigências que dificultam a conclusão de um tratado definitivo. Para o novo governo de Buenos Aires, liquidar essa questão que se arrasta há mais de um século é requisito básico para a redefinição das relações com os militares, que de outro modo poderão agitar a bandeira da soberania para reclamar maiores fa-

tias do orçamento e reconquistar posições sobre o poder civil.

Mas não pode fazer isso cedendo em aspectos essenciais, como a livre navegação argentina na área, porque gozaria de calma a curto prazo porém a um preço demasiado caro no futuro.

Pelas mesmas razões, a Casa Rosada também precisa renegociar a questão das Malvinas como propôs à Grã-Bretanha. Para isso, teve de aceitar uma proposta que agrada a Londres: a análise da recomposição das relações entre os dois países e a interrupção das hostilidades no Atlântico Sul como ponto central, sem colocar em primeiro plano a questão da soberania sobre as ilhas.

A proposta argentina de normalização de relações inclui o levantamento da zona de exclusão e a desmilitarização das ilhas, inclusive dos armamentos nucleares aí instalados, em violação dos tratados de não-proliferação nuclear. Também insiste no cumprimento de diversas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e propõe substituir as tropas britânicas pelos capacetes azuis da organização mundial nas Malvinas.

Isso aliviaria, sem dúvida, a



Thatcher: não à ONU

Grã-Bretanha dos ingentes gastos que implica manter a *fortress Falkland* e que estão na base de todas as críticas formuladas à senhora Thatcher, tanto a partir das fileiras trabalhistas como dos próprios conservadores. No entanto, a primeira-ministra vetou uma resposta afirmativa do seu gabinete, porque, acatar as resoluções da ONU, equivaleria implicitamente a aceitar que no futuro se discuta a soberania.

Quanto ao custo da permanência britânica nas ilhas, até agora Londres não conseguiu que Washington aceite partilhá-lo. As revelações do *The Economist* contribuíram provavelmente para pressionar nesse sentido, ao tornarem pública a altíssima incidência da ajuda de Washington no desenlace da batalha de 1982.

Segundo o jornal inglês, a ajuda ascendeu a 60 milhões de dólares e se a Argentina tivesse afundado algum dos porta-aviões britânicos, os Estados Unidos ter-lhe-iam entregue em substituição, o *Guam*. O Pentágono admitiu a veracidade das afirmações do *The Economist* e esclareceu que o temor de Washington, diante de uma eventual derrota britânica, consistia em que se derrubasse por completo a credibilidade das defesas da NATO face aos soviéticos. Além disso, o Pentágono forneceu ao *Washington Post* esclarecimentos adicionais sobre a ajuda, sem a

qual não teria sido possível que se montasse a operação britânica de reconquista. Os Estados Unidos também deslocaram da sua órbita sobre a URSS para o Atlântico Sul, um satélite espião para fornecer informações à frota inglesa; entregaram ao seu aliado 50 milhões de litros de combustível de aviação e centenas de mísseis e milhares de projecteis de morteiros.

A recomposição de relações

Para o ministro argentino, dos Negócios Estrangeiros, Dante Caputo, a recomposição de relações com os Estados Unidos é, apesar de tudo, prioritária. "Compartilhámos com os valores do Ocidente — as liberdades individuais e a propriedade privada — e somos não-alinhados diante dos impactos que o conflito Leste-Oeste coloca", disse. De facto, a participação do embaixador Frank Ortiz numa reunião do gabinete nacional com o presidente Alfonsín, na qual se tratou da questão da dívida externa, denota um notável grau de recomposição. Na realidade, não há memória de nenhuma intervenção semelhante, pelo menos no último meio século.

A já apontada importância dos bancos norte-americanos dentro do conjunto de credores e a intervenção do governo dos Estados Unidos na renegociação explica essa diferença e provavelmente também tenha conexão com a crise interna que, a três meses antes de assumir, destituiu do seu cargo um dos subsecretários do governo, Hugo Gobbi. Segundo fontes diplomáticas, este era o partidário mais decidido do estreitamento de vínculos com Washington, numa dimensão que excedia as conveniências para uma negociação delicada.

O facto dele ter caído em desgraça também não implica necessariamente o fortalecimento da outra subsecretária, Elsa Kelly (que, em Fevereiro, assistiu aos

actos pelo cinquentenário de Sandino, em Manágua), mas unicamente o restabelecimento do equilíbrio.

A renegociação da dívida tem uma restrição contrapartida política: deixar as mãos de Washington livres na América Central, chegar a um acordo com a Grã-Bretanha nas Malvinas para atenuar o sentimento anti-norte-americano despertado em toda a América durante a guerra, não se lançar num rumo terceiro-mundista pronunciado, admitir o controlo internacional do plano nuclear argentino. Os Estados Unidos veriam então com bons olhos a eleição da Argentina para presidir o Movimento dos Países Não-Alinhados.

Washington deseja minimizar o papel do Grupo de Contadora, ao qual Alfonsín deu o seu apoio, e sabe-se que também pressionou fortemente o México, porque esse é o principal obstáculo que encontrou no caminho de confronto que escolheu com a revolução nicaraguense. Nesse sentido, deve-se computar como uma vitória de Reagan a decisão panamiana de participar nas novas manobras militares nas Caraíbas, contradizendo a posição explícita fixada por Contadora e debilitando assim o Grupo.

As reiteradas declarações de Dante Caputo de que a questão centro-americana se insere no quadro do conflito Leste-Oeste também agradam a Washington, por mais que o ministro argentino acrescente que o seu propósito é tirar a região desse quadro de confronto e trabalhar pela paz. A coincidência do seu raciocínio com o do relatório Kissinger é inculcável e, de uma caracterização errónea, dificilmente se tirará uma política correlata, apesar da boa-fé dos funcionários de um governo que acaba de conceder um crédito de 45 milhões de dólares à Nicarágua, facto que provocou um protesto formal dos Estados Unidos. (*Horacio Verbitsky*)

As pressões sobre Price

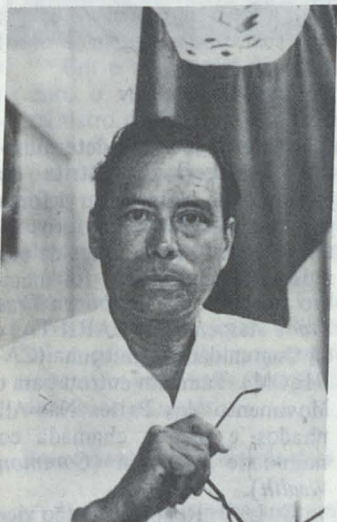
O primeiro-ministro sofre fortes pressões para transformar o país numa ponta de lança da política norte-americana para a América Central

Ash Narain Roy

Embara, no aspecto geográfico, Belize faça parte da América Central, dificilmente se enquadra no estereótipo regional. A história, a cultura, o povo e as instituições políticas de Belize imprimem-lhe características especiais. Originalmente, Belize foi habitada pelos maias, cuja avançada civilização atingiu o seu apogeu por volta do século XVII. Posteriormente, no século XVIII, marinheiros ingleses e escoceses radicaram-se nesse território. Belize sofreu também uma série de imigrações provenientes da África, China, Índia e outras ilhas caraibenhas. Em consequência disso, hoje o país tem uma população poliglota e multi-racial, formada por africanos, índios americanos, europeus e alguns grupos asiáticos.

O temperamento também distingue os belizenses de outros povos centro-americanos, fazendo com que eles se identifiquem mais com as Caraíbas de língua inglesa do que com a América Latina. Mais significativo ainda: numa região onde os problemas políticos são geralmente resolvidos através de golpes de Estado, violência e manipulação governamental, Belize tenta solucioná-los através do voto.

Belize tem desfrutado da sua vida democrática pacifista e respeitado as normas de conduta internacional. Apesar disso, o país



Price: aproximando-se dos EUA

está já a sentir a onda de choque da convulsão em El Salvador e Guatemala pela afluência de milhares de refugiados. Nos últimos meses, o governo do primeiro-ministro George Price deu alguns indícios de estar a aproximar-se da política norte-americana na região, o que provocou críticas de alguns membros do seu gabinete que defendem uma verdadeira política de não-alinhamento.

Uma economia frágil

Há pouco mais de dois anos e meio, Belize tornou-se indepen-

dente, pondo fim a mais de 200 anos de colonização britânica. Em termos económicos, o país enfrenta sérias dificuldades devido à infra-estrutura industrial inadequada, à falta de mão-de-obra especializada e ao conflito fronteiriço com a Guatemala, que reivindica 23 mil km² de território belizense.

As flutuações do mercado açucareiro, juntamente com a fuga de capitais e a estagnação das actividades manufactureiras, agravaram os problemas económicos do país. O crescimento anual registado em 1981, da ordem de 2,6%, não deu resultados alentadores em 1982/83. Isso, em parte, deve-se às adversas condições da economia mundial. O desequilíbrio crónico da balança comercial, o subemprego rural e o desemprego urbano continuam a ser as características da economia belizense.

O principal produto da sua economia é o açúcar, cuja refinação está em mãos inglesas. A exportação de açúcar para a Inglaterra e para os Estados Unidos constitui a sua maior fonte de divisas. Exportam-se também cítricos (sumos e concentrados), marisco — especialmente lagosta e caramujo —, e madeira de cedro e caoba, além de roupa. Os investidores estrangeiros controlam também a exploração desses produtos.

Os sectores bancário e financeiro são igualmente dependentes do Reino Unido e dos Estados Unidos. Embora o sócio comercial tradicional de Belize tenha sido sempre a Grã-Bretanha, a sua participação nas importações diminuiu, de forma decisiva, em favor dos Estados Unidos e, em menor escala, do Canadá, Jamaica e México.

Por outro lado, Belize tem um potencial enorme para o seu desenvolvimento. O país tem grandes reservas de madeira, o solo e as condições climáticas são propícias para o cultivo de vegetais e frutas tropicais, assim



Belize mantém o princípio de não-utilização da força para resolver conflitos internacionais

como para a criação de gado, e o turismo e as indústrias orientadas para a exportação de produtos não tradicionais têm perspectivas promissoras. No entanto, a maior esperança da economia belizense é o petróleo, encontrado na costa norte e na zona em disputa com a Guatemala.

Nos últimos meses, os planos de desenvolvimento orientaram-se no sentido de uma maior participação da empresa privada — cuja presença havia sido tradicionalmente limitada. Esta e outras medidas são resultado das pressões de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, os quais concederam empréstimos de mais de 40 milhões de dólares para a construção de um porto moderno que supostamente impulsionará a exportação agro-pecuária.

A política internacional

No campo internacional, Belize tem mantido uma política independente e não-alinhada, baseada em princípios como não-intervenção em assuntos internos dos Estados, direito inalienável

dos povos à sua auto-determinação, e observação estrita do princípio de não utilizar a força para a resolução de conflitos internacionais. Ainda antes da sua independência, Belize foi membro fundador da *Caribbean Free Trade Association* (CARIFTA) e da Comunidade Caraibenha (CARICOM). Também entrou para o Movimento dos Países Não-Alinhados e para a chamada comunidade britânica (*Commonwealth*).

C. L. B. Rogers, o então vice-primeiro-ministro de Belize, falou na 38ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 11 de Outubro de 1983, analisando minuciosamente a crise centro-americana e apoiando as iniciativas do Grupo de Contadora. “No nosso país — disse — os refugiados provenientes de Estados vizinhos cruzaram a nossa fronteira na busca de um refúgio seguro, para salvar a sua vida dos perigos da guerra civil.”

Em Outubro do ano passado, quando os Estados Unidos invadiram militarmente Granada, Belize uniu-se a vários países latino-americanos no repúdio dessa acção. O primeiro-ministro George Price lamentou a morte de

Maurice Bishop e de outros membros do seu gabinete. Devese registar que na reunião de emergência da CARICOM, realizada em Porto de Espanha (Trindade-Tobago) uma semana antes da invasão, Belize opôs-se a qualquer acção militar em Granada (Guiana, Bahamas e Trindade-Tobago foram os outros três países que acompanharam Belize nesta posição).

Cisão no PUP

Por ocasião do primeiro aniversário da independência, o governo de Price sofreu uma crise quando dois dos seus ministros, pertencentes ao chamado grupo de esquerda do partido governante, o Partido Unificado do Povo (PUP), exigiram “medidas extraordinárias e heróicas” para pôr fim “à corrupção, à ineficiência e à mediocridade”. Assad Shoman, ministro da Saúde, e Said Musa, ministro da Educação, exortaram o primeiro-ministro Price a tomar as medidas económicas e sociais necessárias para tornar possível “a independência real e verdadeira”. Os dois ministros criticaram também Price por apoiar o presidente do PUP, Louis Sylvestre, e o ministro do Trabalho, Fred Hunter (representantes da tendência direita do partido).

Quando os esforços do líder da tendência de esquerda do PUP, Procurador Geral da República e ministro da Educação, Said Musa, foram derrotados nas suas aspirações de assumir a liderança do partido (Maio de 1983), a ala de esquerda do PUP formou o Movimento para a Direcção Democrática (MDD) que novamente denunciou a corrupção e a falta de democracia no partido governante. Também advertiu que o partido perderá as próximas eleições se não modificar a sua política. Em consequência dessa disputa o secretário-geral do PUP, Mark Cuellar, foi obrigado a renunciar. Porém,

Com cerca de 170 mil habitantes e uma superfície de 22.697 Km², Belize tem uma posição estratégica que coincide com os planos da administração Reagan para ocupar militarmente a América Central



pouco tempo depois, a direita, encabeçada por Sylvestre, recuperou o controlo do partido por dois anos na convenção nacional do PUP. O MDD, liderado por Musa, não conseguiu destituir Sylvestre da presidência do partido.

Em 14 de Dezembro de 1983, o Partido Democrático Unido (PDU)*, de oposição, venceu nas eleições municipais de Cidade Belize, o que significou um sério revés político para o PUP. Esta derrota permite constatar que é real o risco que o partido do primeiro-ministro Price corre nas próximas eleições gerais que se realizarão ainda este ano. O PDU alcançou 58,3% do total de votos. Segundo observadores políticos, a derrota do PUP deve-se menos aos méritos da oposição do que à apatia dos próprios militantes e à luta interna do partido governante.

A derrota eleitoral do PUP foi explicada em alguns meios como resultante da baixa popularidade de George Price. Tal afirmação, porém, é prematura. Price é um político astuto e experiente, e em muitos sentidos está acima das disputas internas do seu partido. Como resultado desta derrota, o primeiro-minis-

tro destituiu do seu cargo de ministro da Energia, Louis Sylvestre, transferindo-o para um posto de menor importância.

Em 6 de Janeiro do presente ano, o vice-primeiro-ministro e ministro do Interior e da Defesa, C. L. B. Rogers, renunciou inesperadamente. Embora Rogers tenha explicado a sua decisão como "estritamente por razões de saúde", a imprensa local assinalou que ela se devia a uma cisão dentro do governo de Price e a pressões internas para reconstituir o gabinete. Price aproveitou a ocasião para fazer outras mudanças no ministério.

Boas relações com Washington

A viagem do primeiro-ministro George Price a Washington em Maio de 1983, marcou a aproximação entre Belize e os Estados Unidos. Reagan e Price discutiram principalmente a estreita cooperação entre os dois países nos campos económico e comercial, como também a "segurança de Belize", considerada pelo presidente Reagan como "um modelo de paz e estabilidade" para a região.

Depois da recente mudança no gabinete, o primeiro-ministro afirmou que a nova política exterior belizense continuará baseada no não-alinhamento mas que dará ênfase aos "vínculos especiais com os Estados Unidos, como líder deste hemisfério".

Também acolheu bem as recomendações da Comissão Kissinger, especialmente o estabelecimento de uma Organização para o Desenvolvimento da América Central (CADO).

Segundo alguns dados divulgados nos Estados Unidos, em 1983, Belize recebeu mais ajuda norte-americana *per capita* que qualquer outro país do hemisfério ocidental: 19 milhões de dólares. Segundo a publicação *Central America Update* (Dezembro/Janeiro de 1983/84, p. 32), Belize recebeu também ajuda militar e treino dos Estados Unidos.

Por outro lado, os Estados Unidos incrementaram sua penetração diplomática. A embaixada em Belmopán conta actualmente com 26 funcionários (em Setembro de 1981 só havia cinco diplomatas norte-americanos). Segundo o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a posição estratégica de Belize coincide com os planos da administração Reagan de ocupar militarmente a América Central. Por isso, o país estaria a ser objecto de pressões para se alinhar com os interesses norte-americanos.

O *Sunday Times* de Londres revelou uma possível retirada das forças britânicas de Belize depois de Reagan se ter entrevistado com Margaret Thatcher (Outubro de 1983). Embora o governo inglês tenha desmentido essa informação, alguns analistas militares afirmam que dada a histórica aliança anglo-norte-americana, esta opção não deve ser descartada no futuro. A primeira-ministra Margaret Thatcher precisa do apoio do governo Reagan para fortalecer a sua presença militar nas Malvinas e por essa razão poderia estar disposta a sacrificar Belize. Segundo esta interpretação, Belize passaria a ser utilizada como base militar pelos norte-americanos.

Só o tempo demonstrará até que ponto o governo belizense aceitaria essa opção. ●

* O PDU, liderado por Dean Lyndon, é de formação recente; defende a ideologia colonial pró-britânica e tem posições acentuadamente anticomunistas.

A esquerda já aspira ao poder

Alfonso Barrantes: nasce um líder carismático com uma proposta renovadora

Horacio Verbitsky

Ex-presidente da Federação de Estudantes e advogado sindical, 52 anos, solteiro convicto, Alfonso Barrantes Lingán assumiu em Janeiro a prefeitura de Lima, e o seu nome provavelmente encabeçará a lista da Esquerda Unida nas eleições presidenciais de Março de 1985, porque, pela primeira vez desde a morte de José Carlos Mariátegui, a esquerda peruana tem um líder indiscutível.

A sua filiação marxista não o

impediu de tomar posse do cargo fazendo o juramento sobre a Bíblia e lembrar no seu discurso inaugural o fervor cristão da sua mãe. Nesse dia, também exaltou Miguel Grau, o herói da guerra do Pacífico, e contrapôs o nacionalismo do almirante à política económica do presidente Fernando Belaúnde Terry, que o escutava inquieto. A primeira viagem de Barrantes, como prefeito eleito, foi à Europa Ocidental, onde não perdeu a oportu-



Barrantes: "A força do revolucionário está em dizer a verdade"

nidade de se encontrar com o papa João Paulo II.

Quando lhe perguntam se é de Lima, responde que "não, graças a Deus". Nasceu em San Miguel de Cajamarca, onde começou a sua militância no APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) de Haya de la Torre aos 13 anos, e conheceu pela primeira vez a prisão, ao solidarizar-se, ele e os seus companheiros, com um professor preso por render homenagem ao indígena. Ali tomou gosto pelas metáforas religiosas, que mistura naturalmente com menções aos pais do marxismo. "O realismo político veio-me através de Lenine e de São Miguel Arcanjo, que é um perseguidor do diabo", explica. E quem é o diabo? "A direita, isto é, a exploração".

Filho de um advogado "aprista", vangloria-se da longevidade da família. "Todos os meus adversários podem estar certos que contarão com um discurso meu no seu funeral", brinca.

No APRA, canalizou a sua inquietação antioligárquica e anti-imperialista e em 1946 viu pela primeira vez Haya de la Torre, cercado por uma multidão ao penetrar num carro aberto rumo à fazenda Casagrande de Trujillo. "Fiquei parado, olhando essa lenda, tentando entender o fervor daquela gente por um homem. Como é que isto acontece?", interrogava-me. E agora vejo que não é muito difícil". Barrantes não nega a influência de Haya no seu estilo, mas preocupa-se em deixar claro as diferenças: "Sou menos teatral, e mais didáctico. Não ensaio. Tenho uma característica 'mariateguista' e jamais apelo à demagogia". Em 1962, em Havana, ficou a observar fixamente Fidel Castro enquanto todos o aplaudiam: "observava-o para aprender".

É evidente que está num momento de transição. Por momentos, a sua voz calma e o seu discurso ponderado são os do intelectual teórico. Porém, uma pa-



"O povo não tem dinheiro, mas tem uma grande capacidade de trabalho"

lavra, algum tema, qualquer lembrança podem transfigurá-lo e então é possível apreciar o caudilho carismático, consciente da sua liderança, que ainda o surpreende.

A sua militância "aprista" chegou ao fim em 1958, quando Barrantes pronunciou na Universidade de San Marcos um discurso de repúdio à presença de Richard Nixon, e o partido o expulsou das suas fileiras. "Tenho de agradecer a Nixon por isto. Ideologicamente, já não era mais "aprista", mas numa vida de luta com os companheiros estabelecem-se amizades e amores muito difíceis de abandonar".

Dois anos depois, ingressou no Partido Comunista, no qual militou até à sua divisão, em 1963. "A partir de então, sou 'mariateguista'".

A relação de Barrantes com a multidão é um fenómeno completamente novo na esquerda peruana. "Nesses momentos, es-

queço o discurso elaborado e começo a falar como se estivessem a ditar-me". No acto de encerramento da campanha da Izquierda Unida (IU) antes das eleições municipais, essa comunicação entre o líder e a massa chegou a um clímax surpreendente. "As pessoas estavam exaltadas, gritavam, produzia-se um fenómeno de identificação mais fácil de sentir do que explicar. Percebi que faltava algo. A massa pedia. Não sabia o quê. Até que pedi que me trouxessem uma bandeira peruana. Quando a levantei na tribuna foi aquela loucura! Peru, Pe-ru! Era isso que as pessoas queriam. O mesmo aconteceu quando citei Velasco".

Mas Barrantes também sabe interpretar racionalmente o episódio: "A esquerda está amaldiçoada como antinacional. Ao ver que os seus dirigentes empunham a bandeira peruana, o povo livra-se de um peso, de um sentimento de culpa que lhe

havam inculcado. A esquerda peruana não usava a bandeira nem cantava o hino nacional. Agora as pessoas já sabem que a esquerda assume o seu país e a sua história, que os seus símbolos são os da esquerda e que estão nas melhores mãos".

Saindo às ruas de Lima com ele, pode-se perceber a dimensão da sua liderança. Sorrisos, cumprimentos, pedidos, de homens, mulheres e crianças que o cercam. "A história tem os seus caprichos, e às vezes transforma alguém num líder sem que ele se tivesse proposto a isso. No Peru, o povo tem uma tremenda necessidade de ser escutado. Esta é uma grande responsabilidade. Em vez de ficar possuído pela soberba, a gente deve manter-se humilde", reflecte Barrantes em voz muito baixa.

O que se segue é a entrevista que o líder da esquerda peruana concedeu a *cadernos do terceiro mundo* na casa do nosso corres-

pondente no Peru, Rafael Roncagliolo:

Mudar de palácio

Quais são os principais problemas que vocês estão a descobrir nos primeiros meses de um governo municipal de esquerda num país governado pela direita?

— Os problemas não estão a ser descobertos agora. Eles já eram conhecidos, mas agora percebe-se melhor a sua gravidade. O problema maior é comum a todas as câmaras municipais do Peru: a sua precariedade económica que as faz depender do governo central, dependência contrária à autonomia que a Constituição lhes concede. Para cobrir os gastos, temos que procurar fontes de receita próprias, mas não queremos tributar a população de Lima sem um estudo sério já que o imposto deve ser equitativo. Há gente que possui muito e paga pouco, e gente que tem pouco e suporta impostos altos.

Os impostos são fixados pelo Congresso ou pela Câmara Municipal?

— Depende. O imposto predial é fixado pelo Congresso. A Câmara Municipal pode aprovar apenas impostos pequenos, pouco significativos.

A limitação é também institucional, suponho. Não se pode implantar o socialismo a partir de um município.

— Por isso mesmo, descobri que a partir do Palácio Municipal não se pode fazer muita coisa. Então, temos que ganhar o outro palácio. A limitação é evidente. Na Câmara de Deputados, foi aprovada a nova lei de municípios, que barrou ao chegar no Senado, porque alguns senadores vinculados ao capital imobiliário consideram inconstitucional um dispositivo que outorga poderes de expropriação à Câmara Municipal.

O governo municipal de Esquerda Unida planeia expropriações em massa?

— Não tanto. Não há necessidade. Mas essa prerrogativa permitiria neutralizar o tráfico da transferência de uso da terra, sistema que enriqueceu muita gente em Lima.

Também está a tentar conseguir apoio externo para programas sociais como o copo de leite diário para as crianças nas escolas, que fez parte da sua campanha eleitoral. Não há reticências nos países da Europa em apoiar um prefeito marxista?

— Descobrimos que não. Fomos muito bem recebidos. Em alguns organismos internacionais notámos o espanto pela falta de interesse dos sucessivos governos peruanos nessa ajuda. Quando nós a solicitamos, somos bem recebidos, damos a esses organismos a oportunidade de que cumpram os propósitos para os quais foram criados.

O trabalho voluntário

Que outras medidas podem ser tomadas para enfrentar as dificuldades económicas?

— Utilizar o apoio popular, que é a grande riqueza de um governo como o nosso. Iniciámos uma campanha pela água, contra a desidratação, e milhares de voluntários estão a trabalhar aos sábados e domingos nos *pueblos jóvenes* (bairros da lata). Recentemente realizámos uma reunião com os comités que se formaram para conseguir água, na Câmara Municipal. Pela primeira vez, as pessoas pobres sentaram-se nessas poltronas. Eu tinha medo que elas as quebrassem, mas não, tinham cuidado, sentiam que era o seu governo e que aquilo começava também a ser deles.

Se soubermos organizar essa vontade de trabalho, superaremos todas as dificuldades económicas. Por exemplo, no projecto do copo de leite, a despesa da

Câmara Municipal será mínima, porque tudo será realizado com os clubes de mães ou as organizações populares.

As pessoas estão dispostas a trabalhar. Esse é um factor extraordinário, que eu conhecia teoricamente, mas ao ver uma aceitação e decisão tão grande do povo, às vezes sinto-me desafiado, porque temos de aprender a fortalecer essas organizações. O povo quer tarefas e aí a pessoa descobre que o seu projecto fica pequeno diante de tanta decisão de trabalho.

Isso é o que assusta a direita. O povo não tem dinheiro, mas tem capacidade para trabalhar. Na noite em que comemorámos a vitória — conseguida sem as promessas dos candidatos da direita, mas com realismo, porque não queríamos enganar ninguém — preveni a multidão reunida que íamos ter dificuldades. E as pessoas gritavam: “Com dinheiro ou sem dinheiro, contigo, sim, trabalhamos”. Isso é maravilhoso! Lénine e Mariátegui diziam que a força do revolucionário está em dizer a verdade.

Até que ponto as mobilizações estudantis e sindicais, e as ocupações de terras dos habitantes dos “pueblos jóvenes” afectam a relação do governo municipal com o governo central?

— O governo municipal identifica-se com essas mobilizações na medida em que têm causa e sustentação legítima, indiscutível. E aí seguimos uma linha de confronto com a política económica do governo central, que se tem expressado, não só através de desfiles, como também exigindo a modificação dessa política. Mas algumas dessas manifestações derivam em situações incontroláveis para aqueles que as convocaram. Face à existência de um governo de esquerda, coincidem politicamente sectores da direita, que estimulam manifestações que degenerem em actos de vandalismo, e sectores da ultra-esquerda.

Quais são esses sectores da ultra-esquerda?

— O Sendero Luminoso e alguns grupos trotsquistas. Na semana seguinte ao assumirmos o governo municipal ocorreram invasões de terras e de algumas propriedades. A direita responsabilizou o governo municipal, esquecendo que se deram invasões em cada mudança do governo central. Aconteceu isso nos governos do general Velasco e nos dois governos de Belaúnde. Mas a direita afirma que com a esquerda vem a desordem e o ataque à propriedade privada.

Tem que se marcar a diferença entre a necessidade legítima daqueles que precisam de um tecto, dos interesses da direita, da ultra-esquerda e dos traficantes de terra, que coincidem. Quando a terra invadida é do Estado, o problema resolve-se com facilidade, mas complica-se quando se trata de propriedade privada. Além disso, acrescenta-se um facto, simultâneo mas com causa diferente, que é a ocupação de fábricas, depósitos ou terrenos abandonados de empresas que foram à falência sem pagar os benefícios sociais aos seus trabalhadores, os quais tentam, assim, garantir os seus direitos já conquistados. É uma invasão, mas de natureza diferente.

Socialismo e disciplina

Ser parte do Estado implica um compromisso com a ordem pública, e ser de esquerda implica solidarizar-se com as legítimas reivindicações expressas nas mobilizações. Qual é o estreito caminho por onde se pode transitar nesta questão tão contraditória?

— Com o povo que temos, não trilhamos um caminho, pois a massa ficaria espremida. Não cabemos. É largo o caminho pelo qual transita a Esquerda Unida com o apoio popular. Não vamos fazer um governo de caos e indisciplina. O socialismo implica

uma disciplina, diferente mas efectiva, um esforço permanente de organização e de elevação de consciência. E também há uma contradição interna. A esquerda peruana ainda não amadureceu o suficiente, embora em alguns aspectos esteja mais madura que as esquerdas de outros países latino-americanos, onde ainda não se realizou o esforço unitário. Mas ainda subsistem correntes imaturas que consideram que o governo municipal deve lançar-se “de cabeça” nessas mobilizações.

Nós pensamos que se deve apoiar, defender este governo municipal na medida em que a partir dele, e com todas as limitações que existam, seja possível servir a comunidade: distribuição de terras, educação sanitária, programas de alfabetização e, o que é mais importante, um processo de organização de todos os pobres da cidade para enfrentarem melhor as suas dificuldades

e exigir a quem de direito que contribua com os recursos suficientes para solucionar os problemas.

Isto não vai contra as mobilizações populares, que são uma forma necessária de aprendizagem política. A contradição só se dá na cabeça de alguns companheiros.

Esquerda Unida, mais do que um somatório

É longo o caminho que conduz de um Palácio a outro?

— A distância é curta, mas o problema está na distância política. A esquerda avançou muito nos últimos anos, mas essa frente que ainda é a Esquerda Unida ressent-se de uma certa debilidade de organização. Ainda não temos comités em todo o país. A Esquerda Unida foi um acerto histórico dos partidos que a fundaram em Setembro de 1980, para superar a atomização ante-



“São as massas que escolhem o líder, além e acima da estrutura orgânica”

rior. Em Outubro lançámos a nossa candidatura e em Novembro foram as eleições. Em Lima, obtivemos 25% dos votos, um resultado superior ao que esperávamos. Os números das eleições de Novembro de 1980 mostraram que a Esquerda Unida era mais do que a simples somatória dos partidos que a integravam. O que fazer então com aqueles que nos apoiavam mas não estavam integrados nos partidos? Tínhamos que organizá-los e incorporá-los, iniciativa à qual, num primeiro momento, todos os partidos se opuseram. Fui de liderança em liderança discutir o assunto, e perdemos muito tempo. Só em Março de 1983 os partidos decidiram por unanimidade a incorporação orgânica desse grande contingente e começaram a instrumentalizar os comités distritais.

Os partidos têm um espaço garantido. Por isso, aprovou-se que na direcção de cada comité distrital haja um representante de todos os partidos que trabalham nesse distrito. Mas também se incorporam os outros, aqueles que alguns costumam chamar de independentes, embora não o sejamos nem nos agrade essa denominação.

Como se autodefinem então?

— Somos militantes da Esquerda Unida, e antes que existisse a IU, militantes da revolução peruana, ou do futuro e grande partido da revolução peruana.

A organização e a liderança

O surgimento de um líder carismático como o sr., na Esquerda Unida mas acima dos partidos, coloca a esquerda latino-americana pela primeira vez desde a morte de Salvador Allende na possibilidade de chegar ao poder pela via eleitoral. A direita não ficará de braços cruzados esperando a vitória da IU nem aplaudirá a passagem de Barran-

tes de um Palácio para outro. O que é preciso para enfrentar a sua previsível reacção?

— Fundamentalmente, organização. Em 1980 as massas expressaram a sua simpatia pela esquerda e a questão era transformá-la em confiança. Em 1983 as massas já confiaram, porque a esquerda tinha um nível orgânico através do qual, com muitas deficiências, os sectores populares se expressavam.

O povo através desses comités escolhe os seus dirigentes. Mas um líder não se escolhe, são as massas que decidem, além e acima da estrutura orgânica. Eu posso deixar a presidência da IU em qualquer momento, mas a outra posição não posso deixar, foi-me concedida não sei até quando. A maioria dos militantes não é contra a estrutura partidária, mas o seu grande sonho é criar um grande movimento. Se você fizer uma pesquisa de opinião e perguntar à classe operária, ao povo, quantos partidos compõem a IU, felizmente eles não sabem, não decoraram.

Nas direcções dos comités distritais percebe-se uma maior presença dos erroneamente chamados independentes, que não têm militância nos partidos.

Mas qual é a situação actual do ponto de vista organizativo?

— Ganhámos as eleições, as coisas estão tranquilas agora, e novamente avança-se muito lentamente no trabalho orgânico. As eleições presidenciais e legislativas estão aí e já deveríamos contar com a estrutura orgânica para que não se repita o mesmo problema. A grande missão na qual estamos empenhados é reajustar, organizar, de modo que esse vendaval eleitoral não ponha em perigo a unidade.

O APRA e as suas tendências internas

Falemos de outra grande for-

ça do Peru, o APRA, e dos sectores com capacidade para influenciar o processo político, as forças armadas e o Sendero Luminoso.

— O APRA teve sempre no seu seio tendências, que a personalidade política de Haya escondia, mas que afloraram com a sua morte. Há sectores que buscam pontos em comum com a esquerda revolucionária e outros que mantêm uma posição anticomunista muito firme, por convicção e para conseguir um "atestado de bom comportamento" diante da ultradireita e das forças armadas. A tendência que venceu é a de direita, reformista, anticomunista.

Encabeçada por Alan García...

— As massas "apristas" viram nele uma ressurreição do movimento, e a possibilidade longamente acalentada de chegar ao governo. Eu penso que essa recuperação orgânica e mística do APRA constitui o seu canto do cisne. Aqui acaba o APRA, mesmo que chegue ao governo.

Isso parece-lhe possível?

— É duvidoso. A última recontagem dos resultados de Lima indica que a Esquerda Unida obteve 42% dos votos.

As forças armadas e a esquerda revolucionária

E a posição das forças armadas perante a Esquerda Unida?

— Até há algum tempo prevalecia em grande parte dos sectores da esquerda uma posição dogmática de rejeição cega às forças armadas, que nos últimos anos tem sido reexaminada. Curiosamente, não durante a "primeira fase" do governo militar,* e sim depois.

* Conhece-se como "primeira fase" do governo militar a que corresponde ao período do general Velasco Alvarado (1968-1975) e "segunda fase" a do general Morales Bermúdez, que derrubou Velasco.

Quando começaram a sentir saudade da "primeira fase"...

— Quando se percebeu que a "segunda fase" era a contra-reforma. Depois de 1968, as forças armadas já não são as mesmas, e depois de Novembro de 1983 a esquerda também não é a mesma. É por isso que alguns sectores da esquerda mantêm muito boas relações com comandantes e oficiais das forças armadas. E há pontos de coincidência reais.

Por exemplo?

— A defesa da soberania nacional. Convidaram-me a fazer uma palestra no Centro de Altos Estudos Militares (CAEM), onde falei sobre a defesa da soberania nacional, a defesa da integridade territorial, que está a cargo das forças armadas. A maioria dos seus membros tem uma origem bem popular, e em situações trágicas como a guerra com um dos nossos vizinhos, o povo vestiu o uniforme, formou milícias e juntou-se ao exército para defender o território. Enquanto isso a oligarquia não formou um só regimento para defender a soberania do país.

Mas defender a soberania nacional não é somente preservar a integridade territorial, mas também a defesa das riquezas nacionais. E também neste ponto coincidimos com as Forças Armadas porque não foram elas que entregaram o nosso petróleo às transnacionais. Inclusive há estudos das forças armadas criticando os contratos, numa afirmação de verdadeiro nacionalismo. Como sinteticamente afirmou Mariátegui, trata-se de peruanizar o Peru. Queremos que este país seja realmente peruano, e amplos sectores do exército estão nessa mesma linha. É claro que existe um velho sentimento de ódio e medo às forças revolucionárias, comunistas, marxistas. Ao afirmar que seguimos o caminho traçado por Mariátegui deixamos evidente que procuramos

um governo não alinhado. Seguir orientações de terceiros é o que existe de menos revolucionário, é contra-revolucionário. Mesmo se quisermos seguir a linha chinesa, não conseguiremos, como também não o conseguirá o Sen-

altos comandos disseram que respeitavam a vontade popular. Claro que os anticomunistas disseram: "bem, eles não entrevistaram porque se trata de um governo municipal, e não de um governo central". Em última instância, só



José Carlos Mariátegui: "Peruanizar o Peru"

dero. Na China continua válida a tese de ir do campo para a cidade, porque de 100 chineses 70 ainda vivem no campo. No Peru, é justamente o contrário. A grande marcha teria que ser da cidade para o campo, e vamos fazê-la para recuperar a economia agrária do país.

O que vão dizer os outros sectores das forças armadas quando começar essa grande marcha?

— Muitos que vieram do interior terão que voltar ao campo para respirar ar puro e ajudar a desenvolver a economia agrária. Não receio que diante da decisão popular as forças armadas resolvam opôr-se. Algumas pessoas bem gostariam que elas o tivessem feito já por causa dos resultados eleitorais de Novembro. Os

a prática dirá o que vai acontecer.

"O Sendero parece-se com o governo"

Falemos do Sendero.

— As suas acções terroristas não despertam nenhuma simpatia. São dogmáticos e orgulhosos. Não apenas se consideram os únicos revolucionários do Peru, mas de todo o mundo.

Vendo as inscrições murais redigidas num mau castelhano pelo Sendero, parece a primeira guerrilha andina da América. Que importância atribui a esse facto?

— Em primeiro lugar, não a qualificaria como guerrilha. A guerrilha tem uma concepção muito clara dos seus objectivos, procura acumular forças e assu-

me responsabilmente as acções que realiza. Os poucos documentos do Sendero não demonstram clareza de objectivos, e tão-pouco uma aspiração para acumular força. Acusam todas as forças de esquerda de serem reformistas. Eles parecem-se com o governo. São orgulhosos e não querem dialogar com ninguém e se algum dia o fizessem, aconteceria o mesmo que com o governo: não escutariam a outra parte.

O Sendero tem uma posição anticapitalista totalmente irracional. Acredita que vence o capitalismo destruindo as instalações da Universidade de Huamanga e matando todo o gado porque é de origem capitalista. Há, além disso, uma exacerbação do seu sentimento anti-urbano, que dá muito peso à questão do camponês.

Nunca dizem quais foram as acções que eles fizeram. Não se

sabe se as torres de energia de Lima, por exemplo, foram dinamitadas pelo Sendero ou por outro grupo. Porém há algumas coincidências significativas. O governo precisa aumentar o preço da gasolina e *pum!*: as torres voam. São então suspensas as garantias individuais, os preços aumentam, as pessoas ficam impressionadas com a falta de luz — isso é o que vemos nos jornais — e entretanto consolida-se uma política económica antipopular.

Durante a campanha eleitoral, fizemos uma categórica distinção entre nós e o Sendero, e o povo votou em nós sabendo que esses votos eram também contra o Sendero. Portanto, nas eleições derrotámos o governo, o reformismo "aprista" e o Sendero.

Como enfrentaria o presidente Barrantes o fenómeno Sendero?

— Para fazer esta pergunta ao presidente Barrantes, deve-se esperar que ele seja candidato, se é que vai candidatar-se, e depois, ver se ele chega à presidência.

E vai-se candidatar?

— Só Deus sabe.

A existência de uma IU em condições de aspirar ao poder está relacionada com o processo desencadeado pelo general Velasco Alvarado em 1968?

— Sem dúvida. No país produziu-se uma mudança substancial. A esquerda admite por experiência concreta que há sectores progressistas dentro das forças armadas, e a direita e a oligarquia sabem que os militares já não são um instrumento que elas podem manejar à sua vontade para defender os seus interesses.

CIÊNCIA actual

Uma publicação portuguesa
de divulgação e informação científica

Para o professor
Para o aluno
Para toda a gente

Assinaturas (1 ano — 6 números)

Continente	550\$00
Açores, Madeira, Espanha	690\$00
Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe	
Europa	US\$ 7.50
Outros países	US\$ 9.50

Pagamento adiantado

Distribuidora:
ELECTROLIBER

CIÊNCIA ACTUAL

R. Carlos Pereira, 3-4.º D.

1500 LISBOA

O avanço da sociedade e a crise do Estado

O processo de regresso à democracia torna-se cada dia mais seguro e irreversível pela força do povo nas ruas reivindicando os seus direitos civis

Herbert de Souza

Em 1964 o golpe de Estado representou a vitória de um projecto das transnacionais e a derrota do movimento popular. Vinte anos depois, as mobilizações do movimento popular assinalam a crise do Estado transnacionalizado e a abertura de um novo período do movimento popular brasileiro na sua luta pela democracia.

Nunca como agora a questão da democracia foi tão viva e concreta. Nunca como agora foi uma questão para o conjunto da sociedade. Esta é a novidade: a luta pela democracia deixou de ser apenas uma bandeira de intelectuais, de liberais inquietos com a ditadura, de grupos consciencializados e politizados, para ser uma questão concreta para milhões de pessoas em todo o país.

No começo do chamado período de abertura, com Geisel, o Estado era ainda tão poderoso que se tornava difícil, para os analistas, visualizar a dimensão real dos movimentos da sociedade civil. Alguns temiam que eles até nem existissem...

A sociedade movia-se ainda sob o signo do medo e sempre atenta às reacções do sistema, do presidente, dos militares, de al-

guém lá em cima, alguém do Poder. Parecia que os limites da liberdade estavam efectivamente definidos pelo Estado e que este podia realmente administrar a realidade, a sociedade, a democracia, o princípio e o fim das coisas. Muitos tecnocratas, muitos militares e gerentes do poder do Estado devem ter sentido nas suas almas a sensação do prazer absoluto do poder, mesmo que solitária.

Mobilização popular

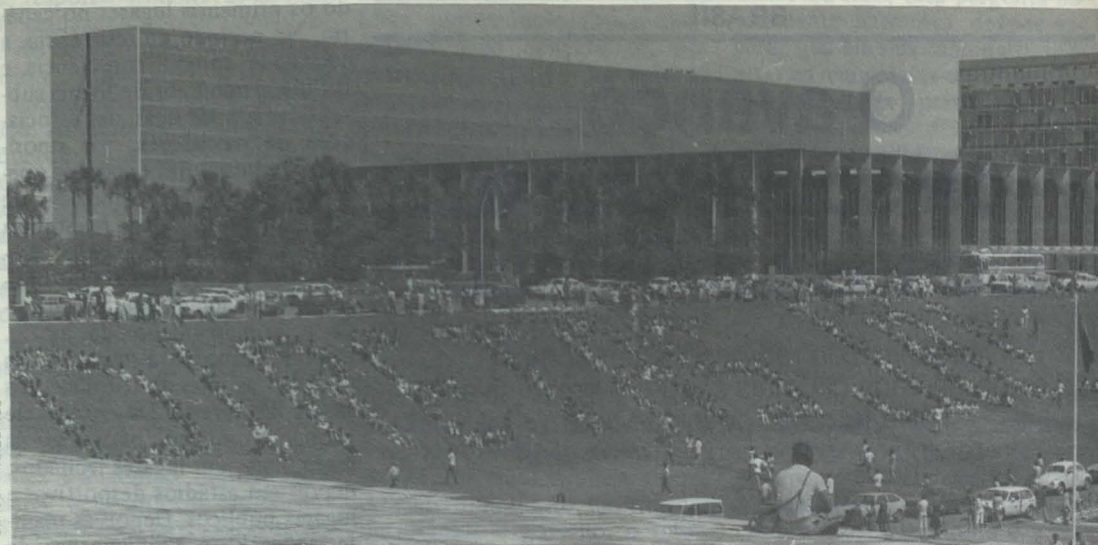
Pouco a pouco os subterrâneos foram emergindo e ocupan-

do os primeiros lugares no cenário. No período de resistência, a sociedade tomou consciência e foi organizando-se de forma sub-reptícia nas fábricas, nas associações de moradores, nas oposições sindicais, nas casas dos operários, nos salões paroquiais de algumas igrejas. Essa resistência enfrentava uma repressão desproporcional, violenta, sem limites, que se acreditava dona da vida e principalmente da morte. Depois, começou a mover-se em direcção às salas de reuniões, aos salões das igrejas. Da reunião de pequenos grupos passou-se às assembleias em lugares fechados, depois em estádios desportivos e lugares públicos. Depois às manifestações e às mobilizações de massa. De pequena comunidade de base, da associação de moradores, dos sindicatos, dos grupos de rua, a sociedade foi compondo um quadro que não parava de crescer. Muitos não viram o seu crescimento e duvidaram da sua existência e importância.

Depois de um silêncio de quase 10 anos (1968-1978), o movimento popular reapareceu através das greves do ABC paulista (*n. d. r. — parque industrial de São Paulo*). A classe operária, já quase esquecida pelos sociólogos desanimados, voltou ao cenário para ficar. As greves dos canavieiros em Pernambuco signifi-



O movimento popular reapareceu com as greves operária de São Paulo



Horas antes da votação Dante de Oliveira estudantes formam com os seus corpos nos relvados do Congresso de Brasília a exigência da nação brasileira

caram que os sindicatos rurais, apesar de todo tipo de pressão e repressão, estavam vivos e que o campo movia-se mais do que a cidade era capaz de ver. Através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e das pastorais, os diferentes sectores pobres da sociedade foram tecendo milhares de fios sob o tecto das igrejas, mas com a matéria-prima do próprio povo. A classe média empobrecida pela crise do chamado "milagre", e pela lógica de um modelo marginalizador, voltou à militância, agora já não pelo golpe, mas contra o regime. Os empresários de capital nacional, que por isso são pequenos e médios, expressaram o seu desencanto com uma política económica que é mais capitalista para os grandes, e quase sempre cruel com os pequenos. Os funcionários públicos, até então sentados nas salas vigiadas do Estado, começaram a perder o medo e saíram em manifestação em defesa dos seus empregos e da empresa pública. As mulheres mobilizaram-se, os ecologistas, os negros ressurgiram em cena para lembrar ao Brasil que democracia não é compatível com opressão sexual, com destruição da natu-

reza e da vida e com o racismo. E muitos militares começaram a volta aos quartéis e, com tal convicção, que os que ficaram em Brasília parecem estar cada vez mais isolados dos seus próprios companheiros de farda.

A oposição política

Antes das eleições de Novembro de 1982, ainda era difícil avaliar a magnitude desses movimentos e o seu grau de desenvolvimento político. Depois, tornou-se mais fácil, quando a oposição ganhou ao governo sem ganhar o governo e ganhou o governo sem ganhar o poder do Estado, que está concentrado no executivo federal. Novembro de 1982 indicou claramente que a sociedade civil se estava a mexer e em oposição ao regime, em rota de colisão com o Estado.

Terminadas as eleições, os que ganharam assumiram as suas respectivas crises e o movimento social continuou as suas lutas. Cada um com a sua tarefa. Os governos, sentindo os seus limites e os compromissos de um regime que existe apesar da sociedade ou contra ela. Os movimentos

populares, percebendo claramente que a luta continuava e que era possível apoiar e reivindicar, elogiar e criticar, bater palmas e vaiar, esperar e pressionar quase que ao mesmo tempo os seus governadores, prefeitos, parlamentares agora eleitos pelo voto directo.

Novembro de 82 não fez o povo desanimar com as directas. Ao contrário, mostrou que até os governadores do PDS eleitos pelo voto directo são melhores que os seus colegas escolhidos por via indirecta. O indirecto Antônio Carlos Magalhães (ex-governador da Bahia) não pode ser comparado com o directo Roberto Magalhães (governador de Pernambuco).

O campo agita-se

Entrámos em 83 com a sociedade a mover-se a ocupar espaços, a lutar. É extremamente expressiva a cronologia dos conflitos e lutas populares deste ano que vão desde os saques por comida, ocupações de terras e de lotes, greves e várias outras formas de resistência e protesto, até às grandes mobilizações de várias categorias profissionais como os



A campanha pelas eleições directas, já, tornou-se a maior demonstração do crescimento político dos movimentos sociais

funcionários das estatais, os médicos, engenheiros, professores. O movimento sindical toma corpo em duas propostas da central sindical e realiza várias greves importantes.

O campo agita-se em busca de terra, trabalho e comida.

Foi neste fim de 83 que começou a tomar corpo a campanha das directas. A princípio, com poucos fiéis e muitos descrentes. Parecia uma bandeira muito alta para ser alcançada a curto prazo. Parecia muito abstracta e distante para levar multidões às praças. Duas lideranças políticas saíram à frente: Teotônio Vilela, com o seu projecto Emergência, colocava as eleições directas para presidente como condição primeira e essencial para começar a resgatar as 4 dívidas: externa, interna, social e política. Leonel Brizola anunciava que todos deviam preparar os seus títulos para votar. A maioria, no entanto, ouvia e aplaudia,

movendo os braços sem conseguir acreditar.

Directas, já

E foi então que 1984 se transformou no ano das directas, graças a uma incrível emergência do movimento social, da sociedade civil na vida política, reivindicando a sua cidadania e respeito ao seu título de eleitor.

A campanha das directas, assumida pela sociedade, transformou-se no maior fenómeno político das últimas décadas e na maior demonstração do nível de desenvolvimento político dos movimentos sociais. Vinte anos de ditadura produziram o seu contrário, a aspiração unânime pela democracia.

É claro que a caminhada é longa e que o que se tem de transformar exige muito mais que manifestações, comícios e multidões nas ruas. É claro que, se avançamos muito, ainda te-

mos muito que fazer: o nosso sindicalismo é débil, os nossos partidos políticos quase não existem e a maioria das nossas lideranças ainda pensa com atraso frente ao que se avança em cada dia. Hoje, parece que a sociedade civil avançou mais politicamente que a "sociedade política", o que deixa um sabor amargo na boca de quem escuta os discursos ultrapassados dos líderes de palanque.

Mas, nesta caminhada, quem sonha com o futuro não está mais sozinho. Acabou aquela sensação de solidão de quem procurava somar-se aos movimentos sociais inexistentes. As condições políticas para que os partidos, os sindicatos, as organizações populares se desenvolvessem, estão dadas por esta força que vem da sociedade e não do Estado. E esta é a grande mudança que está a mover a política brasileira no sentido da democracia. ●

Mudar as condições de pagamento da dívida

O economista Barros de Castro afirma que há condições de impor outras regras de jogo com os credores e utilizar a moratória como alternativa

Carlos Pinto Santos

Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal do Rio, Antônio Barros de Castro, especialista da questão energética, tem dedicado os últimos anos à análise da evolução da economia brasileira, estudo que sintetizará num livro brevemente publicado.

Barros de Castro faz nesta entrevista uma abordagem da política económica do regime militar que é, em alguns pontos, sensivelmente divergente das teses de outros economistas situados na área da oposição democrática. Recusa-se a fazer um juízo inteiramente negativo das grandes opções económicas dos últimos 20 anos da vida brasileira. Afirma que a actual situação de *superavit* é produto de projectos de reformulação da estrutura energética e de substituição de importações, lançados principalmente durante o governo Geisel mas vindos de uma tradição de planeamento sectorial que remonta à época de Getúlio Vargas. Para Barros de Castro, os homens do FMI e os seus seguidores no Brasil apropriam-se indevidamente do saldo positivo da balança comercial brasileira

de 83. Condena as brutais medidas de choque anti-inflacionárias das "cartas de intenções", considerando "anos perdidos" a política de austeridade proposta pelo Fundo. E faz uma afirmação categórica: a recuperação da economia brasileira não poderá se realizar sem uma profunda democratização das instituições.



Segundo Barros de Castro o *superavit* brasileiro tem pouco a ver com as receitas do FMI

Qual a responsabilidade das medidas do FMI — fundamentalmente a redução drástica das importações — na situação actualmente verificada de balança comercial brasileira positiva?

— A política de austeridade patrocinada pelo Fundo Monetário Internacional tinha dois objectivos: consertar a balança de pagamentos do Brasil, fazendo com que o país atingisse aquilo que eles chamam uma "situação estável", e, por outro lado, corrigir a inflação.

No que se refere ao problema inflacionário, o fracasso é absolutamente evidente, não convém sequer comentar: a inflação duplicou após a imposição do programa de austeridade.

Na frente externa, porém, ocorreu recentemente uma mudança muito importante, que é o facto de o Brasil passar a contar com um saldo comercial enorme, ou seja, as exportações menos as importações deverão resultar num saldo de cerca de 9 mil milhões de dólares em 1984. O que contrasta fortemente com a posição existente em 1981 e 1982, quando a balança comercial era, em média, levemente negativa.

O FMI e os seus porta-vozes no Brasil não perderam tempo a chamar à si o mérito deste resultado. Não teriam conseguido debelar a inflação mas no comércio

externo o seu êxito seria estrondoso.

Essa reivindicação dos ortodoxos parece-me totalmente infundada.

O saldo da balança comercial

é, sem dúvida, um grande trunfo da economia brasileira que deve ser decomposto em várias componentes, das quais a principal é o lançamento pelo governo brasileiro durante a década de 70 de uma série de projectos de reformulação da sua estrutura energética e de substituição de importações.

Localiza essa política na época do governo Geisel?

— Não é propriamente uma criação dele, mas há que o creditar pela revivescência de uma tradição de planeamento sectorial que vem da época de Juscelino com o seu famoso "plano de metas" e até do próprio Getúlio. O governo Geisel fez renascer essa tradição e isso é um facto.

Esses projectos de longo prazo de maturação referem-se ao petróleo, álcool, carvão, metais não-ferrosos, celulose, petroquímica, aço e fertilizantes.

Os resultados de alguns desses projectos lançados em 74 ou em 78, vieram agora à tona, com uma grande desfasagem, mas que em geral se revelaram a partir de 1982. Cito três exemplos: o alumínio de que o Brasil era grande importador e que passou a exportar, o cobre de que se tornou auto-suficiente e os petroquímicos, onde aconteceu o mesmo.

O conjunto de todos estes projectos, segundo os meus cálculos, seriam responsáveis por cerca de 5,5 mil milhões de dólares dos 9 mil milhões conquistados no saldo. Na minha opinião, só se deve atribuir à política do Fundo um quarto do saldo positivo, coisa da ordem dos 2,5 mil milhões. É este o crédito da recessão, os outros três quartos cabem a diferentes ajustes estruturais da economia.

Então, quando o FMI e os seus advogados se arrogam o que eles chamam de ajustamento convencional, estão a falsear completamente a realidade, tomando como base um resultado



Vargas (em cima) e Juscelino: impulsionadores da política de grandes investimentos sectoriais

ri, contribuiu para o alargamento da base da economia brasileira e para a sua diversificação, essa tarefa histórica tem um sentido positivo. Seria maniqueísmo não o reconhecer.

Mas quero deixar claro, que isso não muda a nossa avaliação negativa dos 20 anos do regime.

Pode-se dizer que a economia brasileira está a recuperar?

— Essa é a segunda parte da resposta sobre o saldo positivo da balança comercial.

Ele significa que a partir de agora se pode crescer no sentido de que o *superavit* projectado permite uma grande capacidade de pagamento do serviço da dívida do Brasil.

Dispondo desse trunfo, há dois caminhos pela frente. Um é continuar a pagar exactamente segundo as exigências dos credores e com as taxas de juro que estes impõem. Se o Brasil fizer isso, crescerá lentamente, muito abaixo da sua experiência histórica. Esta rota é, além do mais, extremamente instável, porque basta uma recessão dos Estados Unidos em 86 ou 87, ou uma retomada forte da taxa de juros, para ela se tornar aritmeticamente inviável. É um problema

programado pelo Estado e pelas empresas estatais ou executado pelo sector privado sob a égide do sector público.

Esses resultados poderão ser entendidos como aspecto positivo da gestão desse governo?

— O regime usou em profundidade o aparelho do Estado para fortalecer a economia e particularmente a indústria. Errou grosseiramente em muitos casos e insistiu no erro. Foi megalomaniaco na definição das suas metas, criou o mito do Brasil-potência e tentou se validar espuriamente através de projectos gigantes. Porém, na medida em que o regime, sobretudo no período Geisel, retomando a velha tradição brasileira a que me refe-

de contas. Por outro lado, esta solução leva implícita uma taxa de crescimento que significa que a economia brasileira nem sequer absorverá a mão-de-obra que chega ao mercado de trabalho anualmente.

ro, com uma taxa de juros a 7% e com esses prazos de pagamento, o Brasil pode retomar o crescimento a uma taxa de, digamos, 7%, que é a média histórica brasileira de 1945-1980. Essa taxa é suficiente para absorver a mão-



O desemprego deverá crescer nos próximos anos

Isto é, uma acentuada subida da taxa de desemprego nos próximos anos se forem mantidas as actuais regras de jogo?

— Exactamente. Por esta rota será isso que acontecerá. O que me parece intolerável, justamente por se dispor de um sólido saldo da balança comercial, e por outras razões que aqui não estou a comentar. O Brasil deverá usar o saldo como uma arma e impor condições aos credores.

Que tipo de condições?

— É esse o segundo caminho.

O Brasil está a pagar juros efectivos da ordem dos 14 a 15% que deveriam ser cortados pela metade, digamos 7%. O que é um juro ligeiramente real, no sentido de que a inflação internacional varia entre os 5 e 6%. Ora como o Brasil pode pagar isso, chegará a 90 com um saldo da balança comercial da ordem dos 10 mil milhões de dólares e prazos de pagamento do tipo 20 ou 30 anos.

A importância de uma proposta como esta é dupla. Primei-

de-obra que chega ao mercado de trabalho e ainda diminuir gradualmente o desemprego acumulado até agora. É uma taxa socialmente aceitável e conveniente.

Se o Brasil entrar por essa rota poderá estabelecer um pacto a longo prazo, dando tranquilamente garantias no pagamento da dívida. Para os credores há a grande vantagem de permitir uma estabilização, embora a curto prazo tivessem de absorver prejuízos. Mas ganhariam a longo prazo.

Penso que o Brasil não deveria apresentar esta proposta timidamente, acho que a deveria impor.

Mas tem o Brasil condições para impor as suas regras?

— Tem. Apresentando a moratória como alternativa a esta proposta. Analisei isso longamente num trabalho intitulado "A Viabilidade da Moratória", e onde chego à conclusão que a moratória é perfeitamente viável para o caso brasileiro.

O país já não precisa de créditos a médio e longo prazo. Até já eliminou em boa parte os créditos a curto prazo. O Brasil está a fazer mais de metade do seu comércio à vista. Por outro lado, com o saldo de que dispõe, aguenta facilmente as consequências de uma moratória, que no entanto provocaria um grande choque no cenário financeiro internacional.

Deverá haver uma frente comum, regional, em relação ao pagamento da dívida externa?

— O Brasil tem condições de lançar individualmente os dois tipos de programas, o de redução da taxa de juros ou da moratória. E estou convencido que em ambos os casos, contaremos com a Argentina como aliado. Mas não acho que se deva envolver outros países no primeiro lance da jogada. O Brasil tem peso específico e solidez de condições para romper o cerco e deverá fazê-lo sozinho. Os outros parceiros do continente serão muito importantes para nós no futuro, nomeadamente na intensificação do comércio.

Lançando um destes tipos de programa sozinho, há a vantagem de não ficar em primeiro plano o desafio político, o que não acontecerá formando-se um bloco de países, aliás de muito difícil constituição. A conotação política seria neste caso muito maior e levaria os Estados Unidos a responder enquanto governo.

E digo isto porque o ideal para nós é brigarmos com o banqueiro, não com o governo, embora sejam inevitáveis consequências políticas. Temos interesse em aproveitar as contradições actualmente existentes entre o Congresso dos EUA e os banqueiros acusados de malbaratarem os fundos em seu poder. Por isso acho que atacar directamente os governos é não explorar essa brecha. Devemos dar, para já, duro nos banqueiros,

porque ainda não temos condições de o fazer com os governos.

Resumindo: o Brasil deveria apresentar a primeira proposta e só usar a moratória como arma de pressão, caso necessário. Num certo sentido a moratória seria responsabilidade deles porque eles é que nos teriam empurrado para isso.

E em que termos seria proposta a moratória?

— Suspensão total de negociações de pagamento da dívida. O Brasil passaria a viver em comércio *cash*, o tempo que eles aguentassem. Nós aguentamos, sabendo eles muito bem que quanto mais tempo ficarmos no regime de suspensão de negociações e ruptura com a comunidade financeira, mais nos distanciamos deles. Se nos deixarem à deriva, buscando o nosso caminho fora das suas regras, mais caminhos descobrimos e eles sofrerão as consequências políticas. E isso não lhes interessa de maneira nenhuma.

As receitas que propõe são viáveis no actual quadro político?

— Não. É necessário haver uma profunda alteração democrática nas instituições. Nada do que defendi é possível neste clima de fim de festa que estamos vivendo no Brasil.

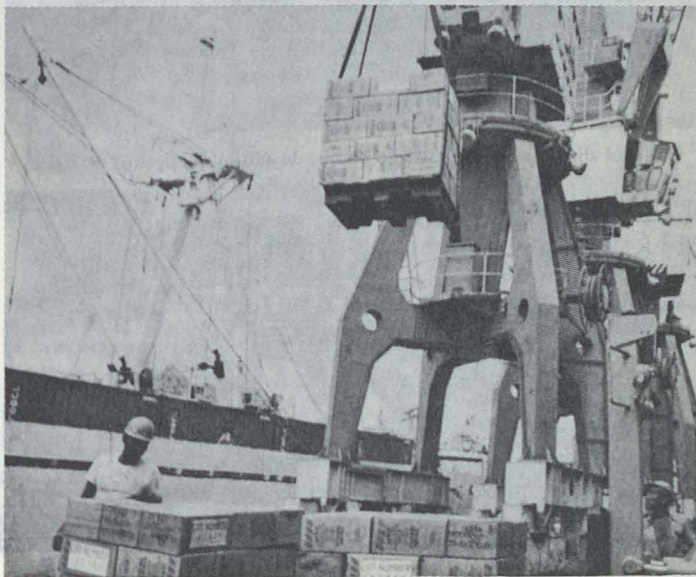
Mas houve festa?

— Houve durante o milagre.

Vive-se um regime de fim de festa e o governo que ainda aí está não tem a menor condição, política ou moral, de assumir uma tarefa histórica como a que nós definimos aqui. É evidente para mim que o tipo de solução proposta, encaminhamento da questão da dívida e retomada do crescimento, supõe um governo com amplo apoio na nação, coisa que este governo não tem, nem a possibilidade de o obter. Por conseguinte, as minhas palavras referem-se a uma mudança potencial que eu espero esteja

para vir. Aquilo que eu estou propondo não é utópico, não é absurdo, não é fora do real do ponto de vista económico. Porém, está em descompasso com a política. A minha dúvida é se a política se vai ajustar a esse potencial da economia.

cos) por exemplo, deixaram de ser típicos do padrão de consumo de uma minoria e difundiram-se na população. Mesmo o automóvel começou a alastrar tendo a frota brasileira chegado a dez milhões em poucos anos. Houve realmente êxitos consi-



“O actual governo (em baixo, o presidente Figueiredo) não tem condições políticas e morais para gerir correctamente a economia brasileira”

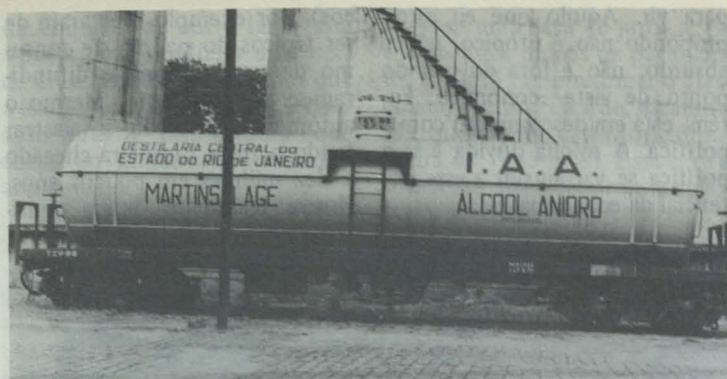
Que entende por “milagre brasileiro”?

— “Milagre” é evidentemente uma expressão mistificadora. Porém, o facto é que a economia brasileira de 68 a 73 cresceu mais do que 10% em média anual. O que é um crescimento com poucos paralelos na história. Você encontra essa taxa na União Soviética dos anos 30, no Japão em certos momentos e na Coreia.

Foi uma velocidade de crescimento espantosa. O Brasil tornou-se um canteiro de obras. A taxa de investimento ultrapassou 25% do produto, o emprego crescia rapidamente e os padrões de consumo transformaram-se da noite para o dia. Os bens de consumo duráveis (electrodomésti-



deráveis nesse período. Mas foi também nessa altura — como aliás em todos os outros períodos da história recente do Brasil — que as desigualdades sociais mais se agravaram. Ou seja, foi ínfimo o que as classes populares de menor rendimento obtiveram do “milagre”. Pelo contrário, a



O álcool alimenta grande parte do parque de automóvel ligeiros no Brasil



sua participação no rendimento caiu percentualmente.

O "milagre" só beneficiou a alta burguesia, a classe média e os trabalhadores que ganhavam mais do que cinco salários mínimos. Desfeito o "milagre", desfizeram-se também os benefícios de que usufruíram a classe média e os trabalhadores melhor remunerados. A inflação devorou todos esses benefícios.

É a favor de um tratamento de choque para a inflação?

— Seria o pior que hoje poderia ocorrer à economia brasileira. Por todas as razões que dei anteriormente, a economia brasileira pode voltar a crescer e o tratamento drástico à inflação impediria essa possibilidade.

Além do mais, o tratamento de choque seria má procura quando já é absolutamente evidente, até para os porta-vozes do

monetarismo, que a inflação brasileira tem sido empurrada por choques de oferta, sejam eles o estrangulamento externo através das maxi-desvalorizações ou problemas de safra agrícola. As maxi-desvalorizações provocaram a duplicação da inflação em 1980 e outra duplicação em 1983. A inflação brasileira estava estabilizada em 40%, mais que dobrou para 100%. Estabilizou em 100% e depois mais do que dobrou para os actuais 210%.

O outro componente da inflação brasileira são os preços dos alimentos. No ano passado, por exemplo, enquanto os produtos industriais se elevaram entre 170 e 180%, os preços dos produtos agrícolas atingiram 290%.

Isto porque o Brasil passou a dar uma prioridade absoluta às agriculturas energéticas e de exportação. De 1979 a 1983, a produção *per capita* de alimentos caiu quase 25%, enquanto a

produção da agricultura energética *per capita* subiu 50% e a exportação de produtos agrícolas *per capita* subiu na ordem dos 30%.

O aumento da produção de alimentos exige investimentos de vulto?

— A recuperação da agricultura de alimentos, que está comprimida, é absolutamente imprescindível, mas não é um programa de vulto. É uma coisa muito simples. Basta que o governo entre numa política de garantia de compra a bons preços desses alimentos para a formação de grandes *stocks*. A agricultura brasileira responderá de imediato a isso, porque é muito elástica. Se o governo acenar com bons lucros, a produção de alimentos eleva-se rapidamente, porque ela é apenas uma fracção muito pequena de um todo.

Concorda com um desenvolvimento acelerado da agricultura energética, isto é, a produção de cana para fabrico de álcool?

— Creio que o álcool tornou-se irreversível. Sou, porém, a favor de um crescimento moderado, e não acho possível (nem interessa) manter as recentes taxas de crescimento.

É certo que o álcool conquistou um espaço no programa energético brasileiro. Dentro de dois, três anos estará a contribuir com 100.000 barris de equivalente de petróleo e penso que poderá ir um pouco além, mas não vejo interesse de ir muito mais longe.

A grande novidade do quadro energético brasileiro foi o recente êxito espectacular do petróleo e a grande novidade no futuro será o gás que se descobre actualmente e que nos anos 90 poderá mudar bastante o panorama energético do país.

Neste contexto, penso que o álcool deverá conservar o lugar que já conquistou sem haver necessidade de se forçar o seu cres-

cimento, até porque é excessivamente dispendioso.

O álcool poderá representar dentro de alguns anos cerca de 20% da produção de petróleo...

— Exactamente, o que não é pouco.

E na indústria? Que sectores acha que devam ser incrementados?

— A informática. É a batalha do momento. Se o Brasil conseguir preservar os avanços que teve recentemente na informática e os desenvolver, poderá emergir na década de 90 com uma economia industrializada, capaz de autodeterminação tecnológica.

Mas não há uma grande concorrência de outros países neste sector?

— Há, mas tem-se de entrar nessa grande concorrência. Sem o controlo da informática não é possível uma indústria com um



Alcançada uma boa posição no plano energético, a aposta futura do Brasil deverá voltar-se para a informática

mínimo de autonomia. A informática é o ramo por onde se dará a revolução industrial que está aí já anunciada claramente. É ela que vai regenerar a produ-

tividade dos vários ramos da indústria que passarão praticamente todos por uma revolução informática, garantindo o rejuvenescimento do parque industrial nos próximos anos, seja o nosso ou o norte-americano. Abrir mão disso é abrir mão da chave do progresso técnico nos anos vindouros.

Trava-se neste momento no Brasil uma seriíssima batalha contra as pressões da IBM e dos demais concorrentes que querem simplesmente dominar o mercado brasileiro. O Banco Mundial, o FMI e outros, por seu lado, têm feito através dos seus portavozes e lobbys brasileiros, o máximo de pressões para desmontar o embrião de indústria informática com que já conta o Brasil. Mas por parte dos meios técnicos, e até militares, há uma consciência crescente da necessidade de preservar esse trunfo vital na competição dos próximos anos.

V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX
Telefs. 840961/847232/837124
Telex. 12209 Celeir P
Endereço Telegráfico - CELEIRO

Os remédios que matam

Torna-se urgente para o Terceiro Mundo tomar consciência dos perigos de certas propagandas irresponsáveis da indústria farmacêutica transnacional

Gilles de Wildt*

As exportações de medicamentos inúteis e perigosos, de origem ocidental, para o Terceiro Mundo crescem cada vez mais. Grandes firmas farmacêuticas transnacionais acorrem aos mercados dos países subdesenvolvidos com muita agressividade. Representantes industriais promovem as vendas, dando informação médica errada aos profissionais que não têm acesso a dados farmacêuticos e médicos objectivos. Anúncios de publicidade recomendam o uso de medicamentos que são ineficazes e perigosos.

Na Holanda, uma organização voluntária de médicos, enfermeiros e estudantes chamada WEMOS (*Werkgroep Medische Ontwikkelingssamenwerking*), que tem por objectivo melhorar a cooperação internacional no campo da saúde, acusou a firma Organon (com sede na Holanda) de atentar contra os princípios da ética médica nas suas vendas no mercado do Terceiro Mundo.

* O autor é médico e publicitário, membro da WEMOS (*Werkgroep Medische Ontwikkelingssamenwerking*). Para maiores informações sobre o assunto, escrever para: WEMOS, Postbus 4098, 1009 AB/Amsterdão, Holanda. O artigo foi cedido com exclusividade para cadernos do terceiro mundo, pelo semanário holandês *De Groene Amsterdammer*.

A Organon holandesa: condenação por propaganda mentirosa

A única possibilidade de levar a julgamento indústrias transnacionais farmacêuticas é, hoje em dia, a de apresentar queixas ao conselho disciplinar de uma determinada associação nacional das indústrias. Esse conselho tem a tarefa de pôr em prática o código de conduta internacional da Federação Internacional das Associações de Indústrias Farmacêuticas (IFPMA).

A Organon foi condenada. De agora em diante, ela tem de apre-

sentar a mesma informação sobre os seus produtos em todas as partes do mundo. Essa informação deve estar de acordo com conhecimentos médicos rigorosos e modernos.

No entanto, é preciso muito mais que isso. Leis internacionais com sanções penais importantes devem ser introduzidas com o fim de prevenir um aumento da má utilização de medicamentos e do prejuízo para a saúde do Terceiro Mundo.

Riscos não anunciados

Na Tailândia, a firma holandesa Organon recomenda o seu medicamento Orabolin como terapia de apoio à subnutrição. Numa fotografia colorida de um anúncio, vê-se uma criança subnutrida. O Orabolin contém "esteróides anabólicos", hormônios conhecidos pelo seu uso no desporto. Dizia-se que os "esteróides anabólicos" reforçavam os músculos e outros tecidos do corpo humano, porém, não têm nenhum efeito positivo na subnutrição. Pelo contrário, produzem efeitos secundários extremamente prejudiciais que a Organon não menciona nesse anúncio ou em outras publicações, nem na literatura do remédio. Há o perigo de atrofiamento no crescimento das crianças, da voz das garotas e mulheres engrossar de maneira irreversível ao nível masculino, e também de manifestações de erupções capilares típicas do homem nas meninas e mulheres. Nos rapazes, há o perigo da puberdade começar demasiadamente cedo.

A Organon também recomenda esses produtos para a fadiga, falta de apetite e mesmo "para um rápido crescimento", quando, na verdade, não contribui em nada para o desenvolvimento da pessoa.

A Ciba-Geigy, uma grande empresa farmacêutica suíça, retirou os seus "esteróides anabólicos" em 1982 porque "as des-

vantagens superavam as vantagens". Mas essa empresa continua a vender o produto Clioquinol ou Enterovioform na Índia. O Clioquinol pode causar cegueira nas crianças. E a Ciba-Geigy recomenda-o como remédio contra a diarreia!

Um outro aspecto refere-se aos meios contra a impotência sexual, que tem causas psicológicas em 85 a 99% dos casos. Os medicamentos só são úteis quando as causas são puramente orgânicas. As origens da doença podem ser determinadas em pesquisas de laboratório que, por serem dispendiosas e complicadas, não se realizam nos países subdesenvolvidos.

No entanto, a Organon tem introduzido no mercado da Tanzânia, o Andriol (derivado do hormônio sexual masculino, a testosterona). Esse produto pode reforçar a impotência pelo seu efeito físico e pode produzir mudanças de comportamento sexual muito perturbadoras. A procura desse produto é enorme nas áreas do mundo onde a impotência constitui vergonha.

Depois de receber muitas críticas (entre outras, da organização holandesa WEMOS) a Organon prometeu retirar o produto do mercado.

Outras indústrias farmacêuticas fazem propaganda de "antibióticos" para o combate à gonorreia, sem indicarem efeitos colaterais prejudiciais e sem fazerem menção da necessidade de uso rigorosamente prudente. O uso errado desses antibióticos dá origem à resistência das bactérias e, assim, o antibiótico não tem qualquer efeito. A possível evolução de formas de gonorreia torna o tratamento extremamente difícil.

Os analgésicos também são largamente divulgados. Há analgésicos perigosos, que podem causar anormalidades letais no sangue. Nos países industrializados, como a Holanda, estes só são aplicados em casos excepcio-



A venda de medicamentos nos países industrializados (em cima) obedece aos códigos de conduta, o que não acontece nos países subdesenvolvidos

nais e sob absoluto controlo médico. Em muitos países do Terceiro Mundo são vendidos livremente e sem indicações adequadas.

Nos países da Europa em geral, a liberdade de manobra das indústrias farmacêuticas é limitada. O médico tem a possibilidade de consultar, com frequência, uma revista especializada em farmacoterapia. A divulgação dos prós e contras de cada medicamento está bastante equilibrada. Além disso, se os médicos passarem uma receita com uma dose excessiva ou com um medicamento inútil, os farmacêuticos alertam para o facto no momento oportuno.

De uma maneira geral, no Terceiro Mundo, os governos não têm dinheiro suficiente para controlar a distribuição dos medicamentos nem para divulgar publicações de qualidade sobre o tema. A literatura estrangeira é cara. Assim, os médicos ficam dependentes de anúncios e de revistas baratas e gratuitas, publicadas com o apoio das próprias indústrias interessadas, como o *Monthly Index of Medical Spe-*

The right antidepressant starts by relieving her anxiety. But it doesn't stop there.



Bolvidon eases anxiety. However, unlike tranquilizers Bolvidon also allows simultaneous treatment of another condition. The depressed mood. And Bolvidon treats both conditions without side effects like dry mouth, blurred vision, constipation. That's because Bolvidon is devoid of the anxiolytic activity that causes these effects.

BOLVIDON

Today's way to get results

cialities (MIMS) ou o *Post-graduate Doctor*. Medicamentos que precisam de receita médica são vendidos e comprados em qualquer parte (lojas, mercearias, drogarias, etc. etc.) por vendedores e clientes que não sabem ler a literatura inclusa (e isso, no caso de haver essa literatura).

Os códigos de conduta

O mercado comercial de produtos farmacêuticos no Ocidente não tem crescido muito ultimamente. Mas a produção mundial aumentou de 30 mil milhões de dólares em 1970 para 84 mil milhões em 1980. Sessenta por cento dessa soma é manufacturada nos países industrializados. Cada vez mais medicamentos vão para

o Terceiro Mundo. Os interesses das indústrias são enormes. Fontes técnicas assinalam que hoje em dia é preciso um mercado de 500 a 600 milhões de habitantes para ter lucro antes da exclusividade de patente acabar. Isso significa um período de 18 a 20 anos. É possível, entretanto, que o novo medicamento se mostre ineficaz ou que outro produto melhor e mais barato apareça no mercado. Só uma empresa transnacional é capaz de concorrer e manter um tal mercado.

No Terceiro Mundo, onde a capacidade económica do consumidor e dos governos é menor, os princípios da ética médica e as normas científicas são mais susceptíveis de serem infringidas.

Não é surpresa que a Organização Mundial de Saúde (OMS) há muito tempo se mostre interessada em promover códigos de conduta e leis internacionais que restrinjam as transnacionais nas suas actividades mercantis.

Em 1981, a Federação Internacional das Associações de Indústrias Farmacêuticas (IFPMA) instituiu um código de conduta voluntário. Esse código diz, entre outras coisas, que a informação científica da indústria deve ser igual em todos os países do mundo. Não foi o que a Organon fez: perfeitamente correcta na Holanda e muito menos rigorosa em países como o Peru ou o Quênia. A única sanção penal é: "publicidade prejudicial". A IFPMA não examina a situação *in loco*. Limita-se a esperar que surjam queixas.

Fica no ar a pergunta: qual é o valor do código da IFPMA, num processo disciplinar voluntário em que a indústria farmacêutica faz um julgamento sobre si própria?

Os códigos e as leis propostos pelos organismos internacionais têm igualmente a intenção de aliviar os países subdesenvolvidos do peso de certas tomadas de posição em relação à indústria.

O Bangladesh é um bom



Agrotóxicos: perigo no consumo de produtos agrícolas

exemplo de situação vulnerável. Em Junho de 1982, o governo de Dacca proibiu 237 medicamentos perigosos e ineficazes e ameaçou retirar mais tarde outros 1.700 do mercado. Tal atitude foi baseada em pesquisas profundas e nas listas elaboradas pela OMS, que separavam os remédios necessários dos produtos desnecessários. Todo o mundo diplomático e comercial reagiu imediatamente. Os embaixadores dos Estados Unidos, da Alemanha Federal e da Holanda bateram à porta do governo de Bangladesh: o governo não deveria agir prematuramente. Em primeiro lugar, disseram os diplomatas, devia deliberar com a indústria. As vendas dos produtos farmacêuticos efectuadas neste país são da ordem de 100 milhões de dólares por ano. Três quartas partes desse montante estão nas mãos de oito empresas transnacionais.

Em Agosto do mesmo ano, os Estados Unidos pediram de novo ao governo do Bangladesh para rever as medidas tomadas. "O governo norte-americano está preocupado com o facto de que estas medidas venham a impedir futuros investimentos", disse um

porta-voz do Departamento de Estado ao *Washington Post*. A reacção também foi forte dentro do Bangladesh. Vários empresários protestaram. A revista comercial para médicos *The Pulse* caluniou permanentemente todos aqueles que apoiavam a medida governamental. Em Novembro de 1983, *The Pulse* escreveu: "Há uma campanha cuidadosamente preparada para fazer naufragar a nossa industrialização".

Actualmente, os observadores interrogam-se se o governo poderá manter a sua política de medicamentos, dadas as enormes pressões que tem sofrido.

O caso dos agrotóxicos

O problema da exportação e da distribuição dos produtos farmacêuticos não é único. Outro exemplo é a exportação de insecticidas e pesticidas. Esses produtos para uso na agricultura chegam muitas vezes aos países subdesenvolvidos sem qualquer instrução legível e sem nenhuma advertência contra os perigos de um uso errado. Devido a isso, calcula-se que no Terceiro Mundo morram dez mil pessoas por ano, enquanto que 350 a 400 mil pessoas chegam a sobreviver a uma intoxicação. Calcula-se que dezenas de milhares de homens morram prematuramente por causa dos efeitos malignos desses produtos ao longo do tempo.

Em 1972, metade dos casos de intoxicação no mundo inteiro deu-se nos países subdesenvolvidos, embora nessa época se utilizassem apenas 15% dos agrotóxicos no Terceiro Mundo, segundo David Bulle. Entretanto, o comércio de pesticidas tem, pelo menos, duplicado. O ex-presidente norte-americano Jimmy Carter instituiu uma lei acabando com as exportações de produtos perigosos nos Estados Unidos. Um ano mais tarde ela seria revogada pelo seu sucessor, Ronald Reagan.

O regresso de um poeta

As experiências do exílio e a problemática da América Latina analisadas pelo poeta uruguaio Daniel Viglietti

Ana González

Artista de uma delicada sensibilidade política e estética, Daniel Viglietti transformou-se, a partir dos anos 60, no porta-voz do sentimento popular rioplatense e de todo o Cone Sul. Expressando-se através de textos líricos que demonstravam a realidade social do seu país, o Uruguai, o violão e a voz de Viglietti uniram-se à sua poesia e em poucos anos, as suas canções contestatárias obtiveram grande repercussão internacional.

Uma semana antes de voltar ao rio da Prata depois de 11 anos de ausência, Daniel Viglietti concedeu em Lisboa a seguinte entrevista a *cadernos do terceiro mundo*:

Como foram esses anos de exílio?

— É difícil separar os diferentes planos da vida. Poderia dizer que foram, humanamente, mais uma etapa de aprendizagem. É preciso viver a experiência do exílio (que eu conhecia através dos numerosos espanhóis exilados no Uruguai) para poder captá-la realmente.

Qual foi o aspecto mais positivo e válido do exílio?

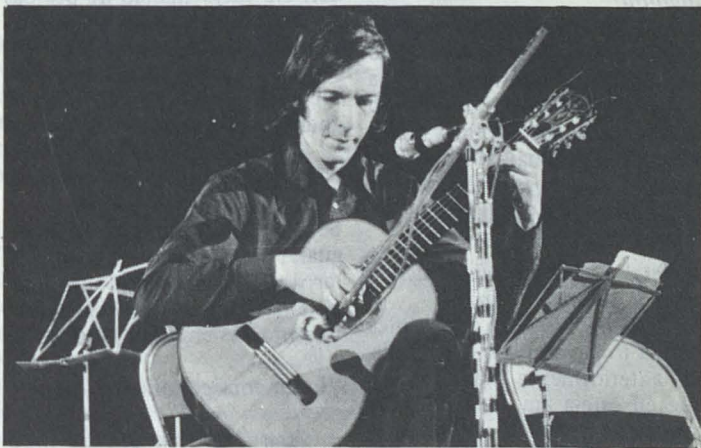
— Talvez tenha sido a possibilidade de viajar através de tantas identidades, de tantas culturas, de tantas pessoas diferentes, de tantas canções diversas. Ter

descoberto (não como faziam os europeus que descobriam a América ou outras partes do mundo), lugares que não imaginávamos,

permitir, junto com a experiência de cada exilado, em cada lugar onde morava, no momento do regresso, fazer uma síntese que será muito rica.

E como foi o conhecimento da América Latina a partir do exílio?

— A reunião de exilados e de emigrantes que se deu em tantos países permitiu o contacto entre nacionalidades que mal se conheciam. Por exemplo, nós, os uruguaios, mal conhecíamos os nicaraguenses. Rompeu-se esse esquema de que só conhecíamos os argentinos, chilenos, brasileiros, enfim, dos países mais próximos. De repente, começamos a conhecer salvadoreños, guatemaltecos...



"O exílio para mim foi um encontro que me vai permitir fazer uma síntese muito rica"

como por exemplo, Angola. Cantámos em Angola, Tunísia, Argélia e também na Austrália, uma terra remota, vista a partir do nosso mapa. E, evidentemente, conhecemos, como nunca tivemos oportunidade antes, a América Latina.

O exílio, nesse sentido (e não digo para todas as pessoas, mas pelo menos para aquelas profissões de andarilhos, como o cantor, o poeta, o escritor, o actor de teatro), serviu para um encontro formidável que nos vai

A vitória da primavera

Como é que explica "a primavera da derrota" que canta nas suas composições recentes?

— Não há circunstâncias históricas negativas que durem sempre. Se pensarmos nos momentos trágicos da história, eles sempre foram superados. Como acontece na canção em que a palavra "derrota" desaparece e só resta "primavera", a derrota é sempre vencida pela primavera.



"Tenho certeza de que trabalhamos para defender a alegria"

Eu vejo a história como uma espiral, na qual acontecem coisas terríveis, mas finalmente a vida se impõe.

Como vê hoje o futuro da ditadura?

— A derrota começa a ser agora um presságio para a própria ditadura. A ditadura começa a sentir a derrota, sobretudo a do isolamento: não tem mais massa social. No Uruguai não tem ninguém — salvo os esbirros e os servilistas — que aceite o regime.

Qual é sua impressão actual sobre a América Latina?

— Não posso falar da América Latina toda porque o que eu disse anteriormente não implica que eu esteja em contacto com todos os países. Contudo, sinto que na América Latina existe uma identidade que surge da oposição ao imperialismo, de não se deixar subjugar.

Seria uma ingenuidade datar esse processo numa reportagem ou através de um violão; as próprias pessoas, a própria luta, os próprios povos são os que vão pondo as datas.

Essa situação reflecte-se de alguma maneira no Cone Sul?

— O relógio da história tem horas diferentes em cada país. Na Argentina está numa sequência de abertura, de uma busca de saída democrática, é preciso fe-

char muitas cicatrizes e está tudo por fazer... Há uma tentativa para encerrar essa etapa de horror.

No Uruguai, em compensação, o fascismo ainda está no poder. Há meio milhão de pessoas na rua, ninguém está de acordo com a ditadura, porém "eles" estão no poder e pretendem institucionalizar-se por detrás de uma abertura controlada.

Sabemos que no Chile também, apesar de toda a resposta popular, Pinochet ainda está lá. Sem nos esquecermos do Paraguai. Portanto, é muito difícil falar do Cone Sul como um todo, pois há aspectos que são muito importantes em cada processo.

"Lutar consigo mesmo"

Qual é o tom que as experiências colhidas no exílio dão à América Latina actual?

— Respondendo modestamente a uma pergunta tão ambiciosa, eu poderia dizer que o tom mudou, pelo menos de algumas canções que eu faço. A canção também tentou explorar e exprimir todo esse mapa interno. Procurar dentro da gente esses sentimentos que são solidários, que é preciso fazer respirar e nos quais se deve procurar as suas contradições e a sua problemática, para vinculá-los com tudo o que está de fora.

Para lutar é preciso também lutar consigo mesmo. Nesse sen-

tido, o tom, o clima, o texto, a mensagem da canção evoluíram.

Julio Cortázar dizia que a conquista máxima da revolução era a alegria. Está de acordo com essa apreciação?

— Estou totalmente de acordo com Julio, que foi um homem muito solidário com a América Latina e em particular, nos últimos anos, com a Nicarágua. Penso como ele e como outros que andam por aí trabalhando no sector cultural, no dia-a-dia, como Mario Benedetti que usa essa expressão de "trabalhar para defender a alegria", aquela alegria que também tinha Roque Dalton, o poeta salvadorenho. Tenho a certeza que trabalhamos para isso. O que acontece é que há no caminho uma quantidade de contrastes que são muitos mais do que se poderia imaginar. É um trabalho de formiga, de reflexão.

E a partir das canções, de reportagens, a partir da alegria de viver das pessoas na América Latina vamos respondendo que "não", que não vamos desanimar, que é preciso continuar.

É fácil não desanimar no meio de tantos problemas?

— Afortunadamente as pessoas que acreditam numa mudança revolucionária na América Latina não são super-homens mas seres humanos.

Que significa essa visita de poucos dias a Buenos Aires?

— É quase um regresso. Estou tenso, há quase 11 anos que não vou ao rio da Prata. Estou desejando que isso aconteça!

Chamado pelos espanhóis de "Río y Mar del Plata", de "Paraná-Guazú" — que quer dizer em idioma guarani "rio grande como mar" — pelos charrúas que habitavam suas margens na chegada dos conquistadores, esse caudal é um colosso desconhecido na sua imensidão.

E Montevideo está aí, tão perto...

Chile: Cantor peruano morto acabava de chegar ao país

O cantor peruano Percy Arana Saldaña, de 41 anos, foi morto pela polícia chilena em Santiago por não obedecer a uma ordem de parar. Arana havia chegado a Santiago em meados de Março passado com o objectivo de iniciar algumas apresentações artísticas.

Vitorioso no "Festival da Canção de Trujillo" e no "Festival da Amazônia" na sua pátria, o cantor havia também participado no "Festival do Sol", de Quilpue, cidade chilena situada a uns 150 quilómetros a noroeste da capital.

Na noite anterior à morte do cantor, ocorreu um atentado contra um veículo de carabineiros (polícia uniformizada) na esquina da rua Carmen com a avenida Libertador Bernardo O'Higgins, no centro de Santiago. A polícia e os serviços de segurança iniciaram uma ampla operação no sector, efectuando centenas de prisões. A imprensa local informou que o artista peruano passava de automóvel pela avenida Matta — distante uns dez quarteirões do local do atentado — quando uma patrulha policial ordenou que parasse o carro. "Em vez de parar — narrou o jornal *Ultimas Noticias* — Arana acelerou o seu veículo, talvez num gesto de nervosismo. Os agentes dispararam imediatamente, primeiro para o alto, mas, como o automóvel não estacionasse, apontaram para o corpo do motorista".

Costa Rica: A mulher na literatura

Será na Costa Rica a sede do 2º Simpósio Internacional "Avaliação da Literatura Feminina da América Latina, Século XX" evento organizado pelo Instituto Literário de Cultura Hispânica e no qual participarão destacadas figuras da literatura mundial. A actividade, promovida também pela Universidade da Costa Rica e pela Universidade Nacional Autónoma — ambas estatais — assim como pela Universidade da Califórnia (Estados Unidos), efectuar-se-á de 9 a 14 de Julho próximos.

O tema do simpósio inclui assuntos que vão desde "A mulher latino-americana em busca da sua expressão: géneros literários", "Tendências recentes da literatura feminina", até "Literatura feminina e realidade social na América Latina".

"Existem muito bons antecedentes sobre o trabalho literário da mulher latino-americana, razão pela qual o simpósio constitui uma oportunidade para estudar essas contribuições", declarou Juana Arancibia, directora do Instituto de Cultura Hispânica.

Espera-se também que as participantes apresentem criações inéditas. Com esse intuito, o co-

mité organizador comunicou às participantes que antes do início do encontro haverá um período para a recepção dos trabalhos que contribuirão para enriquecer a iniciativa.

Cuba: Elevada produção editorial em 1983

Durante o ano de 1983 as editoras de Cuba publicaram 1.943 títulos, com uma tiragem total de 40,9 milhões de exemplares, segundo informou o Ministério de Cultura deste país. De acordo com estatísticas de organismos internacionais, Cuba é o país de mais baixo nível de analfabetismo e a sua população apresenta uma das mais altas médias de procura de leitura na América Latina, o que contribui para a elevada produção da indústria editorial.

Do total de títulos do ano anterior, 1.328 corresponderam à editora *Pueblo y Educación*, que publica textos pedagógicos, muitos dos quais são também de "interesse geral", por exemplo, dicionários, manuais técnicos, clássicos da literatura universal e história de Cuba.

As séries da editora *Letras Cubanas*, com 92 títulos no ano passado e da *Arte y Literatura*, com 37, são as que gozam da preferência dos leitores. Os seus livros são os primeiros que se esgotam nas livrarias. O Ministério de Cultura informou que as editoras têm um número suficiente de obras em preparação avançada para "mudar a situação temática actual", mas advertiu que existem limitações quanto às capacidades tipográficas e às disponibilidades de matéria-prima. A "multiplicação de títulos é uma tarefa muito mais complexa do que a multiplicação de exemplares" assinalaram responsáveis do Ministério, reconhecendo que se exige um "intenso esforço organizativo para obter a diversificação temática de forma harmónica e proporcional".

Ultimamente, escritores, críticos, educadores e sectores do público leitor começaram a questionar a falta de títulos suficientes para crianças e jovens, e em geral a falta de "livros de lazer".

O movimento editorial cubano é considerado um dos mais sólidos do continente. "Nos 25 anos de revolução, foram publicados mais de 19.600 títulos em 585 milhões de exemplares", afirmou o vice-ministro de Cultura da ilha, Rafael Almeida. "Cuba sempre teve uma grande preocupação de fazer o livro chegar a todas as regiões do país", acrescentou. "O triunfo revolucionário possibilitou as bases para a grande transformação do livro cubano. Em 1983, chegaram a ser publicadas 400 obras a mais do que em 1982 e este aumento deverá manter-se nos próximos anos até se chegar a editar mais de quatro mil títulos por ano entre originais e reedições", concluiu.

México inaugurará satélite em 1985

O México contará em 1985 com um novo sistema de satélites que lhe permitirá ampliar a sua gama de serviços em matéria de comunicações para o desenvolvimento do país. Quando o sistema estiver a funcionar integralmente, três meses depois do lançamento, o país alcançará a independência no manejo das comunicações internas.

O custo dos dois satélites, que serão postos em órbita em Maio e Setembro de 1985, por meio da nave espacial norte-americana *Challenger*, será da ordem de 250 milhões de dólares. Actualmente, o México tem contratos com a INTELSAT para três canais em satélites do consórcio, ao preço de 1,6 milhão pelo serviço de cada um. Um quarto canal será alugado brevemente para a comunicação específica entre o México e os Estados Unidos.

Com isso, poderá ser aplicada uma série de programas governamentais, como a chamada "revolução electrónica na educação", que levará o ensino primário por televisão a todas as partes do território do país. Por sua vez, o sector de saúde disporá de uma informação mais actualizada em todas as comunidades hospitalares, o que ajudará a ampliar a difusão e o controlo sobre as campanhas de saúde.

O sistema de satélites *Morelos* (nome dado em honra do herói da independência José María Morelos) será operado por pessoal mexicano que se prepara há quatro anos.

A comunicação via satélite permitirá à Comissão Federal de Electricidade controlar o despacho de carga energética e a regulação do envio de energia eléctrica em todo o sistema. A *Petroleos Mexicanos* terá um novo controlo do seu sistema de condução de gás ou petróleo às reservas dos centros e ao sistema de distribuição.

América Latina: Concurso latino-americano de jornalistas

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Banco de Boston convocaram os jornalistas para um concurso latino-americano do qual poderão participar todos os países membros da dita organização (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

O "Prémio América Latina ALADI 1984" será concedido ao melhor artigo jornalístico, sob o tema, "Promoção das Exportações Alimentares da América Latina", e que tenha sido publicado entre 1º de Maio e 31 de Setembro do corrente ano nos órgãos de imprensa editados nos países membros da organização.

Os participantes deverão enviar três exemplares da página que contenha o texto do artigo publicado, até 31 de Outubro de 1984 para a sede da ALADI, colocando na frente do envelope os seguintes dados: ALADI, Concurso Latino-Americano para Jornalistas, Caixa Postal 57, Montevideo, Uruguai.

Os prémios para os vencedores serão entregues numa cerimónia pública durante o mês de Março de 1985, na secretaria-geral da ALADI, em Montevideo.

Acordo entre a PANA e a IPS

Os directores da Agência Panafricana de Notícias (PANA) e da Inter Press Service (IPS) decidiram estabelecer relações de trabalho depois de uma reunião efectuada em Dacar, capital do Senegal, em Março passado.

O director-geral da IPS, Roberto Savio, acompanhado pelo director do Serviço Africano da sua agência, Akin Fatoyimbo, visitou a sede da PANA nos dias 22 e 23 de Março passado para discutir com o director-geral da PANA, Chiek Ousmane Diallo, e os seus colaboradores, aspectos relativos à cooperação entre ambas as agências. No fim da reunião, Savio declarou estar impressionado com o melhoramento da PANA e acrescentou que se sentia satisfeito com o resultado das conversações.

"O progresso da PANA marca um momento importante no processo histórico de conferir à África o seu lugar na comunidade internacional e no estabelecimento de um sistema de informação mais pluralista e equilibrado", afirmou Savio. E acrescentou que como agência de notícias do Terceiro Mundo, a IPS considera vital trabalhar com a PANA para alcançar os objectivos que ambas as agências noticiosas compartilham.

As actividades da PANA solucionarão "a básica falta de informação sobre a África, não só no mundo, mas no próprio continente", declarou Savio. Diallo destacou o desenvolvimento do programa de cooperação multilateral da PANA e reafirmou que a colaboração com a IPS contribuirá para a difusão de notícias na África. Salientou que a PANA busca a cooperação com a IPS porque a experiência desta pode ser útil para estabelecer um diálogo entre os países do Sul e para promover uma nova ordem informativa mundial.

Ambas as agências concordaram em estabelecer relações de trabalho baseadas nos princípios de complementaridade e cooperação, incluindo o intercâmbio de informação, transmissão de notícias e formação de pessoal.

O futebol angolano treina no Brasil

Duas equipas do jovem futebol de Angola escolhem o Brasil para seus primeiros jogos e treinos no exterior

Rodolfo de Bonis

Duas equipas de futebol angolanas estiveram recentemente no Rio de Janeiro: o Clube 1º de Agosto e o Clube Progresso Associação de Zambizanga, ambas da cidade de Luanda. Fizeram um estágio de preparação para o Campeonato Nacional Angolano. cadernos do terceiro mundo conversou com o chefe da delegação do 1º de Agosto que também é jogador, além de jornalista, Ângelo da Silva e o técnico do Progresso, Domingos Inguila João, diplomado pelo Instituto Superior Alemão de

Cultura Física. Na conversa eles mostraram o lugar que o futebol ocupa na actual sociedade angolana.

Eis os principais trechos do diálogo:

Inguila, fale um pouco sobre o seu clube...

— O Clube Progresso Associação de Zambizanga é um clube de um modesto bairro da cidade de Luanda, Zambizanga, que disputa o Campeonato da 1ª Divisão Nacional. Viemos ao Brasil com a intenção de fazer um es-

tágio, que visa três aspectos fundamentais: a melhoria das qualidades físicas dos atletas; o aperfeiçoamento da condição técnico-táctica e a formação do espírito de equipa. Queremos criar uma equipa unida.

E porquê o Brasil?

— Porque o futebol brasileiro assemelha-se ao nosso. O nosso jogador é muito habilidoso, tem talento, tal qual o brasileiro.

Fale-nos mais um pouco da história do Progresso.

— O Progresso existe desde a nossa independência, quer dizer tem oito anos de vida. Tem progredido muito e espera chegar um dia a ser campeão de Angola.

Como é estruturado o futebol angolano?

— A 1ª Divisão Nacional é composta por 14 equipas de várias províncias da nossa República. Independentemente do Campeonato Nacional, nós temos os campeonatos provinciais cujos campeões formarão a 1ª Divisão Nacional. Isto é: os campeões provinciais ascendem à 1ª Divisão. Existem também os campeonatos provinciais de 2ª Divisão.

Um futebol amador, por opção

Quantos clubes de futebol existem em Angola?

— Aproximadamente umas cem equipas. Como disse, 14 na 1ª Divisão Nacional e as restantes disputando os campeonatos provinciais.

Há profissionalismo no futebol?

— Não. Porque todos os atletas que praticam o desporto são trabalhadores. Praticam desporto nas horas de lazer. O nosso futebol é amador.

E como encontram os jogadores tempo para treinar?

— O governo permite que se faça isso. Há um acordo entre a



O "Progresso de Zambizanga" em campanha: preparar o jogador no sentido de incentivar o espírito de equipa



Instantâneo de um jogo do "1º de Agosto" com o "Vita Clube" do Zaire

Secretaria de Estado de Educação Física e Desportos e os organismos estatais para poderem dispensar os atletas no período da tarde para praticar o desporto.

Há profissionais de futebol estrangeiros?

— Jogadores não. Temos alguns técnicos de países socialistas. Tivemos e temos também técnicos brasileiros. Por exemplo, o brasileiro Antônio Clemente (ex-preparador físico do Vasco da Gama) treinou a equipa do Clube Petro Atlético de Luanda.

Tem jogadores da Selecção Nacional jogando no seu time?

— Temos dois jogadores da Selecção na nossa equipa — o guarda-redes Luís e o médio Matateu.

Em Angola, recebem muitas informações acerca do futebol brasileiro?

— Sim, através do nosso jornal desportivo, cujo director é o Ângelo, chefe da delegação do 1º de Agosto. Acompanhamos também através do programa "O Desportivo" da Rádio Nacional de Angola, que transmite os jogos do campeonato brasileiro.

E qual é a sua opinião sobre o nível actual do futebol brasileiro?

— Pelo que acompanhamos, diríamos que o futebol brasileiro

decaiu bastante com a saída das grandes vedetas. Isso está a acontecer, aliás, em todas as partes do mundo. Não só decaiu o futebol brasileiro como também o próprio futebol europeu. Mas, neste momento, uma nova geração vem sendo formada, criando bases para poder elevar-se. Esse fenómeno, porém, não se dá de um dia para outro, leva tempo.

Alguns jogadores de Angola já receberam propostas para jogar no exterior?

— Antes da nossa independência, alguns angolanos saíram do país para serem profissionais do futebol. Tivemos vários casos e eu me incluo entre eles. Saímos para sermos profissionais mas, após a independência do país, regressámos à nossa casa. E aí, com a opção que tivemos, deixamos de ser profissionais. O Brasil tem a opção de ter este profissionalismo. Para nós, achamos isso incorrecto. No futebol profissional, o jogador só interessa quando está no auge. Quando acontece alguma infelicidade com o atleta, quebra uma perna, por exemplo, então, já não interessa. Nós primeiro visamos o homem e depois o futebol.

Trabalhadores e militares

Que profissões exercem os jogadores da sua equipa?

— Temos trabalhadores de vá-

rias empresas e militares que nas horas de lazer praticam o desporto. Alguns trabalham nas forças armadas e outros, nas repartições públicas. Em suma, somos todos trabalhadores, por isso é que nós chamamos a nossa República de uma "pátria de trabalhadores".

Ângelo da Silva, jogador da equipa do 1º de Agosto, guarda-redes (um pouco lesionado) veio ao Brasil como dirigente, jornalista e chefe da delegação do 1º de Agosto. Ângelo como é o seu time?

— O 1º de Agosto é uma equipa militar que depende directamente do Ministério da Defesa. Participa também no Campeonato Nacional de futebol. Dos cinco campeonatos nacionais disputados desde a independência de Angola, o 1º de Agosto ganhou os três primeiros, consecutivamente, e foi nos outros dois, vice-campeão. Também temos civis no nosso time, poucos no entanto, uns três ou quatro.

A equipa do 1º de Agosto ainda é a mais forte do futebol angolano? É a favorita para ganhar o campeonato nacional mais uma vez?

— A nossa equipa, em princípio, é a mais forte de Angola.

Quantos jogadores da Selecção têm vocês?

— É meio difícil de dizer, mas tenho a impressão que somos maioria. No último campeonato tivemos sete jogadores convocados para a selecção. Aqui, sou chefe da delegação, mas também sou jogador de futebol da equipa. Lesionei-me no último jogo da Selecção Nacional, quando tive uma ruptura no joelho, por isso vim como chefe da delegação.

Fale-nos um pouco sobre o jogador angolano.

— Acho que um dos nossos problemas — pelo menos é isto o que dizem os técnicos estrangeiros que lá recebemos e que são muitos — é defeito de formação.

Temos jogadores tecnicamente muito bons, só que em estado bruto. Precisamos de dirigentes, bons treinadores que consigam mudar, trabalhar o nosso jogador.

Ângelo, você é jornalista e director de um jornal desportivo. Como anda o jornalismo desportivo angolano?

— De há dois anos para cá, o jornalismo desportivo angolano progrediu muito. Antes não havia quase nada, eram poucos os jornalistas que falavam em desporto. Agora não. Isso é consequência do apoio que o DIP, Departamento de Informação e Propaganda do Partido, concede em informação desportiva. Presentemente, temos um jornal desportivo, que embora seja do exército, cobre o desporto nacional. Em consequência da melhor estrutura que o exército possui, criou-se nessa arma esse jornal desportivo que cobre tudo, quando o seu objectivo inicial era cobrir apenas o desporto



“Nosso futebol é amador porque somos todos trabalhadores”

no exército. Mas como não há outro, por enquanto, esse jornal cobre tudo.

Qual o nome desse jornal?

— *Jornal Desportivo Militar* (JDM). Entretanto, temos o *Jornal de Angola* que semanalmente publica um suplemento de 4 páginas falando sobre desportos e, diariamente, publica uma página desportiva. Temos na televisão semanalmente também, cerca de 45 minutos de desporto e ainda na Rádio Nacional, duas horas

diárias de informação desportiva, falando de tudo: futebol nacional, internacional e todos os outros desportos. Nesse aspecto, em dois anos, a nossa imprensa desportiva melhorou muito, deu um enorme salto. O Partido quer aproveitar a nossa experiência (*Ângelo é director do JDM desde a sua fundação*) e tem pensado em montar um jornal desportivo de âmbito nacional. Estamos certos de que é possível formar-se em Angola um jornal só desportivo. ●



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4°
1000 LISBOA
PORTUGAL

Telex: 14238 ACTIME/P
Telef. 54 00 19 54 83 16 54 82 69

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

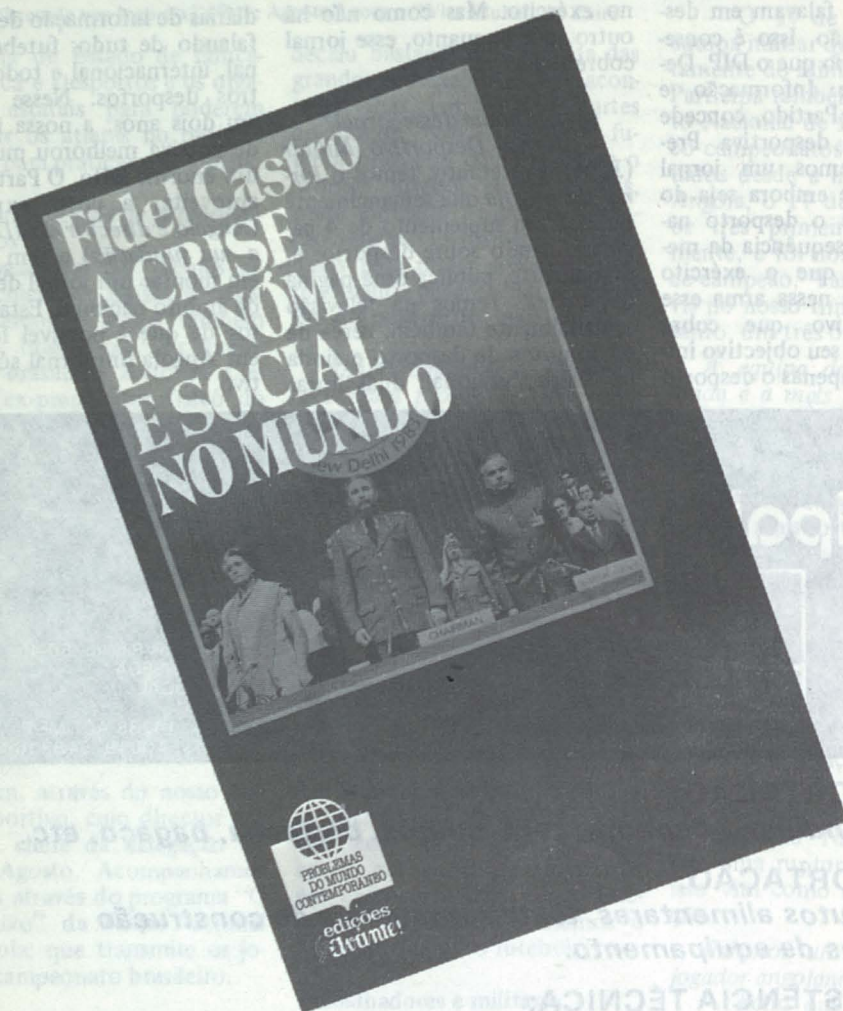
Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados africanos e europeus.

«A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO»

«Livro muito importante cujas informações e lições são de grande actualidade.»



edições
Avante!

A África e a ajuda multilateral

O agravamento da crise económica força os africanos a procurar alternativas

Os especialistas de vários governos africanos chegaram à conclusão de que a crise económica no continente só poderá ser resolvida, ou pelo menos atenuada, com a ajuda externa multilateral. Vários governos já efectuaram estudos nesse sentido, na tentativa de encontrar um consenso continental. Um dos trabalhos mais importantes entre os que estão em estudos nas várias chancelarias africanas, foi preparado pelo Gabinete de Estudos Económicos do Ministério das Finanças de Cabo Verde. Dele extraímos alguns trechos:

A evolução da economia dos países africanos não foi brilhante durante os primeiros anos da

década de 80. Num clima geral caracterizado pela recessão mundial, a degradação da situação económica que se manifestou nos últimos anos da década anterior continua, e com maior ênfase nos países mais pobres. A recuperação económica prevista para meados dos anos 80, terá fracas incidências sobre a economia dos países africanos. No seu esforço de desenvolvimento a longo prazo, a África deve preparar-se para enfrentar uma crise séria, exigindo enérgicas medidas financeiras e económicas.

Muitas das dificuldades económicas que a África atravessa actualmente são provocadas por factores externos.

Muitos países africanos conhecem as maiores dificuldades

para enfrentarem o aumento das amortizações da dívida externa. A situação é ainda agravada pela elevada taxa de juros e endurecimento das condições de empréstimo. Por outro lado, o ritmo de aumento dos novos meios de financiamento em condições bonificadas não acompanhou o das necessidades e a maior parte dos países não pode contrair empréstimos junto dos bancos comerciais em condições aceitáveis.

Em consequência disso, verifica-se uma diminuição relativa dos recursos líquidos concedidos à África, um agravamento dos encargos do serviço da dívida externa e um aumento do número de países que procuram renegociar a sua dívida externa.

O Produto Interno Bruto (PIB) progrediu lentamente, na melhor das hipóteses, e em geral, o seu ritmo de crescimento foi inferior ao da população. Consequentemente, o rendimento médio por habitante diminuiu na maior parte dos países africanos e o desnível entre a África e o resto do mundo aumentou.

Se é certo que muitos governos africanos deram prioridade ao sector agrícola, o desenvolvimento desse sector foi decepcionante, especialmente nos países mais pobres.

É indispensável encontrar recursos financeiros a curto prazo para socorrer os países africanos, atenuar o agravamento da balança de pagamento e do reembolso das dívidas. Estes países precisam também de meios financeiros a longo prazo para retomarem a sua ofensiva contra a pobreza, aumentar a produtividade da sua agricultura, construir e reforçar as suas infra-estruturas socio-económicas e, de uma maneira geral, criar as bases dum desenvolvimento auto-centrado.

Interdependência

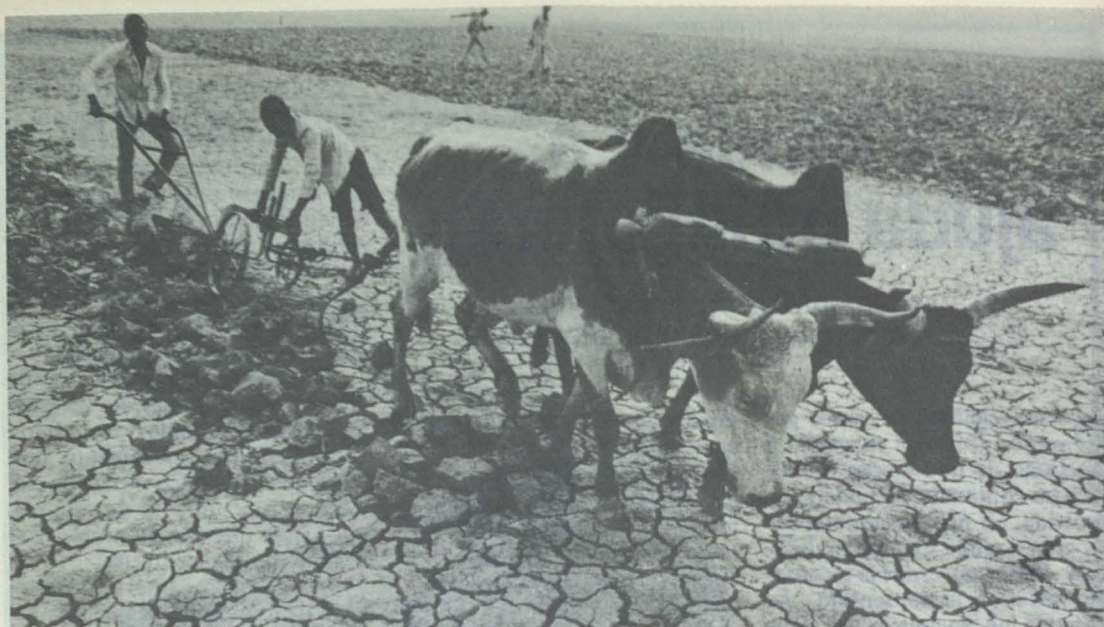
O FAD (Fundo Africano de Desenvolvimento) tem um papel

terceiro mundo - 85



Apesar da prioridade dada ao sector, o desenvolvimento da agricultura foi decepcionante

Manuel Margoso



Todo o sul do Sara sofreu duramente, não só pela recessão e inflação mundiais como também pela seca que assola a região

importante a desempenhar no esforço financeiro internacional indispensável à restauração das perspectivas de desenvolvimento da África. A quarta reconstituição dos recursos do FAD abre aos países doadores uma excelente ocasião de responder a este apelo a fim de permitir ao FAD contribuir verdadeiramente para o desenvolvimento económico e social dos seus membros regionais.

O desenvolvimento socio-económico dos países regionais do FAD seria do interesse dos membros não regionais. Num mundo interdependente, o crescimento verificado numa região estimula o desenvolvimento numa outra e esse princípio aplica-se nas relações económicas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Segundo um estudo recente, uma taxa de crescimento de 5% ao ano do PIB dos países desenvolvidos provoca um aumento de 20-30% do valor das exportações nos países em desenvolvimento importadores de petróleo. Este fenómeno, por sua vez, acarreta, nos países em

desenvolvimento, uma procura crescente de bens e serviços exportadores pelos países desenvolvidos, cujo um-terço do comércio se faz com os países em desenvolvimento.

I - Necessidade de aumentar a ajuda em condições bonificadas e o papel do grupo do BAD.

A - A situação económica mundial.

A profunda recessão económica mundial teve repercussões particularmente graves sobre os países em desenvolvimento durante a segunda metade do decénio passado e começo da presente década.

Calcula-se que o volume do comércio internacional diminuiu em 1982 de 2% em relação a 1981. Se o volume das trocas dos produtos agrícolas aumentou de 1%, o dos produtos minerais caiu 7% em relação a 1981. Esta contracção é devida em parte à diminuição das exportações petrolíferas. A queda considerável do preço de muitas matérias-

primas contribuiu grandemente para reduzir o valor do comércio mundial: o índice dos preços de exportação em dólares dos produtos minerais, que já havia desido 7% em 1981, caiu 9% em 1982.

O valor nominal das exportações dos países em desenvolvimento importadores de petróleo foi de 304 mil milhões de dólares em 1982, ou seja 5,9% menos que o de 1981. Esta diminuição foi mais relevante na África, onde atingiu 16,2%.

Do mesmo modo as importações dos países em desenvolvimento, importadores de petróleo, diminuíram em 1982. O valor das importações atingiu 372,9 mil milhões de dólares, ou seja uma diminuição de 11,6% em relação a 1981. Para os países africanos, a redução foi de 15,4%.

Na quase totalidade dos países em desenvolvimento, importadores de petróleo, verificou-se uma redução do crescimento do PIB e da produção alimentar por habitante. Muitos países viram-se obrigados a enfrentar o agravamento da sua posição em maté-

ria de liquidez, provocada pela alta das taxas de juros e quebra das exportações.

B - Situação particular dos países africanos

O desenvolvimento económico tem sido particularmente lento na África durante os últimos 10 anos. A África ao sul do Sara sofreu duros reveses devidos não só à inflação e à recessão mundiais, mas também à seca e conflitos socio-políticos. Esses países tiveram muitas dificuldades para ultrapassarem os obstáculos e se adaptarem às mudanças da situação económica mundial tanto por causa da própria natureza do seu subdesenvolvimento, como da inadaptação estrutural das suas políticas económicas. As perspectivas de melhoria parecem pouco optimistas para a maioria dos países africanos, devido à gravidade dos problemas de fundo como também às limitações da sua capacidade de materializar rapidamente as transformações que se impõem.

Na África, encontramos a maior parte dos países mais pobres, menores e mais vulneráveis do mundo em desenvolvimento. Vinte e seis dos trinta e seis países menos avançados situam-se na África e a situação dos restantes não é tranquilizadora.

No seu conjunto, a África precisa duma ajuda concertada, a fim de aumentar os investimentos em recursos humanos que permitirão melhorar o nível de vida das populações.

A difícil situação económica determina um fraco nível tanto da poupança interna, como dos investimentos na África. Nos países mais pobres, a parte dos investimentos (à custa dos recursos internos) no PIB, que era de 14,6% em 1980, caiu para 12,2% em 1980 e a parte da poupança no PIB, caiu de 11,3% para 6,5%.

Em virtude da fraca taxa de poupança e investimentos, será

difícil aumentar o ritmo de crescimento do PIB sem injeções maciças de recursos financeiros do exterior.

Agravamento da crise

A crise económica que assola a África manifestou-se de maneira particularmente flagrante no sector agrícola. Raros são os países que aumentaram a sua produção agrícola de pelo menos 3% durante os anos 70 e começo de 80. A população aumentou rapidamente, em média de 2,5% du-

O agravamento da balança de pagamentos dos países africanos acarretou um forte aumento do seu endividamento a partir de 1970. Para os países mais pobres a taxa da dívida externa pública no PIB que era já elevada em 1970, atingiu respectivamente 33 e 42% em 1980. A taxa do serviço da dívida em relação às exportações atingiu em 1980 percentagens entre 17 e 23%.

A estrutura da dívida externa de alguns países agravou-se nos últimos anos. A parte da dívida pública no total da dívida exter-



Só esforços conjuntos poderão melhorar o nível de vida das populações

rante os anos 60 e 2,7% nos anos 70, e recentemente 3% em alguns países. Consequentemente, a produção alimentar por habitante foi estacionária durante a década de 60 e diminuiu nos anos 70 e até ao presente. Durante o período 1970-79, a taxa de crescimento da produção agrícola por habitante diminuiu de 1,1% nos países mais pobres e de 0,4% nos outros.

Devido à fraca progressão das exportações e custo elevado das importações, a situação da balança de pagamento dos países africanos piorou. O défice da conta corrente do conjunto da região passou de 1,9 mil milhões de dólares em 1973 para 12,9 mil milhões em 1980 e 13,2 mil milhões em 1982. Espera-se o seu agravamento para 1984.

na dos países da África ao sul do Sara diminuiu de 64 para 60%. Isso significa que alguns países tiveram que apelar para fontes de financiamento privadas, devido à não disponibilidade das fontes públicas.

A parte dos créditos em condições bonificadas no total da dívida realmente contraída passou de 46% em 1976 para 38% em 1981 para os países ao sul do Sara, obrigando-os a dirigir-se às fontes privadas de financiamento agravando assim o problema de reembolso da dívida externa.

Perante a dificuldade em obter créditos a longo prazo, muitos países africanos viram-se obrigados a contrair empréstimos a curto e médio prazos, aumentando assim o peso do servi-

ção da dívida. Em consequência disso, a transferência líquida de recursos (desembolsos menos reembolsos) diminuiu enquanto que aumentaram os atrasos de pagamento de algumas dívidas.

Geralmente, considera-se que o *ratio* do serviço da dívida em relação às receitas de exportação é crítico quando é superior a 15%. Em 1980, 13 países africanos tinham ultrapassado 15%.

Em 1982, o *ratio* do serviço da dívida dos países africanos mais pobres atingia 28,3%, o que constitui o índice mais elevado dos países em desenvolvimento, excluindo a América Latina.

Perspectivas de ajustamento

A diminuição da taxa de crescimento do PIB, a mediocridade dos resultados do sector agrícola, a redução das importações e exportações, o agravamento crescente do endividamento, são entre outros, alguns dos problemas cruciais que os países africanos precisam de resolver.

Para inverter esta situação impõe-se um aumento substancial dos investimentos e, o que é mais importante ainda, uma melhoria de produtividade dos investimentos já realizados e dos que terão lugar nos próximos anos. Um aumento da poupança seria indispensável, mas é um objectivo difícil de realizar, visto que a grande maioria das populações africanas vive em condições de pobreza. Assim, seria anti-económico e mesmo impossível baixar mais ainda o seu nível de vida. A restrição do consumo não pode exceder certos limites. O problema de crescimento económico é ainda agravado pela adopção de medidas deflacionistas que ameaçam provocar uma nova diminuição da produção. Calcula-se que, em condições favoráveis, o índice de crescimento do rendimento por habitante não ultrapassará 0,2% durante os próximos 10 anos. Se as circunstâncias não forem fa-

voráveis, espera-se uma diminuição do rendimento *per capita*.

Em resumo, a insuficiência de recursos financeiros deve ser solucionada se quisermos estimular o crescimento na África:

- a aceleração do crescimento exige um nível de investimentos muito superior à capacidade da poupança interna e o sector público mostra-se cada vez mais incapaz de cobrir esse défice;

- os governos não dispõem de recursos suplementares indispensáveis para atenuarem o impacto dos ajustamentos cuja realização reconhecem ser essencial para aumentar, a longo prazo, a produção e a eficácia;

- as receitas em divisas mostram-se insuficientes para fazerem face às obrigações do serviço da dívida externa e às importações de equipamentos necessários aos investimentos, sem ruptura das importações essenciais como os produtos alimentares e energéticos;

- faltam recursos para se realizarem as reformas estruturais da produção interna e da produtividade que são necessárias para que os recursos locais satisfaçam uma maior proporção das necessidades alimentares e energéticas.

Portanto, coloca-se a questão de saber onde os países africanos podem encontrar os recursos financeiros necessários para cobrirem as insuficiências críticas acima apontadas.

C — O papel do grupo do BAD (e do FAD)

Em certo sentido, é fácil responder a esta questão. Atrás, afirmamos que os recursos internos são demasiado modestos para financiar os ajustamentos a curto prazo e os investimentos indispensáveis ao crescimento a longo prazo. Assim, é evidente que o défice só poderá ser coberto com o recurso às fontes de financiamento exteriores.

Já encontramos a resposta parcial. Falta ainda determinar

que fonte exterior fornecerá a grande parte dos capitais necessários: investimentos privados directos, empréstimos junto dos bancos comerciais, outros créditos, APD (ajuda pública ao desenvolvimento) em condições privilegiadas, ou ainda APD em condições normais? É tentando responder a este aspecto da questão que se pode definir o papel crítico que o grupo do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) — e mais particularmente o FAD — poderá desempenhar.

A cooperação multilateral é sem dúvida a principal fonte de recursos externos para os países africanos. Representa 60% dos recursos canalizados para a África subsariana (75% para os países mais pobres). Segundo os prognósticos, tudo leva a crer que a APD continuará a ser a principal fonte de capitais exteriores para os países africanos. Assim, impõe-se aumentá-la de modo a evitar a contínua degradação das economias africanas.

A IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), que constitui uma fonte de financiamento privilegiada, tem tido alguns problemas nos últimos anos e a VII Reconstituição dos seus recursos tem encontrado reticências por parte dos países industrializados, particularmente dos EUA, principal doador. As outras fontes de cooperação multilateral também têm diminuído o seu envelope financeiro. A cooperação bilateral é, muitas vezes, condicionada por factores estranhos aos imperativos de desenvolvimento dos nossos países.

Em consequência, o grupo do BAD é chamado a servir de contrapeso e desempenhar um papel mais importante do que tem tido até agora na mobilização de recursos exteriores.

Se é verdade que a parte do grupo na APD é ainda fraca, 2%, o seu dinamismo tem sido grande e, face às sombrias perspectivas, deverá aumentar ainda mais.

SE SABE CONSULTAR A LISTA TELEFÔNICA E SE PREOCUPA COM A SAÚDE

este livro é-lhe necessário

Vá à sua livraria Folheie-o e decida-se

Este livro não é um tratado de medicina para ser consultado por médicos, nem tão-pouco uma obra que você compra para ganhar prêmios.

O **MANUAL MÉDICO DA FAMÍLIA** é um livro prático, muito objectivo e de consulta fácil.

É um manual que está organizado de A a Z e que qualquer pessoa pode consultar como o faz com a lista telefónica.

É um manual que, quando alguém se sente mal na família, lhe diz imediatamente se é necessário consultar o médico e se a consulta é ou não urgente.

É um manual que aconselha sobre uma infinidade de assuntos de saúde e bem-estar da família e, nomeadamente, os cuidados a ter com bebés e idosos.

É um livro *portátil*, isto é, tanto pode estar na sua mesa-de-cabeceira como ir consigo para férias.

É um manual que ensina mais do que muitos outros livros do género e tem a vantagem do preço acessível à maioria das famílias.

MANUAL MÉDICO DA FAMÍLIA

o livro que você e os seus devem ter

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Uma editora diferente que pensa... em si!



Portugal, os caminhos de Abril

Cumpridos os dez anos que abalaram Portugal e que tão profundas e irreversíveis consequências provocaram no quadro político africano, "cadernos do terceiro mundo", publica um texto de opinião de um lúcido e incisivo analista militar da Revolução Portuguesa.

Membro desde a primeira hora do MFA, Rito Canedo — que a situação de oficial do activo obriga ao recurso do pseudónimo — é, no entanto, polémico quando foca algumas fases da Revolução, nomeadamente em aspectos mais recentes da realidade portuguesa e na sua projecção para o futuro. Porém, o seu texto é um valioso contributo para outras abordagens do 25 de Abril e das entrevistas com os seus principais obreiros militares, já publicadas na nossa revista.

Rito Canedo

Um feito histórico

A revolução portuguesa de Abril é já uma realidade com dez anos. Dez anos cósmicos, diria eu. E cósmicos porquê? Porque se percorreu, numa fantástica galopada, essa espécie de trajetória in-

Subitamente, numa manhã de chuvosa primavera, irromperam os blindados libertadores. Quinta-feira, 25 de Abril de 1974



ter-galáxias a ligar um passado feito de coisas plasmadas na estagnação e no marasmo, a um futuro instantaneamente presente, feito de coisas novas projectadas na louca revelação da liberdade conquistada.

Um povo em explosão, um povo em movimento e em acção para a mudança das estruturas políticas, económicas e sociais que o haviam asfixiado e humilhado em 48 anos de ditadura. E também "um militar", quase deslumbrado consigo próprio, descobrindo-se na essência do seu feito e encontrando a sua verdadeira vocação patriótica — a de ser o braço defensor dos interesses nacionais, isto é, da vontade do povo generoso e trabalhador e não um instrumento de opressão ao serviço do poder e da classe dominante.

A acção unitária do povo português na luta pela manutenção e desenvolvimento dos valores patrióticos saídos da revolução e a tomada de consciência dos militares para o apoio a essa mesma luta, serão, na História, os marcos fundamentais da revolução dos cravos. E se a esses dois factos involvidáveis acrescentarmos o espaço geográfico, étnico e linguístico sobre o qual o espírito de Abril espalhou a sua influência libertadora, então teremos encontrado os três pontos essenciais do carácter universalista do Movimento das Forças Armadas e da Revolução de Abril no contexto da História contemporânea da humanidade.



Nas primeiras horas da libertação, com a PIDE ainda a estrebuchar, soldados e marinheiros unidos na alegria da população

Do princípio à euforia da liberdade

O golpe militar do 25 de Abril representa a síntese e o culminar de um processo evolutivo de rápido desenvolvimento, nascido de um núcleo gerado no descontentamento por infelizes e desesperadas medidas de estrito carácter corporativo. Porém veio de imediato a inevitável revelação de que tais medidas eram o espelho da inépcia do poder e o toque a rebate de uma política belicista em apoio do último império colonial europeu, claramente em declínio, limitado a fracos apoios pontuais do que ainda restava das esperanças do imperialismo e vivendo já, na Guiné-Bissau e em Moçambique, na gravíssima expectativa da hecatombe final.

Nascido em Julho de 1973 para sustar a aplicação de um mero diploma governamental, tomaria, a princípio, no formalismo ético a que habituaram (e a que se habituam) os militares de carreira, a forma de um protesto. E logo se iria transformar em manifesto da vontade corajosa de centenas de capitães e majores. Confrontados com a hipocrisia do poder e despoletados os sectores mais reaccionários das Forças Armadas, através desse dinossáurico "congresso dos combatentes", perfilaram-se no horizonte dos capitães as nuvens negras inspiradoras do germen da insurreição.

Extintas as esperanças de diálogo, lançaram-se de imediato na organização conspirativa. Foram meses de dramáticas contradições: porque se o cansaço da guerra e a descrença numa solução militar

para o conflito colonial, a todos animavam por igual, já o acordo sobre um eventual derrube do governo, não colhia, entre os conspiradores, entusiasmo pronto e unânime.

O reflexo nas Forças Armadas das grandezas e misérias de uma classe pequeno-burguesa, espartilhada entre uma tradicional rejeição de vanguardismos de classe e a ambição de acesso aos elevados padrões de vida da burguesia, foi sempre bem nítido, e ainda o é, entre os militares do quadro permanente dos três ramos das Forças Armadas.

O articulado do Programa do MFA, ambíguo nas questões do governo, difuso na abordagem das mudanças estruturais, quase abstracto no tratamento da questão colonial, foi o contrato possível na heterogeneidade dos militares em presença. Mas não obstante os "cuidados" postos na indefinição dos grandes problemas, essa plataforma programática anunciou aos portugueses, ainda entontecidos nessa "estranha e lida madrugada" de 25 de Abril, a abolição de quase todas as estruturas repressivas do regime e a imediata restituição de todos os direitos e liberdades fundamentais do homem.

As primeiras horas da manhã, legiões imensas de homens, mulheres, velhos e crianças espalhavam-se ao longo da periferia dos acontecimentos, as janelas abriam-se para a vida saudando os militares e de milhares de mãos anónimas brotavam os cravos rubros que haveriam de silenciar as armas prontas para o pior.

Todo um povo esfomeado de liberdade saltou

para as ruas, chorou atónito e fremente de emoção ao som dos acordes inesquecíveis da marcha empolgante e triunfal do 25 de Abril. Povo faminto de alegria e exausto de sofrer, irmanou-se com os seus militares, envolveu-os, impulsionou-os e foi seu escudo nos minutos difíceis da incerteza, nas horas dramáticas da tomada do poder.

Ao raiar do dia o povo de Lisboa diluía por completo, na mole imensa da sua louca euforia, soldados e capitães, tornados de repente, crianças mimadas e queridas da gente portuguesa. E ouviu-se, desse mar imenso, compacto, indestrutível e esmagador, irromper entre choros e cantos, as primeiras palavras vivas de fé na Liberdade: "O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO".

Insurreição e revolução

O golpe insurreccional dos Capitães de Abril cedo se identificou com a ponta de lança de uma longa tradição de lutas do povo português contra a ditadura salazarista/caetanista e surgiu como o "último esforço organizado" de uma enorme pleiade de militares heróicos e anónimos, que ao longo de quatro décadas expuseram carreiras, vidas e famílias e tudo sacrificaram pela liberdade da Pátria.

O golpe militar foi mais do que o culminar de um movimento insurreccional, porque não surgiu isolado na História, nem tomou a forma de um gesto de raiva, espontâneo, contra uma situação despótica. Ele foi, nos propósitos libertadores e na essência das transformações propostas, a resposta a profundos anseios históricos da população. Foi a resposta a uma longa acumulação de traumas e sofrimentos, de lutas e desesperos, foi o reflexo da consciência amarga de um povo que desistira de acreditar na mudança, para crer unicamente na violenta e brusca transformação revolucionária do "projecto estabelecido".

Essa consciência clara e límpida dos actos a consumir, deu expressão, ao longo de quase meio século, a tentativas bem ou mal organizadas, levadas a cabo em variadíssimas parcelas do território e congregando civis e militares, para o derrube da ditadura fascista. Também ela irrompeu por toda a parte, mas sobretudo nas ruas da capital, ainda longe vinham as horas da certeza triunfante. E irrompeu sôfrega, brutal e luminosa... Às catadupas... Envolvendo os militares amotinados e encurralando nas suas tocas os torpes e últimos serventúrios do decrepito regime em decomposição: a PIDE/DGS e a GNR. O movimento das massas populares tomou, em poucas horas, aspectos avassaladores. Ele próprio daria aos capitães sublevados a certeza de que actuavam em nome do povo e de que tudo estava ganho, ainda mal se vislumbra a tomada definitiva do poder.

Tudo se consumaria em poucas horas, até à ren-

dição de Marcelo Caetano, no último reduto do quartel do Carmo.

Os que em suas casas seguiam os acontecimentos pelos comunicados incessantes da rádio e os que, mais distantes, na província, procuravam acompanhar e compreender o que se passava em Lisboa, interrogavam-se sobre quem eram esses militares, que propósitos os animavam, para onde penderia o sinal da revolução. Mas o povo de Lisboa, esse mar imenso de gente que acompanhou os soldados pelas ruas, que os dessedentou, os alimentou e os beijou, que cedo transformou uma arriscada tentativa de golpe de Estado, num imparável levantamento popular contra os mandatários da tirania, esse povo apercebeu-se desde logo, que todos se encontravam ali, irmanados num indescritível desejo de liberdade, num voto selado em lágrimas de alegria, por um Portugal liberto desse regime despótico.

E pela Europa fora troaram como canhões as novas da revolução portuguesa: um golpe militar — talvez único na História — tomara o poder num país da Europa Ocidental, para depor nas mãos do povo as rédeas do seu destino, isto é, para lhe restituir o poder usurpado 48 anos antes.

Esta ruptura da História, apoiada nas massas populares, deu ao Movimento das Forças Armadas (MFA), o seu verdadeiro carácter de revolução democrática.

Desmantelada a "ordem estabelecida", a voz da revolução espalhou-se por toda a parte e abalou o mundo. Libertaram-se os presos políticos e abriram-se as fronteiras e os braços de Portugal inteiro, aos portugueses exilados, a todos quantos, lá fora, por toda a parte, foram gastando as suas vidas a corroerem pelas raízes o regime fascista de Salazar e Caetano e a isolá-lo no contexto internacional, sobretudo após o início das guerras coloniais.

Retornados à Pátria os líderes políticos, os velhos resistentes anti-fascistas, logo lançaram ombros à restauração e dinamização das suas organizações partidárias, até então na clandestinidade — especial destaque para o Partido Comunista e o Partido Socialista.

O primeiro Primeiro de Maio, seis dias após a restauração das liberdades, foi o primeiro grande marco inolvidável do gigantesco movimento de massas que avassalaria o país inteiro, ultrapassando em todas as circunstâncias a ingenuidade revolucionária dos Capitães de Abril e as suas tímidas tentativas de controlo da situação. E se esse controlo acabava, quase sempre, por lhes ir parar às mãos, é preciso reconhecer que também quase sempre assim aconteceu por vontade expressa do povo trabalhador e das suas organizações de classe, que nunca deixaram de acreditar nos "seus capitães" e jamais lhes regatearam estímulo e apoio.

O documento histórico da “Aliança POVO-MFA” foi, nos dias então vividos, a ratificação escrita e teorizada da prática magnífica do quotidiano da revolução.

Ele procurou traduzir, na emergência dos factos, a estreita relação das massas populares com o espírito libertador do Movimento dos Capitães. E apontava o caminho — um caminho difícil e espinhoso — para a organização do “poder popular” em conjugação com as pedras vivas da revolução vitoriosa, representadas por diversos sectores das Forças Armadas. Não obstante a complexidade do projecto e as soluções sem dúvida controversas que preconizava, o famoso documento apontava para uma estruturação do poder e para um encontro inverso e assumido “socialismo em liberdade”.

Os dois Dês: Democratizar e Descolonizar

O Programa do MFA apontava a três metas fundamentais, consubstanciadas nos três Dês: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

O objectivo da democratização, nunca posto em causa pelos mais diversos defensores do 25 de Abril, desde os que dirigiram e protagonizaram o golpe militar, até ao mais humilde delegado à Assembleia do MFA, viria a ser um dos temas mais escaldantes postos à consciência dos Capitães de Abril. A marcha para a Democracia manifestou-se imparável nos mais variados sectores da vida nacional. Os trabalhadores constituíam-se espontaneamente em comissões organizadas para travar as tentativas de paralização das empresas através de uma fraudulenta descapitalização das mesmas e da fuga desordenada para o estrangeiro de directores, administradores e patrões. Assumiam o acto corajoso de chamarem a si a ocupação e a gestão das terras abandonadas ou ainda nas mãos dos velhos latifundiários exploradores. Porém, não obstante este amplo movimento organizativo para o controlo operário da economia, os elementos mais activos e dinâmicos do MFA, dispersavam as suas energias em discussões estéreis sobre o papel de vanguarda dos militares na condução de um processo que os ia ultrapassando em marcha acelerada.

A Revolução de Abril ia buscar os seus fundamentos históricos, sociais, económicos e culturais, a um negro tempo de opressão e de repressão policial, ao obscurantismo deliberadamente programado, como uma das principais medidas de auto-defesa do regime, à fome e à miséria generalizadas, ao conformismo inculcado por uma Igreja e um clero conservadores, ao miserabilismo de mais de 40% de uma população analfabeta. Mas também foi mergulhar as suas raízes nos horrores da necrofobia colonialista. Na verdade, com o desenvolvimento das guerras levadas a cabo contra a vontade das populações africanas e contra a resistência armada



Soares e Cunhal no 1º de Maio de 1974. Desde então, os dois líderes nunca mais participaram em manifestações conjuntamente

dos Movimentos Nacionalistas de Libertação, centenas de milhares de jovens portugueses viriam a passar pelo interior de Angola, de Moçambique e da Guiné, e aí puderam apreciar — não sem um arrepio na consciência — o estado em que a política colonial havia deixado estagnar a esmagadora maioria da população africana, toda ela vegetando nas sobras do branco ou nas mais dramáticas e sub-humanas condições de vida e sobrevivência.

Com esta nova perspectiva da natureza profundamente racista do regime, os fundamentos revolucionários dos capitães viriam a ganhar novo impulso. Mas logo uma outra e enorme realidade histórica e cultural se ergueria no horizonte próximo de algumas das mais esclarecidas figuras do MFA: a forte nudez da verdade de um povo enclausurado durante quase meio século no seu próprio silêncio, nos seus reduzidos níveis culturais, na sua insuficiente informação sobre os objectivos da revolução, na carência de sensibilidade para a convivência democrática e para os riscos de uma prática democrática ainda enquistada nos velhos arquétipos de uma sociedade ancilosada e dominada por elementos objectiva e subjectivamente avessos às transformações propostas por Abril. Numa palavra: a revolução estalou tal como um fruto maduro se abre ao sol da manhã, mas tendo como objectivo quase único, liberto de sofismas, a recuperação da liberdade. Todo o resto se encerrava numa espessa nebulosa de dúvidas, incertezas e imprecisões.

Dizia-se no Brasil que em Portugal se vivia uma “revolução carnavalesca”. Hábeis na caricatura e no humor mordaz, os brasileiros não andavam longe da verdade. Faltava à Revolução a firmeza de um centro de poder revolucionário que o exercesse na totalitariedade do seu mandato: porque uma revolução só o é se for universal e total e se dispuser de uma vanguarda que a dirija e comande. E do mesmo modo que uma revolução não deve pactuar com atitudes infantilizistas ou atitudes de pequenos grupos minoritários, ainda que aguerridos, de igual maneira cometerá um erro fatal se não incluir na

universalidade do seu projecto, o apoio das classes mais desfavorecidas e das pequena e média burguesias, através da imediata transformação das mentalidades e da rápida institucionalização do poder e das medidas revolucionárias adoptadas.

O general Spínola viria a abdicar da Presidência da República, alegando a inviabilidade da governação pelo facto do poder "ter caído na rua". Abstraindo-nos da visão reformista do processo e do vínculo burguês da mentalidade do general, a verdade é que havia na sua alegação um aviso sério. No entanto, isso foi interpretado, apenas e somente, como uma obstinada posição de quem não obtivera a almejada concentração de poderes na sua mão.

Sinal dos tempos, foi a rejeição, categórica e não menos obstinada, daquela prevenção, pelos homens do MFA. Incapaz de organizar os centros do poder da revolução, o MFA enleou-se nas teias anarquizantes, por si próprio tecidas, de uma Assembleia de militares permissiva de toda a desordem do pensamento, de querelas e questiúnculas esgotantes, já então dominada por fervores ideológicos desencontrados; e de um Governo Provisório, governo esse surrealista, onde a amálgama das forças político-partidárias que o compunham, radicadas em incompatíveis áreas ideológicas, se debatiam em duríssimas polémicas, quase sempre desligadas dos problemas dos trabalhadores e incapazes de assumirem globalmente o espírito revolucionário que ia impulsionando as massas populares para importantes conquistas no domínio das questões sociais e económicas. No entanto, quase indiferentes aos bloqueios orgânicos insanáveis do governo e às crescentes contradições daquela Assembleia e outros órgãos do MFA, as conquistas populares viriam a constituir, anos depois, o padrão inquestionavelmente democrático da revolução de Abril, a que nem todos, no quadro do MFA, viriam a dar a adesão e o apoio então indispensáveis.

Em Abril de 75, um ano após a queda da ditadura e depois de algumas inequívocas manifestações de que a reacção e o espírito fascizante das forças sociais aparentemente derrubadas em Abril de 74, continuavam a manter a sua influência sobre os estratos sociais tradicionalmente dominados por elas, teve lugar o primeiro acto eleitoral em liberdade, para a formação da primeira Assembleia Constituinte. Ficou então bem claro que o povo português se encontrava ainda numa fase incipiente de informação e de esclarecimento sobre a natureza classista altamente repressiva dos grupos sociais detentores do poder até Abril de 74. Igualmente não entendera que não obstante a alteração do poder esses grupos continuavam a manipular — embora de forma mais ardilosa — a opinião das massas mais desfavorecidas, contra os objectivos da Revolução e da própria Democracia.

94 - terceiro mundo

Apesar da maioria de esquerda obtida na Assembleia Constituinte, tornou-se evidente que a direita continuava a deter uma força expressiva na vida democrática do país. Nessa direita se acolitavam todos os que, de uma forma ou de outra, haviam dado o seu apoio ao regime derrubado em 25 de Abril.

Essas tendências reacconárias viriam a travar os impulsos revolucionários ou progressistas dos deputados de esquerda e só a presença do povo nas ruas, nas fábricas e nas empresas e as suas constantes reivindicações de ordem sócio-laboral, numa defesa intransigente dos seus interesses de classe, viriam a contribuir para o cariz progressista da Constituição de 76. Nela ficaram consignadas as conquistas de Abril, nomeadamente o carácter socialista das suas transformações.

A situação hoje

Dos militares de Abril nem um só desempenha hoje funções de comando ou direcção a nível das Forças Armadas. Dos Capitães de Abril, volvidos dez anos, nem um só atingiu o generalato ou sequer o destaque que o seu papel histórico e patriótico no derrube do fascismo poderia fazer antever e até mesmo exigir. O seu papel resume-se, hoje, a uma pálida acção cívica de dinamização do espírito do MFA, no âmbito das actividades da Associação 25 de Abril, que fundaram.

As Forças Armadas retomaram o perfil conservador que as caracterizava antes do 25 de Abril e a sua mais alta hierarquia está ocupada por generais e brigadeiros indiferentes ou mesmo hostis à Revolução de Abril.

De todos quantos se comprometeram com o MFA, resta hoje, no aparelho de Estado, o general Ramalho Eanes, democraticamente reeleito para a mais alta magistratura da nação.

Não obstante o seu percurso político sinuoso Eanes foi encontrando, ao longo dos dois sucessivos mandatos, a lealdade e a firmeza de carácter dos homens de esquerda — militares e civis incluídos — o que o teria levado a integrar-se cada vez mais na área democrática do espectro político-partidário do país, tendo assumido, quase desde a primeira hora, a defesa corajosa e intransigente da Constituição. Conhecedor especial do problema colonial e não ignorando as condições difíceis em que se havia processado a descolonização, o presidente teve a visão histórica da importância das ex-colónias, num contexto de um relacionamento que tem múltiplas possibilidades económicas, políticas e culturais. Se Portugal vai encontrando hoje a direcção da África, reforçando os laços de solidariedade com os povos das ex-colónias e apresentando-se à velha Europa, uma vez mais no seu percurso histórico, como plataforma muito especial na ligação



1.º de Maio de 1974: um milhão de pessoas nas ruas de Lisboa

com África e os países do Terceiro Mundo, muito deve-se à acção do presidente Eanes.

Dez anos virados ao futuro

Uma década decorrida após o 25 de Abril, a África desponta de novo como irmã querida do povo português, como cenário natural de uma ajuda mútua em plena paridade de interesses e como uma das grandes esperanças abertas ao desenvolvimento das relações multilaterais deste país de Abril, com o mundo que o rodeia.

Portugal não se esgota nem na NATO nem na perspectivada e controversa entrada na CEE. Se o seu posicionamento geográfico, como ponta ocidental da Europa e se a sua soberania sobre arquipélagos importantíssimos em pleno Atlântico Norte, lhe reservam um papel privilegiado nas negociações a estabelecer com a NATO e a Comunidade Económica Europeia, não menor deverá ser o seu papel nas relações a estabelecer com o Continente Africano e o Brasil, na qualidade de parceiro directo e de interlocutor com outros povos.

Se nestes dez anos, que a seu modo abalaram o mundo, muito ficou por fazer no campo da pedagogia democrática, como base de uma revolução cultural que eliminasse definitivamente dos destinos deste povo, o espectro de um "regresso demo-

crático" a uma situação próxima da do passado, como temos, aliás, vindo a assistir, e se a democrática inviabilização de uma aliança entre socialistas, comunistas e democratas em geral, tem assumido a grande fatia de responsabilidade nos ataques sistemáticos aos trabalhadores e na legítima oposição destes às forças que têm passado pelo poder — desentendimento esse que tem sido causa fundamental do colapso económico a que o país tem sido conduzido — se tudo isto anda a enlutar as esperanças de Abril, há que reconhecer igualmente, que de Abril os portugueses souberam guardar três bens inestimáveis: a liberdade democrática de imporem a vontade quando e onde quiserem; a força dos trabalhadores e das suas organizações de classe, que hão-de impor a seu tempo o rumo certo ao desenvolvimento; e esse imparável movimento de amizade com os novos países independentes e soberanos de África, tendo de igual com eles um conhecimento multissecular e uma cultura potenciada na língua comum que os estreita e irmana.

O mundo pode estar seguro de que outros dez anos e mais outros e outros se hão-de seguir com o povo português na senda dos objectivos de Abril, isto é, da Liberdade e do Desenvolvimento, da Paz, do Progresso e do Bem-Estar, como sua única forma de estar no corpo vivo da História da Humanidade.

25 de Abril, O sonho não morreu

Dez anos depois, Fisher Lopes Pires, militar de Abril, conta-nos como foi. De então para cá, momentos de intensa alegria colectiva, mas também algumas tristezas e frustrações. O sonho, esse continua vivo.

Guiomar Belo Marques

Fisher Lopes Pires é actualmente engenheiro. O desenrolar de um processo com o qual começou por discordar e posteriormente, por o amargar, fê-lo afastar-se do mundo dos capitães de Abril em termos públicos mas não de coração. Foi um dos primeiros membros do lendário Comando do Movimento das Forças Armadas. Graduado no posto de general, fez parte da segunda Junta de Salvação Nacional e do primeiro Conselho da Revolução. Na reserva, conserva as suas ideias e ideais, desejando que o Portugal que ajudou a libertar do jugo fascista, retome a via do desenvolvimento e aponte África como o caminho mais legítimo para a cooperação. De lágrimas nos olhos, falou-nos da data mais feliz da sua vida, não como uma data, mas como algo de mais profundo, e reivindicou, como alguém já o fez publicamente, o "direito à esperança".

Em que altura começou a participar na preparação do 25 de Abril?

Quando da primeira reunião de Évora, a seguir ao malfadado decreto Sá Viana, eu encontrava-me em Santa Margarida. Na altura, o decreto provocou uma reacção muito grande entre os oficiais do Quadro Permanente e no Batalhão de Engenharia foi discutido variadíssimas vezes. Depois da reunião de Évora, os comandantes da Região de Tomar foram chamados ao comandante da região, no sentido de controlarem os problemas que surgiam. Eu reuni os meus oficiais e contei-lhes o que lá se passara alertando-os no sentido de não se precipitarem demasiado. Continuámos em perfeita harmonia e os capitães de Tancos começaram a ir muito a Santa Margarida reunir com os meus oficiais. Logo na primeira reunião que fizeram me convidaram para estar presente e eu fui. Em Novembro de 1973 fui transferido para Lisboa ficando como segundo comandante do Quartel de Engenharia da Pontinha. Como já lhes dissera em Santa Margarida que poderiam contar comigo,

quando da reunião de 1 de Dezembro, em Óbidos, fui. A partir de Óbidos engrenei activamente em tudo o que se passou.

E no dia 25 de Abril que missão teve?

No princípio do mês de Março de 1974, na sequência de um concurso para Professores Catedráticos da Academia Militar em que fui escolhido, apresentei-me na Academia e o Otelo encontrava-se como Professor-Adjunto. Passámos então a ter contactos todos os dias. Durante a preparação do 25 de Abril indiquei a Pontinha como o quartel ideal para servir de Comando, pois conhecia muito bem os oficiais de lá e além disso oferecia vantagens por ser fora de Lisboa.

Como funcionou o Comando?

Havia uma equipa que funcionou impecavelmente

Fisher Lopes Pires: «Se hoje voltasse ao 24 de Abril, estava nova e totalmente pronto a fazer o 25 de Abril



e sem problemas. Até ao 25 de Abril dele fizeram parte além de mim, o Oteló, Garcia dos Santos, Sanches Osório, Victor Crespo e Hugo dos Santos.

E depois do 25 de Abril?

Depois do 25 de Abril foi criado o Comando de Coordenação do Controlo Operacional que funcionava vinte e quatro horas por dia em três equipas de oito horas. Os chefes destas equipas eram o Carlos Fabião, o Artur Baptista e eu. Em princípios de Junho mandaram-me para o Estado Maior do Exército como adjunto de Silvério Marques. Depois do 28 de Setembro, quando o Spínola e os outros saíram, foram feitas no Exército e na Força Aérea eleições nas quais foram eleitos o Fabião e eu para a segunda Junta de Salvação Nacional, que durou até 11 de Março. Depois a Junta foi integrada no Conselho da Revolução, onde estive até Maio de 1975. Dia 17 de Maio pedi a minha demissão por considerar que estava a perder o controlo da situação e não se tomavam medidas. Simultaneamente passei à reserva.



Considera que existiram um ou mais espíritos do 25 de Abril?

O que eu entendo por espírito do 25 de Abril foi só um e está perfeitamente claro nos 3 Ds: Desenvolver, Descolonizar e Democratizar! É aí que está contido o verdadeiro espírito do 25 de Abril. É possível que tenha havido diferentes interpretações, o que não contesto. O que na altura eu pretendi foi contestar que se impusessem opiniões. O espírito, para mim, continua a ser só um. Nós que estivemos mais ligados ao 25 de Abril temos bem presente esse espírito do 25 de Abril. Foi o de há dois anos, na altura em que reunimos em casa de Sanches Osório o primeiro comando, e sei que foi comentado o facto de pessoas tão diferentes se juntarem e darem bem. Para nós isto é possível porque acima das divergências, há o verdadeiro espírito do 25 de Abril que se mantém.

Referiu que o espírito do 25 de Abril se pode substanciar nos chamados 3 Ds. Considera que o D correspondente a Desenvolver se concretizou?

Penso que não e em parte não me surpreende. Se tivessem havido possibilidades, na altura, de escolher um momento economicamente adequado para o 25 de Abril, não seria certamente o ano de 74, porque verificara-se a crise do petróleo em 73 e a crise económica mundial aproximava-se, crise que ainda estamos a viver. Por outro lado, as estruturas do país eram quase inexistentes. Assim, o desenvolvimento

ainda não veio. Apesar de tudo, já era possível ter começado.

Que balanço faz do MFA ao fim de dez anos?

Os militares, fundamentalmente devido à sua inexperiência e cometendo erros, cumpriram a parte que lhes cabia, os políticos é que não. E não o fizeram porque enquanto nós não tínhamos, nem temos, qualquer ambição pessoal, os políticos funcionam um pouco ao contrário e põem a sua ambição pessoal acima de muitos interesses nacionais. Para mim essa é uma das razões porque nós, militares, podemos e devemos ter a consciência tranquila. Enquanto existiu o Conselho da Revolução ele era o culpado de tudo, fundamentalmente por não se resolver a crise económica. O CR deixou de existir e a situação piorou.

Considera negativo o regresso dos militares aos quartéis?

Não. Os militares assumiram um compromisso e cumpriram-no. Talvez que se na altura já soubéssemos um pouco mais, esse período tivesse abrangido um tempo mais dilatado.

O que é a Associação 25 de Abril, na sua opinião?

É, fundamentalmente, uma coisa semelhante a um lampadário que mantém acesa uma chama que não se pode deixar apagar. É o relicário de um espírito que queremos conservar e que muitos procuram fazer desaparecer o mais rapidamente possível. É uma presença incómoda.

Pode considerar-se que a Associação 25 de Abril procurará ajudar a concretizar o D de Desenvolvimento?

Esta associação não é propriamente uma organização destinada a tornar-se um asilo de velhinhos. Não está apenas virada para a recordação e para a saudade. Pretende colaborar, utilizando os meios de que dispõe, para o desenvolvimento da vida do país. É uma associação dinâmica que tem de encontrar a sua própria dinâmica, embora seja difícil, porque há muitos obstáculos.

Acredita que ao fim de dez anos o povo português ainda se recorda, de facto, daquilo que foi o 25 de Abril?

A grande maioria recorda-se. Uns com carinho, com a tal esperança que o 25 de Abril trouxe. Outros, uma minoria, recordam-no como uma catástrofe. Mas para a grande maioria, o 25 de Abril é uma data muito difícil de esquecer.

Mas não lhe parece que, para os jovens, o 25 de Abril se está a tornar numa data oca?

Há esse risco e, aliás, a juventude em regra geral está contra o que existe. Evidentemente que o esclarecimento depende muito do meio em que o jovem se desenvolve. Se for criado num ambiente que seja anti-25 de Abril, antes que possa avaliar já está imbuído de ideias contra o 25 de Abril. Mas se for enquadrado, analisando-o com calma e imparcialidade,



«O Desenvolvimento ainda não veio»



não me parece que tenha uma ideia errada. Recordo, por exemplo, que na Alemanha há ainda uma massa de jovens que querem restaurar o fascismo. Aqui, em termos globais, penso que não há esse risco e quando chegam os 25 de Abril, aparecem muitos jovens nas manifestações. A Associação tem sido solicitada para muitas comemorações juvenis.

Se tivesse que escolher uma das conquistas de Abril, qual delas escolheria, se é que lhe é possível responder?

É difícil! Há duas que são fundamentais: ter-se criado a democracia, o campo para ela se desenvolver, e a descolonização com todos os erros que possam ter havido. Mas estas duas conquistas que permitiram aos povos das ex-colónias assumirem as suas responsabilidades, são os pontos mais importantes.

Tem revelado alguma mágoa ao referir-se ao 25 de Abril. É verdade que a sente?

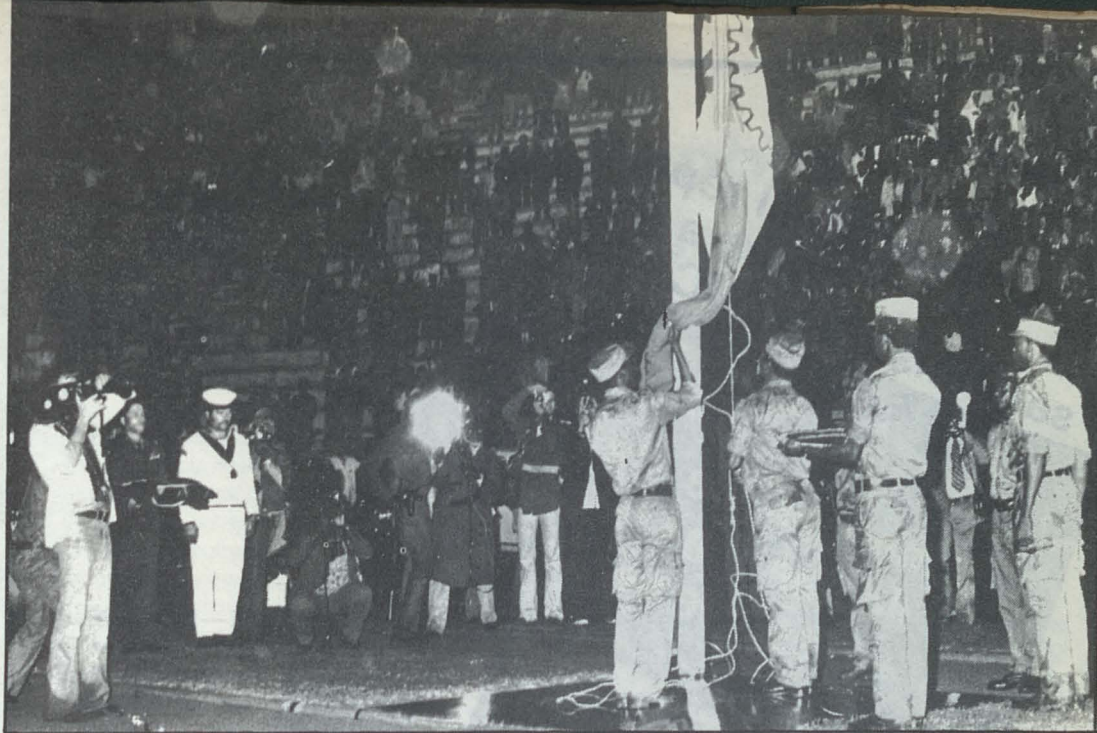
Não tenho qualquer mágoa em relação ao 25 de Abril. Posso falar com mágoa do muito que se passou depois, do que se está a passar dez anos depois. Mas do 25 de Abril propriamente dito, de maneira alguma. Se hoje voltasse ao 24 de Abril, estava nova e totalmente pronto para fazer o 25 de Abril. A mágoa surge por estarmos a viver uma situação que não corresponde ao que se tinha idealizado. Era a tal ingenuidade que tínhamos e nos leva a olhar com apreensão e desgosto as manobras, não da política mas da politiquice. Deveria haver mais seriedade na política, o que não existe. Pelo menos um mínimo de seriedade.

Tem-se referido aos políticos, de uma forma algo negativa. Não lhe parece que também eles terão tido um período de aprendizagem?

Poderão ter tido alguma dificuldade e 48 anos de um regime de ditadura limitam muito o campo de visão. Não os responsabilizo por tudo. A diferença é que nós assumimos as responsabilidades que nos cabem e os políticos não.

O 25 de Abril foi traído?

De traição não se poderá falar por enquanto. Há talvez, um desvirtuamento de determinados princípios que nos estão a levar para perto do 24 de Abril. O panorama partidário português não corresponde a uma realidade. Temos o PC, que em 1984 continua



«A cooperação com África deve ser um dos caminhos fundamentais para o nosso futuro»

agarrado aos princípios da revolução russa de há setenta anos; temos um PS, que se chama socialista e na prática é social-democrata a descair para a direita; temos um partido social-democrata, que é conservador; temos um CDS de Centro, que está na direita. Há um desvirtuamento de valores que dizem defender e não defendem. Ao fim e ao cabo, o único coerente é o PC, os outros, qualquer semelhança entre o seu nome, estatutos e prática política é pura coincidência. Nós, que procurámos que a prática correspondesse aos princípios, verificamos que nada disso se passa. A culpa não é nossa.

Acredita que o fascismo possa regressar ao país?

Não, não acredito. Os fascismos surgiram numa determinada época histórica e mantiveram-se devido a situações conjunturais. Neste momento, na Europa, não acredito que seja possível a sobrevivência de um regime fascista. Pode ser mais ou menos de direita, mas mais do que isso é difícil. O povo habituou-se a ter liberdade e quando nos habituamos é difícil tirarmos-nos aquilo que já nos é imprescindível.

O hábito não será inimigo da consciência?

Se surgisse uma tentativa de regresso ao fascismo, as pessoas despertavam como num instinto de sobrevivência e de recusa. No momento presente, ressaltando a América Latina que é diferente, como é que um regime fascista existiria na Europa? Com o apoio de quem?

Que perspectivas futuras tem?

No aspecto político há-de manter-se a democracia. Espero que os partidos se reajustem ao seu verdadeiro espaço. A nível económico não sei. Penso que jô devíamos estar preparados com uma definição de bases, para se arrancar para o tal desenvolvimento, mas não me parece que essas bases existam. Nalgumas áreas, as perspectivas não são muito animadoras. A cooperação com África deve ser um dos caminhos fundamentais para o nosso futuro. Estamos em condições muito especiais para isso e é muito significativo que se tenham ultrapassado de parte a parte possíveis ressentimentos. Estabeleceu-se um regime de franqueza e lealdade que será muito útil para todos e esse caminho tem muito mais interesse do que as adesões à CEE ou ao abrir de portas para outro lado, porque estamos muito mais preparados e virados para o Terceiro Mundo. O que não quer dizer que não possamos desenvolver relações económicas com outros quadrantes, mas deve ser fundamentalmente com a África. É esse o nosso caminho, com as oscilações inevitáveis que existem e existirão.

25 de Abril ainda é uma data de futuro?

Nós acreditamos no 25 de Abril, apesar de tudo o que se passou ou se venha a passar, nós, os homens que fizeram o 25 de Abril, continuamos a acreditar. É bom acreditar em qualquer coisa. É muito mau sinal deixar de acreditar num sonho que se teve. □

Já à venda

Uma original reportagem
sobre a guerrilha
sandinista na NICARÁGUA

PRÊMIO:
CASA DAS
AMÉRICAS
1982
TESTEMUNHO

A montanha é algo mais
do que uma imensa
estepe verde



Preço de capa
580\$00

Desconto especial
para assinantes
de CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Tricontinental Editora
coleção
terceiro
mundo

Omar Cabezas Lacayo

Tricontinental Editora, Lda.
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 Lisboa
CDL — Central Distribuidora Livreira, SARL

Distribuição
Av. Santos Dumont, 57
1000 Lisboa

Reflectir sobre os caminhos que Abril abriu

Um seminário fértil em pistas de reflexão sobre Portugal dos anos 80 foi aquele que a Associação 25 de Abril — que congrega a esmagadora maioria dos militares que derrubaram a ditadura — promoveu em Lisboa, nos primeiros dias de Maio

«25 de Abril — Dez Anos Depois» foi o tema de um seminário promovido pela Associação 25 de Abril, no princípio de Maio, em Lisboa.

Dividido em três temas fundamentais, os chamados 3 Ds — Democratizar, Descolonizar, Desenvolver — nele participaram cerca de quatro centenas de pessoas dos mais diferentes quadrantes ideológicos da vida portuguesa, incluindo mili-

tares, intelectuais e especialistas nas diferentes matérias. Durante as 17 sessões em que decorreram os trabalhos, foram apresentadas 67 comunicações e intervieram aproximadamente centena e meia de personalidades.

Ao longo de três dias, a tentativa de extrair conclusões e ensinamentos dos três apaixonantes temas em debate, foi particularmente frutífera em

Ramalho Eanes presidindo à sessão inaugural. Com ele (da esquerda para a direita) Vitor Alves, Azere do Perdigão, Vasco Lourenço e Medeiros Ferreira



torno do tema da Descolonização.

«Em toda a sua problemática, a descolonização apareceu-nos como um facto historicamente inevitável e eticamente imperioso. Ela foi uma conquista das lutas de libertação dos povos colonizados e também uma conquista do povo português. Ao deixarmos de oprimir outros povos recuperámos a nossa própria dignidade», refere o documento de pré-conclusões lido no final dos trabalhos pelos responsáveis de cada uma das secções: Sousa e Castro, Mário de Aguiar e Carlos Crujeira.

Durante o debate, vários oradores haviam considerado não ter sido a descolonização tratada, nalguns casos, como seria desejável. Tal facto seria, no entanto, explicado, através dos problemas concretos que foram surgindo ao longo do próprio processo de descolonização. A tese de que não houve uma, mas várias descolonizações, coincidentes, caso a caso, com cada uma das ex-colónias, foi defendida, ao mesmo tempo que ao MFA foi atribuído papel decisivo em toda a definição de uma política contrária à teoria federalista de Spínola. Segundo o debate, as preocupações fundamentais que nortearam a descolonização consubstanciaram-se em quatro aspectos essenciais: transferência da soberania para os movimentos de libertação que haviam, de facto, combatido pela independência dos seus países; salvaguarda dos interesses portugueses; impedir a internacionalização dos conflitos; garantir o futuro relacionamento entre Portugal e os novos países.

Ponto de particular importância foi a questão de Timor-Leste, alvo de uma proposta no sentido de prosseguir, em Portugal, o debate sobre o processo de descolonização desta ex-colónia. A proposta, assinada pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere, acabou por ser assumida como conclusão final e aborda questões como a irreversibilidade do processo de luta do povo de Timor-Leste pela independência, o papel de Portugal perante o estatuto jurídico do território e, finalmente, o significado particular da descolonização neste caso. No documento, Portugal é apontado como responsável por eventual «cessar-fogo imposto de fora» para assim criar condições «para o desenvolvimento de partidos fantoches em Timor-Leste».

Ainda no âmbito do tema da descolonização, foi salientado o papel da resistência anticolonial, primeiro titubante e posteriormente parte inte-

grante da luta antifascista, assumindo claramente um posicionamento de solidariedade para com os movimentos de libertação.

Diversidade do debate reflexo da Democratização

«A nossa reflexão foi feita globalmente sobre um conjunto de valores que constituíram, na época da ditadura, as reivindicações comuns de todos os democratas e, portanto, da esmagadora maioria da população, as quais são o conjunto de valores que formam e enformam os direitos cívicos dos cidadãos e das organizações dos cidadãos», referem as pré-conclusões, relativamente ao ponto «Democratização». E acrescentam que «são muitos os projectos políticos ensaiados neste decénio, que temporalizam o moderno processo democrático português, vestem por figurinos estranhos e nos remetem para situações periféricas e níveis dolorosos de dependência — porque não equacioná-los, porque não pô-los em causa, de modo a que a continuação deste debate se transforme num elemento positivo de outras soluções livres e democráticas para o nosso país?».

Tema complexo, como, aliás, os demais, o da democratização contou com diversas alocações enquadradas em cinco subtemas: sistema político (mudanças institucionais, agentes de mudança e partidos políticos); comunicação social (informação estatizada e privada, poder político e informação e Estatuto do Jornalista); sistema de ensino (reformas e adequação da escola à sociedade); sistemas de relações de trabalho (sindicalismo desde 1974 e comissões de trabalhadores); e sistemas de valores (novas atitudes sociais e valores tornados acessíveis pelas mudanças do regime).

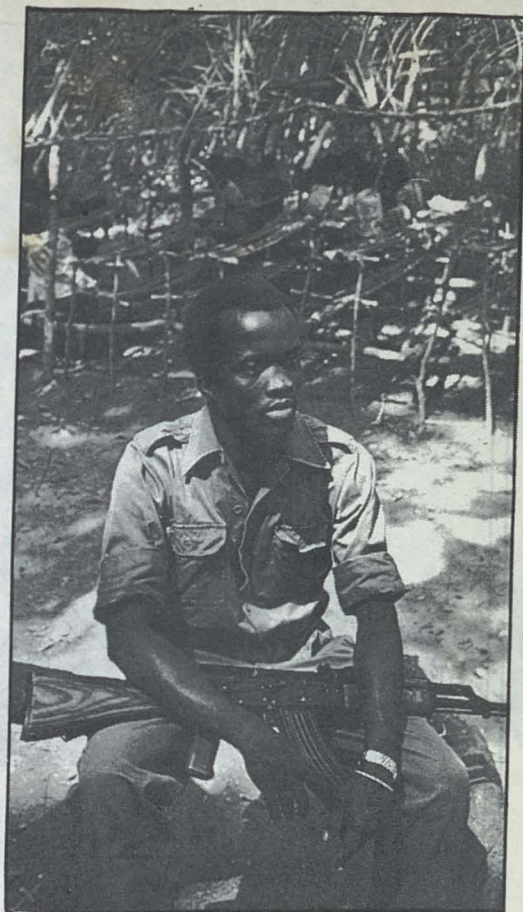
Medeiros Ferreira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-membro do Partido Socialista, um dos intervenientes neste tema, fez um breve historial analítico da intervenção dos militares na vida civil desde o século XIX até aos nossos dias, após o que, referindo-se ao imediatamente pós-25 de Abril disse que «o programa do MFA não falava de legalização imediata de partidos» e que «o civilismo do programa não era obrigatoriamente sinónimo de regime de partidos». A legalização dos partidos acabaria por se verificar, na óptica de Medeiros Ferreira, na sequência da chegada a Portugal de Mário Soares e Álvaro Cunhal, secre-

tários-gerais do PS e PC, respectivamente. Entre a queda da ditadura, em 1974, e a promulgação da Constituição, em 1976, as Forças Armadas realizaram, no parecer daquele orador, «um trânsito nacional de alternativa, caracterizado pela ruptura com a indiferença secular das Forças Armadas face ao tipo de regime político interno»; e «assumir a diferença da natureza das Forças Armadas portuguesas, antes e depois do 25 de Abril de 1974, encontrava-se significativamente na ordem do dia dez anos depois daquela data».

Relativamente ao sistema de ensino, Helder Macedo referiu que o nosso país terá que continuar «a depender dos seus recursos e é neles que prioritariamente deve investir». Rui Grácio, que abordou, igualmente, esta questão, diria que está provada «a viabilidade de um caminho novo, cujo percurso ficou comprometido pelo refreamento dos impulsos iniciais da inovação pedagógica escolar, sobretudo da dinâmica popular de base, não inteiramente suprida, longe disso, pelo seu enquadramento na gestão autárquica dos interesses locais».

Existem caminhos para o Desenvolvimento

«É legítimo falar de um certo consenso na caracterização da situação que vivemos actualmente como uma situação sem condições de sustentação a curto prazo, isto é, de um consenso acerca da necessidade de importantes transformações ao nível da política global e da política económica, ao nível do comportamento dos grandes actores da vida económica e social (o Estado e o que se tornou corrente designar de parceiros sociais), ao nível, finalmente, do relacionamento externo da sociedade portuguesa», referem as pré-conclusões relativamente ao tema «Desenvolvimento». E, um pouco mais adiante, assinalam que «foi possível perceber que existem caminhos credíveis de alternativa a uma situação de agravamento das tensões e insuficiências que atravessa a economia portuguesa (desde a utilização dos recursos ao sistema educativo, passando pelas estruturas de gestão pública e privada, pelo sistema científico e tecnológico, pelos desequilíbrios regionais, pelo conteúdo do emprego e nível do desemprego, pelas estruturas de consumo e estilos de vida, pelos projectos de reestruturação agrícola e industrial para



**«Ao deixarmos de oprimir outros povos recuperámos
a nossa própria dignidade»**

so se falar de alguns temas tratados). Mais, foi possível perceber que esses caminhos de desenvolvimento estão indissociavelmente ligados à intensificação da participação dos cidadãos na resolução dos seus próprios problemas e à redução efectiva do impacto interno dos canais e mecanismos de dependência externa».

De um longo debate em que foram traçadas as linhas de força essenciais da crise económica e do retardado desenvolvimento do país, as pré-conclusões assinalam: «Dez anos depois do 25 de Abril, o Desenvolvimento é um desafio em aberto que tem de ser assumido numa perspectiva de transformação social e política».

HÁ VINTE ANOS QUE
NÓS AFIRMAMOS QUE
A INFLAÇÃO VAI
BAIXAR ...



...QUE A DÍVIDA
EXTERNA VAI
DIMINUIR ...



... QUE A VIDA
DO POVO
VAI MELHORAR ...



MAS NÃO SEI PORQUE RAZÃO
NINGUÉM ACREDITA
EM NÓS !



BRASIL: O LAMENTO DE DELFIM NETTO

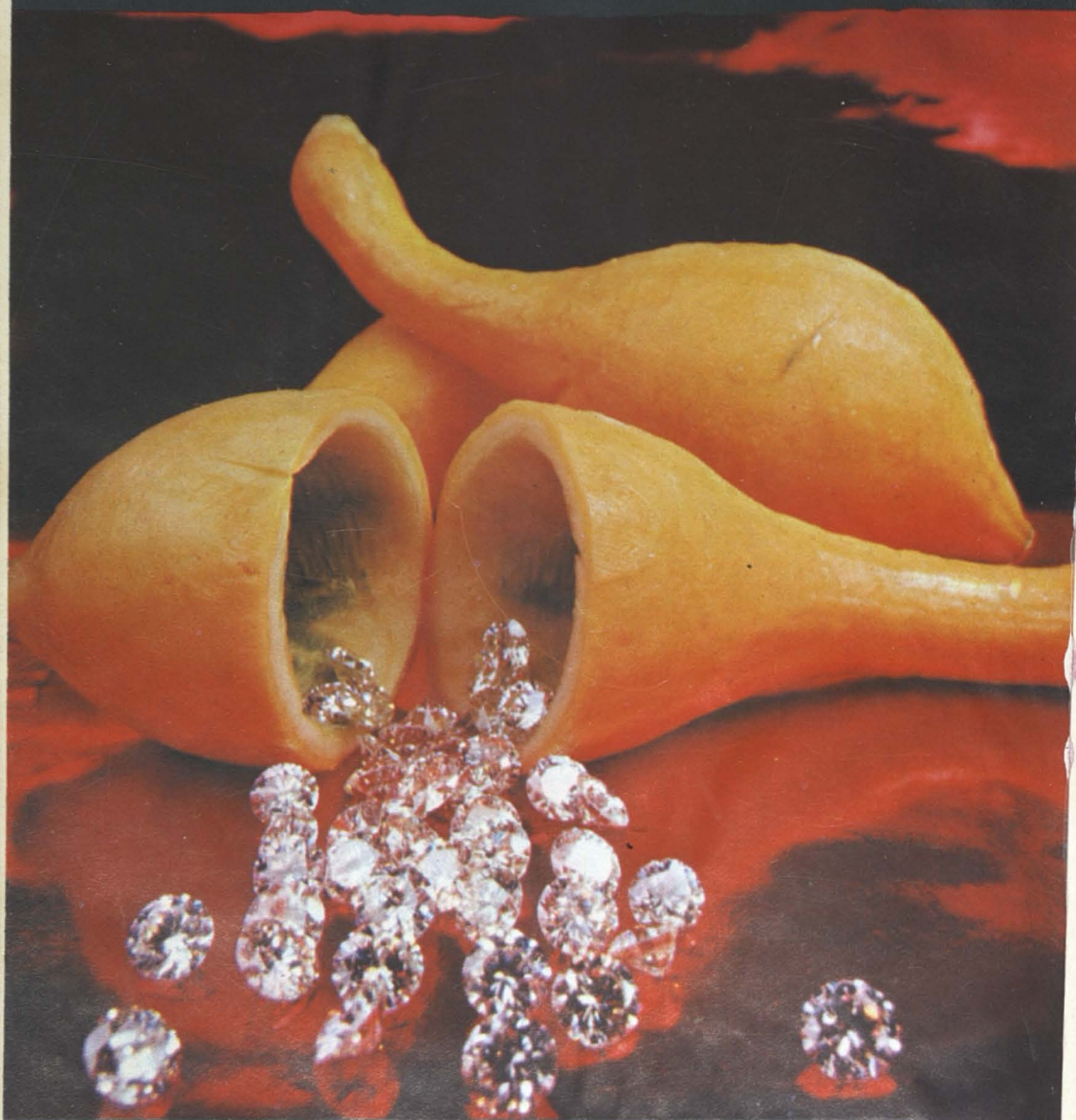
A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a tree in a lush plantation. She is holding a large woven basket. The background is filled with green coffee leaves and clusters of ripe, dark coffee cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional